

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

Henrique Burigo

**AS ESTRUTURAS POSSÍVEIS:
TEORIA GOODMANIANA DOS SIGNOS E ESTRUTURALISMO**

Florianópolis

2014

Henrique Burigo

**AS ESTRUTURAS POSSÍVEIS:
TEORIA GOODMANIANA DOS SIGNOS E ESTRUTURALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de *Mestre em Linguística*.

Orientador: Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.

Florianópolis

2014

Burigo, Henrique

As estruturas possíveis : teoria goodmaniana dos signos e estruturalismo / Henrique Burigo ; orientador, Heronides Maurílio de Melo Moura - Florianópolis, SC, 2014.

131 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Epistemologia. 3. Estética. 4. Semiologia. 5. Estruturalismo. I. Melo Moura, Heronides Maurílio de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Henrique Burigo

**AS ESTRUTURAS POSSÍVEIS:
TEORIA GOODMANIANA DOS SIGNOS E ESTRUTURALISMO**

Esta Dissertação de Mestrado foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de março de 2014.

Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Leonor Scliar-Cabral, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Celso Reni Braidá, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fábio Luiz Lopes da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Quem é capaz de enumerar, com toda minúcia ou discernimento, cada sugestão ou influência que certamente recebe ao longo de sua trajetória? Ou mesmo exprimir o devido reconhecimento por tudo de bom que recebe cotidianamente?

No caso deste mestrado, no entanto, as contribuições foram tão evidentes que a tarefa para mim se tornou bem mais fácil. Sendo assim, agradeço inicialmente aos colegas de curso que se mostraram receptivos e motivados pelas questões que surgiram durante os encontros, e que com suas perspectivas próprias acrescentaram novas nuances aos temas estudados.

Em seguida, agradeço vivamente a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, pela competência e solicitude com que se dedicam ao ensino, além da cordialidade de sua acolhida e o interesse na ativa participação dos pós-graduandos. Ofereço em especial minha gratidão à professora emérita Leonor Scliar-Cabral, pelo incentivo, pelas preleções esclarecedoras e pela energia contagiante; e da mesma forma ao professor Heronides Moura, meu orientador, pelas exposições sobre tópicos necessários a uma boa base linguística para este trabalho, pelo acompanhamento bem dosado das atividades de pesquisa e de definição do objeto de estudo e, principalmente, pela confiança demonstrada.

Deixo igualmente meu sincero obrigado aos amigos Isabel Mazzolli e Cláudio Werlang, que bem sabem o quanto foram importantes para esta empreitada.

Agradeço, enfim, a minha mulher Jussara, não só pelo apoio e carinho constantes, mas pelo companheirismo de quem partilha uma visão e uma meta, e sem o qual projetos em um primeiro momento apenas vislumbrados não teriam se concretizado.

O mundo é imaginário, ainda que não o sejam
as percepções em que, alternadamente, se
manifesta e se dissipa.

Octavio Paz

“La mirada anterior”

RESUMO

Este trabalho, seguindo a orientação de estabelecer e reforçar canais de comunicação entre as pesquisas linguística e filosófica, propõe-se a contrastar estudos que tenham como meta a elucidação das estruturas de sistemas simbólicos. Mais precisamente, selecionando como objeto de uma análise crítica (à luz dos estudos linguísticos, principalmente do estruturalismo de inspiração saussuriana, com suas contribuições originais e desdobramentos posteriores) a teoria geral dos símbolos apresentada pelo filósofo Nelson Goodman no livro *As linguagens da arte: uma abordagem a uma teoria dos símbolos*. Uma das principais razões para tal escolha reside na abrangência e generalidade das formulações aí encontradas, pois Goodman não se limita a compilar uma lista de critérios para uma correta apreciação estética, e se inicialmente trata os sistemas simbólicos na Arte, é porque para ele as operações interpretativas e a manipulação de símbolos levadas a cabo na experimentação artística têm um papel cognitivo comparável não apenas aos dos “objetos” tais como nos aparecem na percepção, mas também àquele atribuído aos aparatos lógico-matemáticos com que se constroem modelos científicos destinados a descrever objetivamente a realidade empírica. Se considerarmos que, de forma ainda mais evidente (e categórica) do que ocorre na meditação e reinvenção de sistemas simbólicos que constitui o exercício da Arte, a língua é o meio por excelência de estruturação do que chamamos “nosso mundo”, teremos um vislumbre do interesse que a contribuição goodmaniana possa ter para os estudos da linguagem em geral. Para Goodman — o que, de resto, constituía ponto pacífico para Saussure —, signos só desempenham seu papel dentro de sistemas (que são governados por regras sintáticas e semânticas capazes de vitalizar os respectivos símbolos). Esta participação dos signos em sistemas que definem ou determinam seu funcionamento exige que se identifiquem as características e propriedades desses conjuntos de elementos solidariamente interligados. Se o sistema é importante, como ele se estabelece? Quais os nexos que não apenas os associam, mas permitem que se reconheça e interprete cada signo? Tendo em vista as relações estruturais que vigem, seja na camada de um repertório lexical (cujas unidades alternativas são vistas na perspectiva goodmaniana

como etiquetas ou “labels”), seja na distribuição e agrupamento variável de seus domínios extensionais, seja no âmbito global dos diversos *schemata* que Goodman propõe como modelos de análise, é natural que nos disponhamos a estudar como tais elementos se constituem, como se articulam e se tornam perceptíveis em suas várias configurações possíveis. E é igualmente nesse sentido preciso que a análise saussuriana das relações diferenciais e da emergência de unidades (segundo as “ordens” ou níveis de organização considerados) parece oferecer uma série de *insights* valiosos.

Palavras-chave: Epistemologia. Estética. Semiologia. Estruturalismo.

ABSTRACT

This work, aiming to set up and strengthen channels of communication between linguistic and philosophical researches, intends to contrast studies focused on the elucidation of the structure of symbolic systems. More precisely, it takes as an object of critical analysis (in the light of linguistic studies, especially Saussure's structuralism with its original contributions and later developments) the general theory of symbols presented by the philosopher Nelson Goodman in *Languages of art: an approach to a theory of symbols*. One main reason for this choice lies in the breadth and generality of the formulations found in his book. Goodman does not simply compile a list of criteria for a correct aesthetic appreciation, and if he is primarily concerned with symbolic systems in art that is because in his view the interpretative procedures and symbol manipulation carried out in artistic experimentation have a cognitive role comparable not only to the "objects" such as appear in perception, but to the very scientific models devised to describe objectively empirical reality. If we consider that — even more clearly (and categorically) than it can be seen in artistic meditation and its reinvention of symbolic systems — language is the means *par excellence* of structuring what we call "our world", we get a glimpse of how important Goodman's contribution may be in the study of language in general. For Goodman — and for Saussure himself, for that matter — signs only play their role within systems (which are governed by syntactic and semantic rules able to vitalize their symbols). This *participation* in systems — which define or determine each sign in its functioning — leads to the investigation and identification of the relevant features and properties that distinguish these sets of intimately connected elements. If the system is important, how does it establish itself? What are the connections that not only associate, but allow us to recognize and interpret signs? In view of the structural relationships that hold within a lexical repertoire (whose alternate units are conceived by Goodman as "labels") and in the variable distribution and grouping of its extensional domains (or even in the multiple *schemata* offered by Goodman as models for analysis), it is promising to seek a

new perspective on how these elements are articulated and how they become noticeable in their many possible configurations. And it is also in this sense that Saussure's analysis of differential relations and the emergence of "units" (according to the "orders" or levels of organization considered) seems to offer valuable insights.

Keywords: Epistemology. Aesthetics. Semiotics. Structuralism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teorias sobre teorias	40
Figura 2 – Uso e contexto	48
Figura 3 – Variação dos contextos	51
Figura 4 – Objetivação e interpretação	76
Figura 5 – Historicidade da obra	82
Figura 6 – Uma interpretação “bárbara”.	88
Figura 7 – <i>Aliquid pro aliquo</i>	97
Figura 8 – Direção referencial	98
Figura 9 – Articulação de níveis	99
Figura 10 – Inscrições e caracteres	103
Figura 11 – Integração de níveis	105
Figura 12 – Recortes estruturais	106
Figura 13 – Disjunção e diferenciação finita	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos da relação primitiva de referência	97
Tabela 2 – Exemplos de sistemas simbólicos	101
Tabela 3 – Fronteira densidade-articulação	104
Tabela 4 – Marcas, inscrições, elocuições	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Premissas	23
2 ARTE E COGNIÇÃO	43
2.1 Por que uma Estética?	43
2.2 Versões de mundo	52
2.3 Buscando o “equilíbrio”	60
2.4 Circularidades virtuosas	65
2.5 Projetos	70
2.6 Uma crítica do <i>objeto</i>	72
2.7 Crítica da <i>objetividade</i>	77
3 EXPERIMENTOS NA ARTE	79
3.1 Vestígios e projetos	79
3.2 A historicidade do objeto estético	81
3.3 Arte (da antiarte)	85
3.4 A ativação de traços virtuais	88
3.5 A exemplificação como lugar oscilante	89
4 TEORIA DOS SÍMBOLOS	93
4.1 Uma abordagem tipológica	93
4.2 O símbolo <i>no</i> sistema	94
4.3 Formas da referência	97
4.4 Fluxo da relação referencial	98
4.5 Rotas da referência	98
4.6 Uma ferramenta classificatória ou tipológica	101
4.7 O reconhecimento de caracteres de um sistema	102
4.8 Densidade <i>versus</i> articulação	103
4.9 Exemplo de uso metafórico	105
5 AS ESTRUTURAS ABERTAS	109
5.1 Reinterpretando Saussure	110
5.2 A invasão da poesia	118
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A — Principais definições e conceitos	125

1 INTRODUÇÃO

É difícil subestimar a importância e amplitude dos questionamentos despertados pela linguagem humana. Por um lado, em função da variedade de seus aspectos, da multiplicidade de elementos que põe em jogo, inúmeras disciplinas a elegem como objeto por excelência de seus estudos ou, quando menos, como um de seus principais focos de interesse. Dependendo da abordagem escolhida, ao isolarmos uma de suas facetas para análise, ela ocupará o dia-a-dia da Fonética, da Fonologia, da Morfologia ou da Sintaxe (se nos restringimos aos domínios da Linguística), mas também da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia, da Filosofia. Por outro lado, sendo a forma onipresente da comunicação e da codificação e transmissão de conhecimentos, não há campo do saber que não se tenha de haver, de uma forma ou de outra, com os desafios apresentados pelo fenômeno da linguagem, seja com o intuito de levá-la aos limites de sua capacidade, ampliando seu poder lógico e expressivo, seja enfim para detectar — como efeito, talvez, de um enfoque inapropriado ou da confiança desmedida que por vezes ela recebe — suas inconsistências e paradoxos.

Percebe-se, portanto, que a tarefa de desvendar a constituição e o funcionamento da linguagem humana é uma empresa comum, que deve ser levada adiante por um esforço conjunto de praticamente todas as frentes de investigação, em todas as esferas da ação. No caso particular da Filosofia (área em que iniciei minha vida acadêmica, com o fim não apenas de adquirir uma base sólida para meu trabalho como tradutor, mas respondendo a uma necessidade ou inclinação de caráter pessoal), a linguagem desde sempre está no centro das inquietações, pois dizer a “verdade”, a “essência”, o “absoluto” é, antes de tudo, um “dizer” e, em última análise, uma averiguação das condições em que essa tarefa é possível ou viável. A “virada linguística” que, já a partir do século XIX, mais claramente inícios do século passado, marcou os desenvolvimentos da Filosofia em suas várias vertentes (dos analíticos aos fenomenólogos e além¹) representa como que uma

¹ Segundo o filósofo italiano Roberto Esposito, “(...) os três vetores fundamentais da filosofia contemporânea se mostram todos fortemente marcados, se não constituídos de fato, por aquela virada linguística que une subterraneamente blocos conceituais aparentemente heterogêneos ou até mesmo contrastantes, como os de Frege e de Heidegger. Se para os analíticos o conteúdo original, a matéria prima da filosofia é constituída pelos enunciados linguísticos, a hermenêutica

“exasperação” do problema, pois a tradição filosófica, com seus altos voos metafísicos, com sua lógica, antigamente na posição de fornecer o *órganon* — o instrumental para o pensamento correto — indispensável a qualquer ciência digna do nome, viu-se na circunstância de ter de se submeter ela mesma a um verdadeiro escrutínio de seus meios de realização.

A Linguística, por sua vez, conheceu ao longo de sua história um desenvolvimento tão profícuo que acabou por levá-la para além de suas fronteiras originais, buscando informações vitais e espraiando-se em direção à psicologia cognitiva, às teorias da informação e da computação, às neurociências e, se retraçarmos alguns caminhos nem sempre diretos, até mesmo à epistemologia (que por sinal constitui um dos ramos clássicos da Filosofia).²

O atual discurso sobre a complexidade³, assim como a exigência de interdisciplinaridade guiando um corpo de pesquisas que se defrontam com uma experiência do mundo cada vez mais dinâmica, entrelaçada e intrincada, encoraja estas fusões e trocas, embora se deva dizer que a inspiração mútua

situa a possibilidade da interpretação no cerne de uma determinada língua, assim como o desconstrutivismo se coloca no ponto de cruzamento e de tensão entre palavra e escritura. Quer seja declinado mais em sentido ontológico, em sentido epistemológico ou em sentido textual, o primado da linguagem é pressuposto em qualquer uma das perspectivas. Até mesmo a transição mais recente, da parte de uma saber analítico em crise de identidade, ao cognitivismo e às neurociências, no fundo permanece no mesmo horizonte, ampliado à linguagem do cérebro entendido, por sua vez, como um hardware natural. De qualquer lado que se olhe o quadrante filosófico do nosso tempo – da lógica à fenomenologia, da pragmática ao estruturalismo – a linguagem surge como o epicentro de todas as trajetórias do pensamento, se não até mesmo como a “casa do ser”, em uma perspectiva que vai além inclusive da ontologia heideggeriana, até envolver o âmbito da ação (em Apel e Habermas, mas também em Austin e Searle), da subjetividade (em Gadamer e Ricoeur), do inconsciente (em Lacan)”. (ESPOSITO, 2013, p. 14-5).

² Um quadro bastante sucinto e ao mesmo tempo abrangente deste processo e consequentes deslocamentos de ponto de vista pode ser encontrado em TODOROV & DUCROT, 1977, onde se leem, por exemplo, as seguintes observações: “Outra atitude é entretanto possível para o filósofo interessado na linguagem, a de submetê-la a um estudo “interno”, de considerá-la por sua vez como objeto de investigação. Desde suas origens a filosofia foi conduzida a esse tipo de pesquisa, na medida em que se apresentava como uma reflexão. Se, de fato, a abordagem filosófica de um problema é antes de tudo a elucidação das noções implicadas na formulação do problema, noções que são, em geral, representadas por palavras da linguagem diária, o filósofo é levado a uma análise, que se pode chamar linguística, do sentido das palavras. [...] Presente em certo grau em toda filosofia que pretenda ser reflexiva, a análise linguística foi praticada de maneira sistemática — e considerada muitas vezes como a única pesquisa filosófica legítima — pela maioria dos filósofos ingleses da primeira metade do século XX, que se intitulam eles mesmos “filósofos da linguagem”, e denominam suas investigações de Filosofia Analítica.” (*op. cit.*, p. 100-101 — além disso, sobre as relações Filosofia–Linguística, ver mais adiante p. 101-2).

³ Cf. a propósito, por exemplo, MORIN, 2007.

entre Filosofia e Linguística é a expressão de um “traço inscrito”, de uma virtude a elas intrínseca — e não poderia ser diferente, dada a convergência de seus empreendimentos. Entretanto, se é bastante óbvio que a emulação, o estímulo recíproco têm aqui importância vital, o fato é que estes dependem da criação e aperfeiçoamento constantes de interfaces que favoreçam o livre trânsito de conceitos, diretrizes, descobertas, em suma, de tudo aquilo que possa atuar como uma espécie de “gatilho heurístico”. Em outras palavras, a tradutibilidade ou mesmo o franco diálogo entre teorias devem ser mantidos como itens indispensáveis na ordem do dia.

Respondendo, então, a essa necessidade de ventilar as ideias e de realinhar perspectivas pela consideração de abordagens surgidas em campos que se implicam e interpenetram, o presente trabalho — seguindo a orientação mais geral de estabelecer e reforçar canais de comunicação entre as pesquisas linguística e filosófica —, propõe-se a contrastar estudos que tenham como meta a elucidação das estruturas de sistemas simbólicos. Mais precisamente, selecionando como objeto de uma análise crítica (à luz dos estudos linguísticos, principalmente do estruturalismo de inspiração saussuriana, com suas contribuições originais e desdobramentos posteriores) as formulações, que integram uma teoria geral dos símbolos, apresentadas pelo filósofo Nelson Goodman em seu livro *Languages of Art: An Approach to a Theory of Symbols* [*Linguagens da Arte: uma Abordagem a uma Teoria dos símbolos*].

1.1 Premissas

Tomando uma direção alternativa em relação a uma prática mais usual, esta dissertação não se propõe a fazer um levantamento histórico das tentativas de solucionar um determinado problema (para, em seguida, optar por uma delas e, eventualmente, levá-la adiante), mas sim a preparar o terreno para que um novo conjunto de problemas ganhe relevo. Há mais de um motivo para essa atitude, mas se trata principalmente de uma questão de *foco*. Bem como da posição perspectiva associada a este foco. Investigadores que aderem a um programa de pesquisa maduro e bem definido dispõem de um instrumental teórico e metodológico cujas condições de funcionamento eles não precisam questionar a fim de alavancar o seu trabalho. Estão como que imersos em uma teoria cujos princípios já foram admitidos de saída ou em

uma instância prévia. E este posicionamento ou ponto de vista interno lhes garante a máxima funcionalidade de suas ferramentas, a capacidade de apreensão ou a “pegada” que lhes são próprias. Outra é a situação de quem interroga ou observa, “de fora”, uma teoria. Submetida a um enquadramento mais aberto, a teoria dá espaço ao questionamento das admissões tácitas ou declaradas que constituem o travejamento sobre o qual seus modelos explicativos são construídos.

A tematização de uma teoria não se resume, porém, a um “desmonte” de seu maquinário. Pois o distanciamento que permite abarcar a teoria como um todo pode implicar, ao mesmo tempo, um passo para trás e um movimento para cima (isto é, a adoção de um olhar de sobrevoos). Para ser mais preciso: um passo para trás ou um recuo em direção às escolhas que já foram feitas quando se estabeleceu a teoria (com o consequente questionamento de seus pressupostos); e um olhar mais panorâmico que permita considerar a teoria em relação a outras teorias a ela complementares ou até rivais. No confronto entre teorias rivais, a volta às bases e a comparação entre pressupostos e crenças é um requisito para guiar uma decisão quanto à efetividade ou a produtividade de cada uma em particular, mas é no cotejo entre teorias pertencentes a campos de estudo adjacentes, que de algum modo se sombreiam e intersectam, partilhando zonas de interesse, que se faz sentir com mais força o efeito heurístico que o presente estudo almeja. Ou ainda, é a aproximação entre teorias nascidas em âmbitos investigativos diversos, mas que gravitam em torno de um mesmo complexo de fenômenos — como é o caso exemplar, aqui, da *linguagem* —, que proporcionará a base comum sobre a qual contrastes informativos poderão ser detectados. Pois é evidente que um método comparativo só pode ser produtivo se toma em consideração e se exerce sobre teorias em alguma medida *comensuráveis* (o que reitera a importância do afastamento perspectivo do observador como condição desta comensurabilidade mesma, pois ele deverá ocupar o nível de análise em que se possam eventualmente encontrar estruturas comparáveis e, com isso, alguma matéria para suas analogias).

Dito isso, segue-se naturalmente a pergunta: que elementos ou pontos de contato sugerem e justificam uma aproximação entre o aparato conceitual de Goodman e as intuições de um pensador como Saussure? A um primeiro olhar, bastante amplo e ainda exploratório, chama a atenção o fato de ambos reconhecerem nos *sistemas*, de forma categórica, as condições de funcionamento de todo e qualquer signo.

Esta dependência é afirmada mesmo no caso de ícones, em que a relação entre o símbolo e aquilo que denota parece ser facilmente apreendida por qualquer um que entre em contato com eles, e se é tentado a pensar que para isso nenhuma convenção prévia deva ser explicitamente indicada⁴. O desenho de uma gaivota, por exemplo, apresenta uma configuração bastante semelhante à de certos animais acessíveis a uma experiência direta: sabemos que aparência têm (conhecemos sua *Gestalt*), o que torna a associação bastante natural, se não automática. Mas a verdade é que Goodman descarta a ideia de que representações sejam caracterizadas por *imitação* ou *semelhança*. Mesmo aqui a referência ao sistema é determinante:

Nada é, intrinsecamente, uma representação: o *status* de representação é relativo ao sistema de símbolos. Uma imagem pictórica em um sistema pode ser uma descrição em outro sistema; e a eventualidade de um símbolo denotativo ser representacional não depende de sua semelhança com o que denota, mas de suas relações com outros símbolos em um esquema dado.⁵ (GOODMAN, 1976, p. 226)

⁴ Interpretações nesse sentido podem ser encontradas inclusive em pontos afastados do quadrante. Assim, segundo Peirce, “the most frequently useful division of signs is by trichotomy into firstly Likenesses, or, as I prefer to say, *Icons*, which serve to represent their objects only in so far as they resemble them in themselves; secondly, *Indices*, which represent their objects independently of any resemblance to them, only by virtue of real connections with them, and thirdly *Symbols*, which represent their objects, independently alike of any resemblance or any real connection, because dispositions or factitious habits of their interpreters insure their being so understood” (*A Sketch of Logical Critics*, EP 2:460-461, 1909); e ainda mais categoricamente, nas palavras de Schaff, “[t]he ancients distinguished between the natural sign (*signum naturale*) and the conventional sign (*signum ad placitum*). This preserves a uniform criterion of division, but the division itself does not bear examination, since the latter group would have to include all those signs which are consciously produced by men for communication purposes. Yet not all such signs function on the strength of a convention. This applies above all to the iconic signs, which function on the strength of similarity to the object they stand for (they stand for such objects in the sense that a picture makes us think of the objects which it represents, of the effects usually caused by such an object, of corresponding feelings, etc.). There is a whole scale in that respect: from natural similarity, such as in the case of photographs, to the conventional nature of hieroglyphs or similar written signs (...). Yet there is no doubt that an iconic sign such as a photograph does not work on the strength of any convention.” (*Introduction to Semantics*. New York: Pergamon, 1962. p. 167, nota.) [grifado aqui].

⁵ “Nothing is intrinsically a representation; status as representation is relative to symbol system. A picture in one system may be a description in another; and whether a denoting symbol is representational depends not upon whether it resembles what it denotes but upon its own relationships to other symbols in a given scheme.”

Em seu comentário à teoria dos signos goodmaniana, Cohnitz & Rossberg (2006) resumem os diversos pontos dessa posição não livre de controvérsias em uma fórmula concisa que vale a pena transcrever: “Assim como não há nada interno ao símbolo que determine sua referência, não há nada interno a ele que determine que tipo de símbolo ele é: se é uma letra do alfabeto ou uma imagem pictórica, por exemplo. Isso é determinado, em vez disso, pelo sistema de símbolos ao qual o símbolo pertence” (p. 149-50). Há dois aspectos importantes aqui que devem ser salientados e considerados separadamente. Por um lado, o que vemos é um afrouxamento das conexões que qualquer símbolo eventualmente tenha com seu conteúdo, ou seja, uma relativização que atinge o plano semântico. No entanto, o escopo da afirmação de Goodman é mais extenso e inclui aquilo que, situado um pouco aquém, poderíamos chamar de face aparente dos signos. No trecho acima citado, o termo “esquema” está claramente ligado ao nível sintático, mais precisamente, às exigências sintáticas que recaem sobre sistemas de símbolos e cuja satisfação ou não satisfação repercutem na estrutura e funcionamento do sistema, revelando assim seu modo característico. É cedo para entrar nos pormenores de todos os requisitos estipulados e ter assim uma ideia do aparato conceitual que eles ajudam a construir, mas é importante perceber que, para ser colhida em um repertório de caracteres concebidos como unidades verdadeiramente significantes (de uma linguagem ou de outro sistema de símbolos qualquer), uma marca física (um som com uma frequência específica, uma mancha de cor, um risco sobre uma superfície, um sinal gráfico, etc.) deve ser *reconhecida* (como uma *inscrição* associada a um determinado caractere expressivo). Um exemplo dado por Cohnitz & Rossberg pode ajudar a esclarecer este ponto: a sequência de marcas “chat” sobre uma folha de papel tem como significado, dentro do sistema que corresponde à língua inglesa, “um tipo informal de conversação”, enquanto que no sistema do idioma francês serve para se referir a algo que também é descrito corretamente como “pequeno mamífero carnívoro da família dos felídeos”. Levando adiante e intensificando este *insight*, percebemos que uma marca física que não pertence a sistema algum (não sendo, portanto, reconhecida como significante) permanece completamente inerte, para todos os efeitos fora do alcance de nossa atenção e cognição. Todorov, ao desenvolver sua definição do signo como uma entidade que “pode *tornar-se sensível*”, observa que um sinal não percebido como algo que remete a um significado, um risco no qual não vemos intenção

significante alguma, *não passa de um objeto*.⁶ Mas, indo um pouco mais longe e assumindo uma ótica que seria preciso explicitar adequadamente, uma marca física como a que se tenta descrever aqui seria, realmente, *menos do que um objeto*. Ela, por assim dizer, não *reverberaria*.

Quanto a Saussure, este tipo de reflexão não lhe é estranha, muito pelo contrário. Em um de seus manuscritos, descobertos muito posteriormente à edição do *Curso de Linguística Geral* editado pela primeira vez em 1916 por seus colaboradores⁷, ele pondera:

Admitindo-se, por exemplo, que soubéssemos que fórmula dar, dentro do sistema grego, ao valor de *nu* e, em francês, ao valor *nu*, é evidente que a figura vocal *nü* existia fora de qualquer valor e de qualquer idioma, fora de qualquer lugar, tempo e circunstância, sem nem mesmo saber se ela corresponde a uma palavra grega ou a uma palavra francesa. Ela existe porque nós a declaramos idêntica a si mesma. Mas não podemos declará-la idêntica a si mesma sem a evocação tácita de um *ponto de vista* (...).⁸

Vemos que, se a marca física, a “figura vocal”, flutua em um “antes” no qual ainda não foi associada a um sistema qualquer — subsistindo “fora de qualquer valor e de qualquer idioma, fora de qualquer lugar, tempo e circunstância” —, isso ocorre somente em virtude de uma operação de *identificação*, e Saussure se apressa em ancorar tal “identidade” a um “ponto de vista” não declarado ou “tácito”.

O tema do “ponto de vista”, do “prisma” em que se revelam os objetos de estudo sobre os quais se debruçam os pesquisadores das várias disciplinas

⁶ “Um significante desprovido de significado é simplesmente um objeto; ele *é*, mas não *significa*; um significado desprovido de significante é o indizível, o impensável, o próprio inexistente. A relação de significação é, em certo sentido, contrária à identidade em si; o signo é, simultaneamente, marca e falta: originalmente duplo” (DUCROT & TODOROV, 1977, p. 106).

⁷ Refiro-me ao conjunto de escritos encontrados recentemente e organizados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Este material lança novas luzes sobre o pensamento de Saussure. A nova exegese do autor realizada por especialistas como Bouquet estabelece, entre outras coisas, a perspectiva e intenção filosófica de Saussure. É nesse sentido que uso “intuições”, ao me referir ao teor de seu pensamento sobre as relações estruturais.

⁸ Extraído das “Notas para um livro sobre a linguística geral, I” (1893-1894), in: SAUSSURE, 2012, p. 171.

aparece em uma passagem célebre e substancial do *Curso*. Nela, o que está em jogo é a própria constituição de um objeto claramente determinado para a ciência linguística que Saussure se esforçava então por delinear:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. (...) Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (...) Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema (...) ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. (...) Há, segundo nos parece, uma solução para todas essas dificuldades: é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma da todas as outras manifestações da linguagem (...) somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito. (SAUSSURE, 2002, p. 15-7)

Note-se aqui, antes de mais, que a argumentação abre, deixando um pouco a desejar em termos de rigor, com a cândida aceitação de uma premissa supostamente óbvia, a de que *determinadas ciências lidam com objetos dados previamente*, não sofrendo a interferência de ponto de vista algum. Tais objetos se apresentariam em sua integridade, podendo ser então comodamente virados e revirados em todos os sentidos e abordados de vários ângulos. Mas, na verdade, este pressuposto não é aceitável, nem à luz dos desenvolvimentos da filosofia da ciência — pois corresponderia a adotar uma posição anacrônica, a de um empirismo ingênuo que admite dados empíricos não infletidos por nenhum tipo de conhecimento prévio ou bagagem experiencial do observador —, nem segundo os critérios do próprio Saussure. Uma indicação clara de que ele não poderia endossar semelhante posição

empirista é dada pela sua rejeição à “concepção superficial” que “vê na língua somente uma nomenclatura” (*idem*, p. 79). A crítica que move nesse sentido tem como alvo a suposição de que as ideias seriam *coisas separadas e completas em si mesmas*, às quais teríamos acesso independentemente da linguagem, pois preexistiriam mesmo às palavras. Pois bem, a menos que queiramos dotar os objetos estudados pelas ciências de uma existência totalmente independente de teorias, essa crítica se aplica igualmente a eles. Sob pena, portanto, de fazer o discurso entrar em contradição consigo mesmo, resta-nos encarar aquela premissa inicial como um expediente retórico cujo objetivo é o de salientar, por contraste, um problema que não se apresenta exclusivamente no estudo da linguagem, mas que é particularmente sensível nessa área e consequentemente gera grande perplexidade.

Dessa forma, ao considerar uma *palavra pronunciada* — que “um observador superficial” poderia tomar como “um objeto linguístico concreto”, como uma unidade indiscutível — o linguista é exposto a um novelo que se desenrola em tantos fenômenos quantos forem os aspectos sob os quais possa ser visto. Alternativamente e sem nenhum privilégio quanto ao valor metodológico de cada abordagem, pode se apresentar como: i) um *som*; ii) a *expressão* de uma ideia; iii) uma *unidade* colocada em correspondência com *outra unidade* pertencente a um sistema diverso (*nudum*, em latim, em relação ao termo “nu” em português, por exemplo). Em torno da palavra, portanto, tomada como unidade de análise (uma “unidade” bastante complexa, admitamos), distribuem-se vários planos de *efetividade* ou de *interação*, que não se confundem entre si.

Limitando-nos ao nível pré-lexical, podemos considerar o som, seja como face significante do signo, seja como mera impressão ou *input* sensorial, seja como uma imagem acústica que, embora experimentada subjetivamente, leva a pressupor uma regularidade formal que, atuando como uma espécie de moeda de troca, repercute além da experiência particular, ou seja, tem um alcance *intersubjetivo*. Temos, além disso, na expressão de uma ideia, acesso à dimensão do conceito, e entram em consideração aspectos semânticos que superam uma apresentação inicial do símbolo ou signo. Enfim, na correspondência entre unidades de sistemas diversos (o que equivaleria a uma “tradução” entre idiomas), somos levados a tratar de relações *intrassistemáticas* (a palavra “nu” tomada originalmente em seu sentido, sem mencionar seu “peso expressivo”, que também é avaliável dentro do sistema, em conexão com as respectivas regras pragmáticas) e *extrassistemáticas*

(no confronto entre distribuições diversas de repertórios lexicais distintos, os conteúdos que escalonam, os recortes da experiência que daí derivariam ou que são condizentes com cada distribuição, etc.).

Mas talvez o senso comum (encarnado pelo “observador superficial”) não esteja tão equivocado em ver a palavra como algo isolado, dotado de certa densidade, um “objeto” *tout court*. Todos nós temos, no uso cotidiano, a impressão de estar lidando com algo preciso, e apontamos a palavra como uma unidade concreta sem muito titubear. Como evento sonoro, a sua emissão em determinado instante lhe dá alguma corporeidade; há uma diferença de densidade pontuando ou marcando uma fatia espaço-temporal, acentuando uma ocasião (uma *conjuntura*) que pode ser posteriormente evocada. Analogamente, objetos com contornos firmes se destacam nitidamente no campo visual, sendo facilmente reconhecíveis no momento de uma inspeção ou varredura.⁹ É apenas quando tentamos encontrar uma definição para “palavra” que esta começa a se tornar fugidia, a escapar pelos dedos. A palavra se parece, nisso, com o tempo, do qual Agostinho dizia: “Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei”.¹⁰

Como conciliar a impressão de unidade e o caráter evasivo que estão simultaneamente associados à palavra? Se ela, em última análise, não deriva sua aparência discreta de uma *substancialidade* que lhe seja própria, se o seu contorno não se destaca da mesma maneira que os objetos no espaço mais rarefeito que os circunda, por que estamos dispostos a emprestar a ela alguma individualidade? De fato, há outras maneiras de isolar objetos além da proximidade de partes ínfimas que determina um desnível mais ou menos abrupto em relação ao ambiente circunstante, uma variação de densidade: um ponto localizável no espaço pode ser visto igualmente como a *intersecção de um feixe de retas*. Esta imagem é sugestiva e pode fornecer alguma pista sobre o aspecto unitário e nuclear que atribuímos geralmente à palavra: ela se situaria então na confluência de planos distintos (de possíveis campos de

⁹ Observe-se que este traço que associo aos objetos substanciais e individualizáveis — a *nitidez* — também é característico das definições encarregadas de apresentar, de dar a conhecer um objeto, pois ela deve fornecer ao interlocutor elementos suficientes para que ele seja capaz de *encontrar* aquilo que é definido. Tais elementos não exercem seu papel de indicador de fenômenos precisos ou bem determinados sempre e apenas como “setas” (*dícticos*) ou “etiquetas” (*nomes próprios*), podendo funcionar igualmente como “restritores”, ou seja, restringindo as possibilidades de interpretação. Este efeito indireto lembra o *sentido* (*Sinn*) de Frege, como “modo de apresentação” do referente.

¹⁰ *Confissões*, Livro XI, cap. XIV, 17.

fenômenos) cuja efetividade e interação dificilmente podem ser reduzidas a um denominador comum.

Não é à toa que, para Ricoeur, a palavra opera como uma espécie de intermediário, um “permutador [*échangeur*] entre o sistema e o ato, entre a estrutura e o evento”:

Por um lado, [a palavra] concerne à estrutura, como um valor diferencial, mas então não é mais que uma virtualidade semântica; por outro lado, diz respeito ao ato e ao evento, na medida em que sua atualidade semântica é contemporânea à atualidade evanescente da enunciação. (RICOEUR, 1974, p. 93)

Podemos assumir, portanto, que palavras remetem a feixes de relações que se estabelecem em vários níveis: o problema é estabelecer qualquer relação entre estes níveis reconhecidamente heteróclitos. Nelas se superpõem camadas distintas, cada qual com seus princípios de funcionamento ou efetividade. Estes níveis da palavra não só se caracterizam por apresentarem distintos graus de *objetivação* — como impressão sonora concretamente perceptível pelo sentido da audição ou também como inscrição, registro magnético, item lexicográfico, etc. —, mas estão mesclados a aspectos *subjativos*, na medida em que são arrastados no fluxo de uma prática momentânea, transitória, associada a contextos que não se consegue reconduzir de maneira óbvia à estrutura sincrônica da língua. E se a unidade complexa proposta pela palavra pronunciada não oferece nenhum “ponto de apoio satisfatório ao espírito”, isso acontece porque o olhar se perde entre dimensões que não consegue concatenar. A palavra pode até constituir um “objeto”, porém se trata sempre de um “objeto oscilante”, bem distante do ideal de inteligibilidade que os critérios de cientificidade que Saussure tem em mente requerem. Estamos diante de um amálgama que ainda não foi adequadamente desligado de aspectos subjetivos: falta-lhe, justamente, *objetividade*. A riqueza de aspectos que vislumbramos na palavra, a multiplicidade de caminhos que se abrem, todos de algum modo transitáveis, embora não seja possível passar de um a outro a nosso bel-prazer, é ao mesmo tempo a sua insuficiência, a razão pela qual ela não serve como um objeto estável para o olhar do investigador.

A independência entre os planos também frustra qualquer tentativa de dispô-los hierarquicamente ou estabelecer conexões claras entre eles. Não

se estendem em continuidade para formar um campo *homogêneo*, como bem observa e lamenta Saussure. Sendo assim, não se consegue acompanhar de maneira controlada os efeitos que teriam uns sobre os outros, não se pode rastrear a rede de determinações mútuas que se teceria à sombra do fenômeno a que nos referimos como *palavra enunciada*. Num empenho para classificá-lo podemos identificar elementos que se oferecem a uma experiência comum, como as frequências sonoras que vibram e podem ser captadas no espaço partilhado por interlocutores, e até atribuir a eles certa universalidade, no caso das bases para imagens acústicas ou dos fonemas que a elas correspondem como *invariantes* que são reconhecidas e intercambiadas em uma comunidade linguística. Mas também devemos levar em conta elementos particulares, acessíveis apenas individualmente e, logo, carentes de objetividade, não verificáveis ou reproduzíveis (*não replicáveis*) fora da esfera de cada sujeito considerado em sua singularidade.

Com tudo o que recusa ao investigador, por seu excesso, a palavra fornece indícios para um esboço do ideal de cientificidade que orienta o esforço de delimitação de um objeto perfeitamente cognoscível (do qual seria uma espécie de “negativo” ou imagem inversa). Em primeiro lugar, como já acenado, a partir do momento em que não chegamos a nos desembaraçar da esfera subjetiva, não atingimos um grau suficiente de *objetividade*. A consistência do objeto pressupõe uma espécie de desligamento ou, ainda melhor, uma *desidentificação*. O étimo latino *objectum*, derivado de *objicere*, associa a partícula *ob* ‘diante, contra’ a *jacere* ‘lançar’; um “objecto” seria, nesse sentido, aquilo que é “posto ou lançado diante”, projetado “para fora” do sujeito, em oposição a ele, para só então poder ser contemplado em isolamento¹¹. Retomando o paralelo metafórico com os objetos materiais dispostos no espaço, sabemos que sua visibilidade está sujeita a variações de iluminação, das qualidades do ar, da posição e das condições perceptivas do observador, etc. Isso significa que, embora ocupando um espaço externo que não se confunde com o sujeito, permanece sempre o problema de identificar os planos perspectivais nos quais se distribui aquilo que foi projetado ou “lançado diante” como *objectum*. Assim, se não temos como separar esferas

¹¹ Algo *objetivo* transcende a experiência individual, solipsista, e é aferível em comum com outros sujeitos. Objetividade, nesse sentido, está ligada de certa forma a generalidade. O conhecimento tem valor geral no sentido de que é apreensível para todos, ou seja, suas condições de apreensão independem de aspectos singulares (relacionados à *sensação* ou ao *acidente*, como diria Aristóteles, pois para ele não pode haver conhecimento do não necessário). É nesse sentido que se fala de um desligamento do subjetivo.

heterogêneas — é o caso da palavra —, elas acabam colapsando umas sobre as outras, sugerindo relações inexistentes entre elementos heteróclitos (isto é, pertencentes a planos que não se comunicam, pelo menos da maneira como *parecem* fazê-lo). Como diria, Saussure, não há *homogeneidade* aqui: não temos nenhuma concatenação, mas um amontoado inextricável, onde não se pode tomar uma decisão quanto ao pertencimento ou não de elementos a este ou àquele plano, quanto à sua participação nesta ou naquela rede de relações. Além disso, não podemos estabelecer, entre planos que se confundem e embaralham, uma hierarquia que revele os pontos de contato e determinação mútua entre estes planos. E uma vez que os pontos de passagem de um nível ao outro não são identificados, não se pode colocar os níveis *em relação*. A partir de uma situação *indecidível*, em que não podemos articular adequadamente os elementos percebidos, frustra-se a possibilidade de uma passagem controlada de um estado a outro, de um subsistema a outro — estamos diante, enfim, de um problema de *formalização*. Daí uma falha ou brecha na previsibilidade. Não podemos mais, a partir de um estado, derivar logicamente ou controladamente um estado subsequente.

Objetividade, inteligibilidade, unidade ou homogeneidade, decidibilidade, maleabilidade ou disponibilidade para a formalização. Todas estas qualidades espelham uma série de critérios que regulam e aferem o *status* que compete a cada fração de conhecimento, que sancionam a aplicação ou não do selo de qualidade “ciência”. Estes critérios, por sua vez, dizem respeito aos métodos, às formas de garantir a validade de um objeto, de obter um alto grau (se não o máximo) de certeza quanto a ele, sendo que cada um desses critérios está voltado para um (ou mais de um) aspecto da atividade cognitiva no sentido mais amplo¹². Além do mais, se o termo “ciência” distingue o conhecimento que traz em si mesmo a garantia de sua validade (cf. ABBAGNANO, p. 136), cada requisito aplicável ao objeto plenamente cognoscível (que ele seja apreensível, formalizável, etc.) visa assegurar a idoneidade de cada aspecto ou etapa do processo que recebe globalmente o nome de “conhecer”. Dessa forma, como se resolve ou se concebe cada etapa desse processo, como se visualiza cada momento constitutivo do conhecer, resulta em uma ou outra concepção sobre o que seria “ciência” ou o

¹² Sentido que abrange tanto as condições para a codificação do conhecimento (sua fixação por meio de esquemas, expressões, diagramas, pinturas, imagens fotográficas, teorias, em suma, sistemas simbólicos em geral) quanto as exigências para sua (re)interpretação, isto é, para a leitura dos “objetos” resultantes da codificação, para a restituição de seu sentido (ou ainda, girando a lente, para a restituição do objeto ao seu horizonte de sentido).

conhecimento genuíno (*episteme*) como um todo. Por exemplo, se enfocamos o aspecto da *transmissibilidade* — ou, por outro lado, o da *permanência* do conhecimento, em oposição às variações e caprichos da opinião (*doxa*) — somos levados a rejeitar a experiência sensível como fonte desse conhecimento (e entramos assim no território em que montam acampamento os platonismos em geral).

Desdobrar o conceito de *ciência* nas etapas de um processo permite orientar-se no labirinto de transformações e mudanças de sinal que afetam as várias noções associadas a esse conceito e que com ele compõem uma rede semântica. Um passo é dado nessa direção quando se classifica as diversas acepções de “ciência” segundo a *garantia de validade* ou os meios que asseguram um grau adequado de certeza ao conhecimento. Segundo Abbagnano, por exemplo, tal garantia pode consistir: (i) na *demonstração*; (ii) na *descrição*; (iii) na (*auto*)*corrigibilidade*.

O ideal clássico de ciência vincula a certeza à demonstração de suas afirmações, “interligando-as num sistema ou num organismo unitário no qual cada uma delas seja necessária e nenhuma possa ser retirada, anexada ou mudada” (*idem*). No que tem de aristotélico, esse ideal remete à totalidade de um saber metafísico, uma vez que se concebe o *demonstrar* como a explicitação das causas e princípios de cada objeto ou fenômeno. Do ponto de vista ontológico, subordina os *sensibilia* às causas de sua existência (pois, não sendo necessários, não *são* por si mesmos), estabelecendo uma hierarquia cujo vértice é dominado pela causa necessária de todos os seres, inclusive de si mesma, *causa não causada*¹³. Por outro lado, as essências necessárias ou substâncias que o filósofo busca conhecer só são apreensíveis pelo intelecto, aliás, são o que há de maximamente inteligível. De certa forma, o verdadeiro e real conhecimento, articulado ordenadamente em um organismo unitário, é a expressão da razão como *logos* universal. Ou seja, a razão se basta para gerir este sistema total, uma vez que é capaz de abstrair da experiência o que, nela, é universal, abstrato, cognoscível. Do ponto de vista

¹³ “Ora, não conhecemos a verdade sem conhecer a causa. Mas qualquer coisa que possua em grau eminente a natureza que lhe é própria constitui a causa pela qual aquela natureza será atribuída a outras coisas (...). Portanto, o que é causa do ser verdadeiro das coisas que dele derivam deve ser mais verdadeiro que todos os outros. Assim é necessário que as causas dos seres eternos sejam mais verdadeiras do que todas as outras: com efeito, elas não são verdadeiras apenas algumas vezes, e não existe uma causa ulterior do seu ser, mas elas são as causas do ser das outras coisas. Por conseguinte, cada coisa possui tanto de verdade quanto possui de ser.” (*Metafísica*, a 1, 993b 23-31).

dessa independência do sensível, teríamos a mais perfeita realização desse ideal clássico nos *Elementos* de Euclides. Nessa obra, tida por séculos como o modelo de ciência, a Geometria é desenvolvida utilizando-se métodos puramente dedutivos e evitando-se qualquer recurso à experiência e à indução.

A transição de uma ciência explicativa das causas — ciência integral que se confunde ou coincide com a Metafísica — a uma abordagem que se pode chamar de *descritiva* implica uma relação diversa com os objetos do conhecimento. A matemática continua sendo vista como o instrumento perfeito da ciência em virtude de sua organização demonstrativa. Mas em Galileu, cujo trabalho pioneiro pode ser considerado como um divisor de águas a partir do qual as várias ciências vão se tornando cada vez mais independentes ao se aplicarem a objetos múltiplos (liberando-se assim da hegemonia da “filosofia primeira” e de seu princípio unificador), às “demonstrações necessárias” vem se unir indissociavelmente a “experiência sensata”. Com Newton, a concepção descritiva se traduz num método de análise que consiste “em fazer experimentos e observações, em deles tirar conclusões gerais por meio da indução e em não admitir, contra as conclusões, objeções que não derivem dos experimentos e de outras verdades seguras”¹⁴. É certo, contudo, que a descrição não se resume a uma mera catalogação de impressões ou fenômenos desconexos, é preciso dar conta das relações que possam existir entre eles, e chegar a “conclusões gerais” equivale então a descobrir as leis naturais invariáveis que regem os fatos empiricamente observáveis. Além disso, é o conhecimento das relações que tais leis fixam e exprimem que possibilita, enfim, a previsão de novos fatos — o que evidencia o caráter ativo ou operacional do empreendimento científico preconizado já desde Bacon.

Em linhas gerais, desconsiderando por um instante as complexas transformações e deslizamentos no processo longo e laborioso que resultou no que hoje chamamos de *Ciência*, poderíamos traçar uma linha divisória entre uma concepção cuja garantia de validade se apoia na razão considerada como *logos* e, portanto, tendo uma apreensão do real *a priori* (de forma que o sistema que aí se revela parece poder girar sobre si mesmo) e uma visão cuja garantia é buscada na experiência. Neste último caso, o grau de evidência possível se mede sempre em relação à fragmentariedade do conhecimento humano (não mais “divino”, isto é, puramente intelectual), sendo que as

¹⁴ Trecho do tratado de *Óptica* citado por Abbagnano, na p. 138 de seu *Dicionário de Filosofia*.

construções formais e sua coerência têm sua razão de ser nos dados empíricos como fonte ou conteúdo cognitivo. O próprio termo “descrição” sugere que o produto da atividade científica não coincide com o mundo, relacionando-se, portanto, com uma realidade externa, seja para fundamentar seu edifício dedutivo, seja para aperfeiçoar esta construção, pondo-a à prova na prática experimental. O que nos leva à terceira das concepções acima enumeradas — a *corrigibilidade* (ou, também, *autocorrigibilidade*) —, característica da metodologia contemporânea e menos dogmática, na medida em que abandona qualquer pretensão a uma garantia absoluta. Esta abordagem toma como seu mote o *falibilismo* peirceano e tem em Popper um de seus principais formuladores e divulgadores. Embora de certo modo compartilhe com as outras visões concorrentes a convicção de que o conhecimento científico deva assumir uma forma sistemática, ela dá a essa questão um novo enfoque. No sentido de que se visa menos a uma totalidade organizada e unificada — na acepção que Kant dá à noção de “sistema”, a saber, “a unidade de conhecimentos múltiplos reunidos sob uma única ideia” — e se enfatiza, em vez disso, a *coesão* das proposições que codificam o conjunto de conhecimentos de uma dada ciência. A “coesão” de que se fala aqui diz respeito a dois critérios que, ao fim e ao cabo, garantem que determinada teoria seja *informativa*, ou seja, que ela diga realmente algo de maneira precisa e não se perca em um discurso evasivo ou em ambiguidades. Assim, por um lado, as proposições que constituem o *corpus* teórico de uma ciência particular devem ser consistentes, isto é, *não-contraditórias* entre si¹⁵; além disso, tais proposições devem ser *falseáveis*. De acordo com o *critério popperiano de falseabilidade*, “proposições, ou sistemas de proposições, transmitem informação sobre o mundo empírico apenas se elas são capazes de entrar em choque com a experiência” (ou, em outras palavras, que elas possam ser refutadas por experimentos adequados)¹⁶.

¹⁵ “[A] self-contradictory system is uninformative. It is so because any conclusion we please can be derived from it. Thus no statement is singled out, either as incompatible or as derivable, since all are derivable.” (POPPER, 2005, p. 72).

¹⁶ “The dogma of meaning or sense, and the pseudo-problems to which it has given rise, can be eliminated if we adopt, as our criterion of demarcation, the *criterion of falsifiability*, i.e. of an (at least) unilateral or asymmetrical or *one-sided* decidability. According to this criterion, statements, or systems of statements, convey information about the empirical world only if they are capable of clashing with experience; or more precisely, only if they can be *systematically tested*, that is to say, if they can be subjected (in accordance with a ‘methodological decision’) to tests which *might* result in their refutation” (POPPER, 2005, *Appendix *i*, p. 315).

O próprio Popper destaca a importância desses requisitos fundamentais (que devem ser satisfeitos por todo sistema teórico, seja ele empírico ou não-empírico) e o modo como estão interligados:

Uma análise lógica mostraria que o papel da *falseabilidade* (...) como um critério para a *ciência empírica* é formalmente análogo ao da *não-contraditoriedade* para a *ciência em geral*. Um sistema contraditório não consegue selecionar, a partir do conjunto de todas as proposições possíveis, um subconjunto próprio; de maneira semelhante, um sistema não-falseável deixa de selecionar, a partir do conjunto de todas as proposições “empíricas” (de todos os enunciados sintéticos singulares), um subconjunto próprio.¹⁷

Em síntese, quer a atenção se volte para os nexos argumentativos ou regras lógicas do pensamento; para as evidências ou fontes do conteúdo cognitivo; para a seleção de um conjunto de proposições que não tem pretensões totalizantes nem pode ser definitivamente verificado, mas apenas confutado e, nesse processo, gradualmente aperfeiçoado ou corrigido — seguramente as construções sistemáticas são um recurso que o conhecimento científico em geral não pode dispensar. E, um pouco por brincadeira (mas não muito), poderia propor a seguinte máxima, na tentativa de identificar os vários papéis nesse enredo um tanto intrincado: “*Dize-me como vês o sistema e dir-te-ei se és cientista ou filósofo*”.

Um estudo da evolução do conceito de ciência certamente se mostra útil ao desejarmos avaliar o peso da contribuição saussuriana, não apenas para a ciência da linguagem que inaugura, mas para a visão e o método científico como uma empresa mais ampla e que, de diversas maneiras, caracteriza exemplarmente o nosso tempo. Uma avaliação desse tipo exige, por um lado, que se situe sua investigação historicamente (ou seja, que se aponte aquilo que ele recebe como herança cultural) e, por outro, que se

¹⁷ “A logical analysis would show that the rôle of (one-sided) *falsifiability* as a criterion for *empirical science* is formally analogous to that of *noncontradictoriness* for *science in general*. A contradictory system fails to single out, from the set of all possible statements, a proper sub-set; similarly, a non-falsifiable system fails to single out, from the set of all possible ‘empirical’ statements (of all singular synthetic statements), a proper sub-set.” (POPPER, 2005, p. 316).

explicitem ou reconheçam as inovações que trouxe, ao se defrontar com um objeto particularmente esquivo como é a linguagem, na multiplicidade de fenômenos que a manifestam.

A originalidade do pensamento de Saussure, da tarefa que se impõe — a de dar consistência e unidade às investigações linguísticas¹⁸ —, tem sido cada vez mais associada ao que se pode chamar de uma aventura filosófica. Como afirmam Bouquet e Engler em seu prefácio aos *Escritos sobre Linguística Geral*¹⁹, ao analisar os manuscritos hoje disponíveis, percebe-se que boa parte da reflexão saussuriana (e isto decididamente não é visível no plano geral da obra organizada por Bally e Sechehaye) se desenvolve como “uma especulação analítica (no sentido das *Analíticas* aristotélicas) sobre a linguagem — estendendo-se, às vezes, à questão mais geral dos sistemas de significação humanos —, especulação que o próprio Saussure qualificou, diversas vezes, de *filosófica*: pode-se falar, também, como ele mesmo chegou a fazer, de *filosofia da linguagem*” (SAUSSURE, 2012, p. 12). No entanto, poder-se-ia retrucar, mais do que um filósofo, ele não é um cientista? Seu famoso livro sobre o sistema das vogais do indo-europeu não foi amplamente reconhecido pela comunidade científica de sua época como um estudo exemplar dentro da tradição da Gramática Comparada? Não se trataria, então, para ele, de seguir aplicando uma metodologia já amadurecida na progressiva elucidação dos fatos linguísticos? Saussure coloca, porém, estes supostos fatos entre parênteses. Observa que, na verdade, os objetos sob estudo não têm a consistência que a eles é dada. Desse modo, ele se vê às voltas com um tema genuinamente filosófico, um problema com uma longa tradição e que, apesar das inúmeras formas em que se apresenta, pode ser resumido como o da *constituição do objeto do conhecimento*.²⁰

¹⁸ Remeto aos comentários e citações de Benveniste sobre o descontentamento de Saussure em relação à terminologia então corrente no meio linguístico (“Saussure após meio século”, in *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Unicamp, 1991).

¹⁹ Volume publicado na França em 2002, pela Gallimard, com o título *Écrits de Linguistique Générale*, que inclui manuscritos descobertos em 1996 na estufa do hotel genebrino da família de Saussure (referentes à composição de um livro jamais concluído sobre Linguística Geral) e hoje conservados na *Biblioteca pública e universitária de Genebra*.

²⁰ Uma maneira de equacionar as componentes filosófica e científica da atividade intelectual saussuriana é oferecida por Simon Bouquet em sua *Introdução à leitura de Saussure*. Sua proposta é a de considerar o todo de seus questionamentos (comumente associados sob o rótulo único de “Linguística Geral”) de acordo com três momentos ou orientações distintas (ainda que interligadas): (i) Em primeiro lugar, uma reflexão sobre os princípios da Gramática Comparada, na qual o genebrino era reconhecidamente um especialista (ou, em outras palavras, uma *epistemologia da gramática*

São conhecidas as operações encarregadas de isolar este tão ansiado objeto estável: a *língua*. Dizem respeito, em última instância, à *sincronia* e ao reconhecimento das *relações diferenciais* que unem em um todo solidário elementos cuja positividade é secundária. A proposta da abordagem sincrônica e do jogo de relações diferenciais que caracterizam um sistema em sua *autonomia* (a perfeita articulação de todos os elementos, sem redundância e ao mesmo tempo completa) garantiria um campo de experimentação passível de ser interrogado pelo pesquisador.

Não esqueçamos, porém, que aquilo que Saussure tem, aqui, sob o olhar, é nada menos que uma *totalidade*. A ativação de tal olhar panorâmico, capaz de abarcar um conjunto, requer que seja esquecida, num instante congelado, cada unidade em sua positividade. Não se pode mais, portanto, tomar *em si* uma “entidade” qualquer, desligada do feixe de relações que a liga intimamente a todas as outras unidades com as quais faria sistema. Podemos anotar, provisoriamente, os problemas que se abrem quando um posicionamento perspectivo como este é adotado. Um primeiro exemplo seria o seguinte: a perspectiva que revela integralmente o sistema coloca em questão a *autonomia* desse sistema, isto é, a possibilidade de sua independência em relação ao que não entra no jogo diferencial que mantém coeso o campo em que interagem seus elementos e forças. Em seguida, a questão da autonomia ou da coerência interna de sistemas exige também que se pergunte pelas possibilidades de transformação e de reestruturação desses organismos integrais e unitários e suas trocas com outros sistemas.

Se a consideração de uma unidade significativa em sua positividade (digamos, uma palavra destacada, por um lado, do fluxo do discurso e, por outro, das relações que a vinculam aos outros itens lexicais que a circundam) era o efeito de uma abstração, este isolamento de uma esfera sistemática

comparada); (ii) uma *epistemologia programática* ou, pode-se dizer, uma verdadeira *aposta epistemológica*, na medida em que objetivava uma disciplina futura tão científica quanto a gramática comparada; (iii) uma *filosofia da linguagem*, entendida como uma reflexão sobre o *fato da significação linguística*, abordagem que Bouquet chama, num sentido técnico específico, de *metafísica*. De fato, é preciso acrescentar que os termos “epistemologia” e “metafísica” aqui refletem uma *complementaridade* entre *saberes positivos* e *saberes não-positivos*, segundo a perspectiva adotada por Bouquet, os primeiros respondendo aos critérios de uma *ciência galileana* (empírica e matematizada, isto é, passível de *experimentação* e *formalizável*) e os segundos estruturados de tal maneira que o valor de verdade de suas proposições “não implica de modo algum uma referência externa direta. Sua única referência externa direta é a de não distinguível, a substância do real como um. É por essa razão que — literalmente — cada sistema filosófico, por exemplo, reconstrói o mundo” (cf. BOUQUET, 2004, “Preâmbulo”; como também o “Prefácio dos Editores” aos *Escritos de Linguística Geral* já citado).

também é resultante de uma separação do usuário de uma língua em um observador que analisa, de fora, um objeto. Ou seja, ocorreu um salto abstrativo inverso, análogo à abertura de foco que, ao iniciar esta seção, propus como uma atitude apropriada para o estudo de teorias. De fato, encontramos uma curiosa simetria, uma reprodução, em outro nível, de um mesmo posicionamento perspectivo. O olhar que considera, de fora, teorias e suas semelhanças e especificidades é análogo ao olhar que, dentro da teoria, se debruça sobre sistemas (em nosso caso, sistemas de signos).

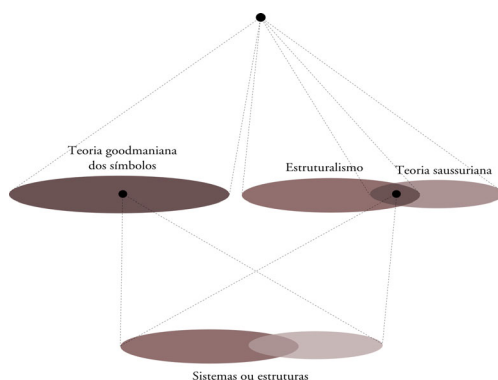


Figura 1 – Teorias sobre teorias

Esta não é uma observação gratuita nem apenas um recurso retórico (pelo menos, não no sentido negativo que frequentemente se atribui à Retórica). O que se quer ressaltar é que a apresentação de um objeto qualquer, ligado inevitavelmente a um “prisma” que o revela (como insistia Saussure), implica uma separação de níveis cuja integração deve ser sempre problematizada ou, em outras palavras, fica sempre à espera de uma solução²¹. Uma objeção possível seria a de que a palavra “objeto” é usada aqui de maneira ambígua, que ela não tem em todos os casos o mesmo

²¹ Cabe notar neste ponto que uma proposta centrada no objeto, ou melhor, nas *operações de objetivação* — que pressupõem sempre um resíduo não objetivável, porém vital para a recuperação de qualquer objeto em uma *interpretação* — parece oferecer um dispositivo ou critério de demarcação mais simples do que aquele elaborado por Bouquet, em sua *Introdução à leitura de Saussure*, o qual depende de uma análise do processo histórico de afirmação das ciências positivas iniciado no século XVII e, enfim, do postulado de uma *complementaridade* entre o que ele define como *saberes positivos e não-positivos*, “delimitáveis sobre a base de critérios epistemológicos, como o resto um do outro” (cf. BOUQUET, 2004, p. 29).

sentido preciso e único. Mas é justamente disso que se trata, uma vez que um dos pontos fundamentais desta análise diz respeito à constituição de objetos, em todos os níveis nos quais ela se apresente. Além disso, uma das questões-chave que desejo enfrentar é: Existe algo de comum entre os objetos distintos que tomam sua forma a partir de perspectivas distintas (ocupando, portanto, planos distintos)?

Finalizando estas notas preparatórias ou “premissas” com uma breve retrospectiva dos tópicos apresentados até o momento, e filtrando ou retendo seus momentos principais — a fim de organizá-los em um fio argumentativo que sirva como referência ou baliza para o desenvolvimento de nossa análise —, pode-se destacar enfim as seguintes etapas ou passos metodológicos:

(i) Um procedimento *descritivo*, fixando os aspectos da teoria que deverão ser tratados, e que corresponderia a uma seleção *prima facie* do material de análise e das diretrizes ou relações-chave, assim como do conteúdo proposicional da teoria estudada, ou seja, o que ela efetivamente diz e em que esfera ou em relação a quais fenômenos ela encontra aplicação;

(ii) Um estudo *comparativo*, em que se colocam lado a lado aspectos teóricos, temas, etc. que possam ser considerados como análogos ou apresentem alguma convergência (mesmo que não cheguem a coincidir completamente, provindo de campos diversos ou que não partilham uma mesma agenda de problemas por solucionar);

(iii) Uma *crítica*, no sentido de uma avaliação do alcance de cada proposta, a coerência mantida em relação aos pressupostos e princípios adotados (e isso tanto em relação à teoria em foco como ao método estruturalista que lhe serve de contraponto). Vale lembrar que tal revisão de teorias não se dá numa via de mão única, digamos, retificando as formulações goodmanianas tendo como base tudo aquilo que o estruturalismo sanciona ou recomenda. Parece plenamente possível que as alternativas propostas por Goodman possam esclarecer, no final das contas, as ideias cardinais ou as motivações primeiras que caracterizam o estruturalismo, provocando uma remodelagem de seu quadro conceitual.

Na próxima seção — que precede um exame mais detalhado da teoria apresentada em *Languages of art* e uma reconstrução das conexões que mantém com outros momentos de seu trabalho filosófico —, comentarei algumas exigências e problemas gerados no campo da Arte, e como a postura filosófica de Goodman o leva a relacionar intimamente questões do domínio da Estética com preocupações de cunho epistemológico.

2 ARTE E COGNIÇÃO

2.1 Por que uma Estética?

Antes de qualquer outra coisa, convém assinalar uma circunstância que, precisamente por ser tão patente, poderia passar ao largo, mas para a qual nunca é demais chamar a atenção. Trata-se do fato não casual de que a abordagem goodmaniana a uma teoria (bastante geral) dos símbolos se desenvolva e seja apresentada no contexto de uma discussão sobre uma série de problemas que dizem respeito, mais especificamente, ao domínio da Arte. De fato, o estudo empreendido em *Languages of art* cobre uma variada gama de questões, tais como as condições de produção e apreensão das chamadas *obras de arte*, sua autenticidade, os meios disponíveis para sua valoração ou mesmo para o simples reconhecimento de uma peça como objeto “genuinamente” artístico, e assim por diante.

Há mais de um motivo para que uma investigação de caráter semiológico como esta encontre seu mote em um estudo sobre as criações artísticas e seus meios de expressão. Ou, dito de outro modo, que sua elaboração corra paralelamente a preocupações que constituem o centro de interesse daquela disciplina ou ramo da investigação filosófica que correntemente se denomina *Estética*.

Uma primeira boa razão a ser citada é a *generalidade* que esta teoria pretende ter. Tal pretensão exige que se considerem símbolos como aqueles utilizados na arte. Tais símbolos não se limitam à expressão verbal, matéria-prima da prosa e da poesia. Entre eles se incluem desde *elementos pictóricos* concretamente situáveis a *gestos* bastante fluidos e voláteis, e que precisam ser continuamente reencenados nas mais variadas condições (como no teatro e na dança). E mesmo a observação procedente de que a pluralidade das manifestações artísticas se vale de um repertório de símbolos extremamente rico não encerra a questão — a bem da verdade, esse repertório está sempre sujeito a ampliações, assimilando continuamente novos materiais expressivos. Voltaremos a isso. Deixo anotada, contudo, adiantando um pouco o assunto, a sugestão de que a arte é capaz de proporcionar um campo “especulativo” (ou de “simulações”) em que encontra lugar uma reflexão radical sobre o *signo* ou *símbolo* (no sentido mais genérico adotado na presente discussão) e suas formas de funcionamento ou atualização.

O segundo ponto a ser contemplado aqui seria o *status* atribuído às artes no conjunto das atividades humanas. A presença de manifestações artísticas em qualquer cultura é fato incontestável e um testemunho eloquente de que são indispensáveis, na medida exata em que respondem a um impulso íntimo, essencial à espécie a que pertencemos. Se, segundo dizem, o objetivo do homem é evoluir, certamente uma tal *evolução* envolve a aquisição de um olhar sobre o que nos cerca e sobre nós mesmos cada vez mais revelador, mais percuciente, capaz de desvelar o que não se apresenta (mas que sentimos pulsar em cada *apresentação*). Estando assim as coisas, não parece exagerado sublinhar que a experiência estética enriquece nosso entendimento e, assim fazendo, amplia nosso alcance no mundo (ou, reforçando a dose, chega mesmo a ser um dos fatores que determinam a amplitude desse “mundo”). O próprio Goodman vai bem longe nessa direção, quando afirma sem titubear:

as artes não devem ser tomadas menos seriamente do que as ciências, como modos de descoberta, criação e extensão de conhecimento, no sentido amplo de um desenvolvimento da compreensão; sendo assim, a filosofia da arte deveria ser concebida como parte constituinte da metafísica e da epistemologia (GOODMAN, 1978, p. 102).

Deixemos por ora de lado os apelos ou insinuações à metafísica, para concentrar a atenção sobre o que representa essa referência a uma *epistemologia*. Pois essa aproximação, esse laço que se estende entre uma “reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano”²² e as peculiaridades da prática artística é mais do que mera “filiação” desta no que diz respeito àquela. A interação que se tem em mente aqui não submete propriamente uma à outra, mas visa a uma complementação, ou melhor, a uma integração mútua que corresponderia a um *completamento*, no sentido de maior eficácia e abrangência explanativa. Trocando em miúdos, tal aproximação não deixaria intocada nenhuma das duas esferas envolvidas. Como assinala Catherine Elgin²³, “ao abrir espaço para a estética dentro da epistemologia, Goodman de fato dá uma nova concepção

²² Esta é uma das definições encontradas no verbete *epistemologia* do Houaiss, caracterizando-a como *Teoria do conhecimento* centrada especialmente “nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo”.

²³ Catherine Elgin é co-autora (com Nelson Goodman) de *Reconceptions in Philosophy and Other Arts and Sciences* (Hackett, 1988). Seu trabalho filosófico se concentra em questões situadas nas fronteiras entre epistemologia, filosofia da arte e filosofia da ciência.

a ambas, epistemologia e estética. Dessa forma, ele revitaliza tanto uma como a outra” (ELGIN, 1997).

Pois bem, mas em que consiste, mais precisamente, esse duplo sopro de vitalidade? Não fugindo à perspectiva que nos deve interessar mais de perto, pelo menos no seguinte: por um lado, reconhece-se uma *cognitividade* própria aos objetos da Estética; por outro lado, a Epistemologia passa a tratar da *cognição* — cujas linhas de demarcação se veem assim ampliadas — em “todas as suas modalidades”, deixando de se resumir, com isso, a uma *Teoria do Conhecimento*.²⁴ Não é difícil constatar que o pivô da questão, o eixo sobre o qual giram e se articulam as ramificações acima citadas é dado, com as vicissitudes e deslizamentos do conceito que ela pretende abarcar, pela palavra “cognição”.

No que tange ao segundo caso, o da extensão dos interesses e temas epistemológicos, a suposição é a de ainda há “modalidades” que a Epistemologia, ao menos em seus moldes mais tradicionais, não chegou a tematizar. Daí a necessidade de afinar ou tornar mais versátil seu aparato classificatório, a fim de tornar mais inclusiva a classe das práticas ditas cognitivas. Digamos que a sinonímia implícita entre *cognição* e *conhecimento* [*knowledge*], que consentia uma transição sem percalços entre as denominações da “epistemologia” e da “teoria do conhecimento”, começa a demonstrar certa falta de *finesse*. A trivialidade dessa superposição não impede, porém, que observemos um escalonamento dessas noções.

Sob uma determinada ótica, *cognição* aplicar-se-ia mais particularmente às relações do sujeito ou agente cognitivo com o objeto a ser conhecido ou *apreendido*. Uma operação de *apreensão* concerne mais diretamente à constituição dos aparatos perceptivos e às condições em que “objetos” se oferecem à percepção e à consciência. Um estudo dos fenômenos cognitivos pode naturalmente se especializar, dedicando-se a uma análise dos fatores fisiológicos que concorrem para a percepção considerada *de per si*, como um estágio primário do processo mais global de “conhecer”. Reserva-se, de outra parte, o termo “conhecimento” para referir, em um plano mais geral, os aspectos envolvidos na organização e na própria codificação dos “saberes”. Visa-se a uma dimensão mais *sistemática*, embora não se deixe de lado a questão da legitimidade das fontes epistêmicas. É nesse contexto que ganha todo seu relevo a ideia de “verdade”.

²⁴ “Goodman maintains that epistemology comprehends understanding or cognition in all its modes. It does not restrict itself to the theory of knowledge.” (cf. DANCY *et al.*, 2010, p. 400 *et seq.*)

Uma definição de *episteme* — isto é, do saber com valor *científico* — com uma longa história e influência duradoura é aquela sugerida por Platão em seu diálogo *Teeteto: conhecimento é “crença verdadeira justificada”*. Como em todas as boas definições, temos aqui um “concentrado” de indícios e informações que apontam para várias direções, à medida que o “diluímos”, se me é permitida a analogia. Assim, a referência à *crença* lembra que a forma do saber no homem está vinculada à sua experiência subjetiva, ao seu “ponto de vista” ou “opinião” (*doxa*). Além disso, a plena *justificação* é indispensável, pois, de maneira um tanto similar a um relógio quebrado que, a despeito disso, marca a hora certa em duas ocasiões do dia, um tolo pode repetir uma verdade axiomática sem ter a menor ideia do que está falando. Como já indicado brevemente nas *Premissas* a essa dissertação, o saber apto a receber a distinção de “episteme” exigiria um conhecimento das *causas*, sendo fruto de uma atividade teórica que extrapola a experiência possuída pelo técnico ou pelo artesão, por maior que seja o tempo de exercício de sua profissão. É a isso que alude Aristóteles quando sintetiza:

Diz-se na *Ética* qual é a diferença entre a arte e a ciência e as outras disciplinas do mesmo gênero. E a finalidade do raciocínio que ora fazemos é demonstrar que pelo nome de sapiência todos entendem a pesquisa das causas primeiras e dos princípios. E é por isso que, como dissemos acima, quem tem experiência é considerado mais sábio do que quem possui apenas algum conhecimento sensível: quem tem a arte mais do que quem tem experiência, quem dirige mais do que o trabalhador manual e as ciências teóricas mais do que as práticas (*Metafísica*, A 1, 981b26 a 982a2).

Já o selo da “verdade” é assunto mais delicado (ou francamente controverso). A variedade de teorias sobre a verdade — como *correspondência* (Russell, Wittgenstein), como *coerência* (Bradley, Neurath), *pragmatistas* (Peirce, James, Dewey), *semânticas* (Tarski, Kripke), da *redundância* (Ramsey), *performativas* (Austin, Strawson)²⁵ — dá uma boa ideia da complicação. Seja como for, o critério aristotélico definido há mais de dois mil anos ainda conserva seu charme na minúcia persuasiva da fórmula: “dizer, daquilo que é, que não é,

²⁵ Um panorama interessante de tais teorias, com seus pontos de contato, derivação e dissensão, é oferecido por Susan Haack no capítulo 7 de seu livro *Filosofia das Lógicas*.

ou, daquilo que não é, que é, é *falso*; enquanto que dizer, do que é, que é; ou, do que não é, que não é, é *verdadeiro*".²⁶

Talvez este seja o momento de tranquilizar um pouco o leitor avesso ao enfileiramento de argumentos de autoridade e referências bibliográficas que não levam a lugar algum. Com efeito, todas essas observações e citações têm como objetivo identificar, para fins de avaliação da posição de Goodman e das reivindicações que faz, duas correntes (esboçadas em linhas bem gerais e aproximativas, admito) que polarizariam o cenário filosófico. São de fato, mais do que qualquer outra coisa, *tendências* que dizem respeito à natureza e características funcionais dos sistemas simbólicos — sejam eles sistemas formais não interpretados ou línguas naturais — como meios imprescindíveis de descrição e de reflexão sobre a realidade.

Embora o *dictum* aristotélico que aparta o *falso* do *verdadeiro* contenha uma menção bem clara a um “dizer” («dizer, do que é, que é...») — o que desautorizaria uma omissão do fato discursivo, da *circunstância* de enunciado, quando se pretende contar a história toda sobre a verdade e a falsidade —, é plausível observar que a análise posterior se concentrou quase que exclusivamente na forma proposicional e em suas supostas propriedades. (Isso não representa nada de inusitado, uma vez que ao próprio Aristóteles se deve um trabalho pioneiro na análise proposicional.) Contudo, valorizar o conhecimento depositado e transmitido na proposição não implica em adotar uma atitude homogênea — de fato, esse crédito pode dar lugar a:

(a) um tratamento isolado da sentença, que “sobreviveria” ainda que extraída do conjunto de proposições que perfaz uma teoria; ou, então, a:

(b) uma abordagem mais “orgânica” ou “holística”²⁷ em que as relações de cada fragmento linguístico com a estrutura lógico-linguística da qual deriva seu sentido (e não apenas um *valor de verdade*) não podem ser desprezadas.

Podemos dispor de um exemplo, bastante recente e revelador da tenacidade do problema, do confronto de posições divergentes no que diz respeito à natureza ou *status* dos enunciados e que, de certo modo, reflete o tipo de antagonismo que se deseja apontar ou caracterizar aqui. Este exemplo está relacionado com os impasses e atribulações a que chega Bertrand Russell

²⁶ Tarski recupera a formulação aristotélica e ao mesmo tempo a subtrai à teoria da correspondência. A acuidade de sua análise pode ser atribuída em parte à atenção que presta ao “dizer” que figura na definição. A passagem a uma *metalinguagem* requer um descolamento da *linguagem-objeto* que corresponde a um salto ou recuo da posição enunciativa.

²⁷ Para não dizer mesmo “estrutural”.

quando — na urgência de conservar um princípio lógico fundamental como o do “terceiro excluído”²⁸ (tendo em vista a “saúde lógica” de sua abordagem) — defende a ideia de que proposições ou sentenças bem formadas devam sempre poder ser consideradas, sem meios termos, ou *verdadeiras*, ou *falsas*.

Não é o caso nem o lugar de reabrir uma discussão sobre a teoria russelliana das descrições e sobre as soluções que ela oferece para os problemas gerados por certa concepção do alcance de sentenças declarativas; muito menos de nos debruçar sobre a importância de certas leis do pensamento tidas como intocáveis, como são os princípios “do terceiro excluído” ou “de não contradição”, na lógica clássica — bastaria lembrar que são assimilados ao aparato formal de que se utilizam Russell e Whitehead nos *Principia Mathematica* com o intuito de levar a bom termo o projeto logicista de fundamentação das matemáticas, deduzindo-as a partir de axiomas puramente lógicos. Porém, não há dúvidas de que é ilustrativo, para a presente argumentação, ter em mente as objeções feitas por Strawson ao que ele chama de “preocupação²⁹ da maioria dos lógicos com definições e sistemas formais”.

Em seu célebre artigo intitulado “On referring” [*Sobre o referir*], publicado pela primeira vez em 1950 pela revista *Mind*, Strawson faz uma advertência não só à posição de Russell sobre certos aspectos pontuais da análise de sentenças da forma sujeito–predicado — como o postulado da existência de *nomes propriamente lógicos*, por exemplo —, porém, mais extensamente, aos pressupostos que acompanham sua visão filosófica. E uma das alavancas da crítica que move é proporcionada pela distinção que assinala entre (a) *sentenças*, por um lado, e (b) *utilizações* e (c) *elocuições* de sentenças.

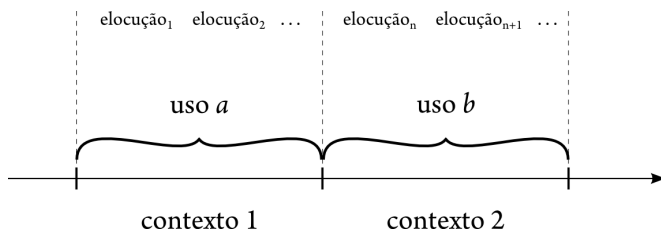


Figura 2 – *Uso e contexto*. Duas pessoas que proferem ao mesmo tempo a sentença “O rei da França é sábio” durante a época de Luís XIV fazem: (a) *elocuições* (*utterances*) diversas daquela sentença; (b) a mesma *utilização* da sentença (note-se a correlação entre *utilização* e *contexto*).

²⁸ Cujá expressão formal usual na lógica de predicados seria: $A \vee \neg A$.

²⁹ Entendendo com isso, a meu ver, uma verdadeira “fixação”.

Desse modo, indo na direção contrária à que toma Russell (e que leva este último a isolar sentenças ou proposições de maneira quase “fetichista”), Strawson restitui as formas expressivas às instâncias de discurso, com a inclusão de referências ao tempo e espaço enunciativo, como também a elementos *intensionais* que certo formalismo se mostra bem disposto a eliminar, quando se trata de traduzir ou reconstruir em linguagem lógica os enunciados que usamos diariamente, em nossos respectivos idiomas, para toda espécie de comunicação. O trecho a seguir é inequívoco, no que respeita a esses quesitos:

Para efetuar uma referência individualizante, obviamente algum elemento ou conjunto de elementos é, em geral, requerido para mostrar *que* se tem a intenção de fazer uma referência individualizante e, ao mesmo tempo, *de qual* referência individualizante se trata [...] Para assegurar esse resultado, é quase impossível exagerar a importância do contexto de elocução (*utterance*). Por “contexto” entendo, pelo menos, o tempo, o lugar, a situação, a identidade do locutor, os temas que constituem o foco imediato de interesse e as histórias pessoais tanto do locutor quanto daqueles a quem ele se endereça. Além do contexto, existe, é claro, a convenção: a convenção linguística. Mas — exceto no caso dos nomes próprios genuínos [...] —, a satisfação de condições contextuais que podem ser enunciadas de forma mais ou menos precisa é algo exigido *convencionalmente* (ou, num sentido amplo da palavra, *logicamente*) para a utilização referencial correta das expressões [...] O requisito que deve ser preenchido para que uma expressão, na sua utilização referencial, seja corretamente aplicada a uma coisa determinada é algo que vai acima e além de qualquer requisito da significação adscritiva [*sic*] que a expressão possa eventualmente possuir; é, a saber, o requisito de que a coisa se encontre em certa relação com o locutor e com o contexto de elocução. (STRAWSON, 1989)

Esta receita tem decididamente muito mais recheio do que admite a magra dieta que se contenta em colocar lado a lado, com pouco ou nenhum tempero, o par *sentença-verdade* (ou *valor de verdade*). Ou então, que adiciona, cru, o *objeto* à sentença, como seu *significado* genuíno, a ponto de

tornar problemática até mesmo a compreensão das expressões mais prosaicas, quando constitui ponto pacífico que, ao ouvir a sentença *A mesa está coberta de livros*, por exemplo, qualquer falante da língua não apenas a reconhece imediatamente como *significante*, mas efetivamente “todos sabem o que ela significa”. Como aponta Strawson, a origem do equívoco se encontra em uma assimilação indevida entre “fazer referência ou menção” e “significar”, como se pudéssemos “tirar do bolso a significação (*meaning*) da expressão *o meu lenço*”.³⁰ Como se pode perceber, a estratégia analítica de Russell, cortando e desbastando uma espécie de atalho entre proposição e valor de verdade, acaba levando a um impasse. E é com a intenção de solucionar esse entrave que Strawson recupera e *articula* uma série de procedimentos entre a proposição e a circunstância que justifica a atribuição de um valor de verdade, remapeando uma rota mais sinuosa que passa por estratos intermediários envolvendo aspectos pragmáticos e performativos.

Para falar sem rodeios, com base na linha de reflexão que se tenta reconstruir nesta seção, julgo que se possa intuir o seguinte fato: o de que essa “ligação direta” entre sentença (ou mesmo entre *proposição*³¹) e valor de verdade dependa basicamente da garantia de uma fundamentação ontológica do conhecimento; e que a atribuição inequívoca de um valor de verdade não funcione tão bem quando restituímos as expressões a um contexto enunciativo, a intenções de “dizer” algo, e percebe-se que há efetivamente ocasiões em que sentenças ainda “não dizem nada”, ou até mesmo colapsam quando não encontram as condições de sua enunciabilidade.³² Resumindo, a suposição de que se pode abstrair de uma série de estágios, de passos intermediários com uma função estrutural específica, seria um indício de uma crença na possibilidade de uma conexão direta (*necessária*) entre o dito e o fato, entre *fórmulas atômicas* e a realidade ontológica que suas *constantes individuais* nomeiam — como rótulos colados a frascos de geleia que revelam ou marcam o que estes contêm e, ao mesmo tempo, se valem da concretude material das paredes de vidro para manter sua aderência.

³⁰ Os exemplos desse parágrafo são do próprio Strawson (cf. p. 157-8 do artigo citado).

³¹ Se tomamos certa liberdade ao intercambiar aqui sem muita cerimônia “sentença” e “proposição”, isto se deve a uma analogia que aproxima as relações entre (a) sentença-contexto e (b) proposição-sistema simbólico. Quanto à *sentença*: porque tem papel elocutivo e contextual; quanto à *proposição*: porque só é significativa em relação ao sistema simbólico (sintática e semanticamente) estruturado.

³² Veja-se o caso clássico do paradoxo do mentiroso, em que se subtrai à proposição seu papel de atribuição de “verdade”.

Proposição *verdadeira*

Proposição: verdadeira ou falsa (A ou $\sim A$?)

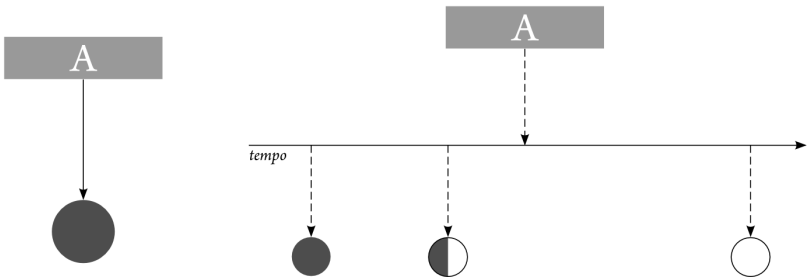


Figura 3 – Variação dos contextos aos quais a sentença pode ser associada no uso, isto é, a partir de elocuições particulares. À *esquerda*: Manutenção de um *link* privilegiado com uma fonte original. À *direita*: Inclusão de uma série de fatores intervenientes, entre os quais a ocasião do enunciado (os contextos estão ligados a um fluxo temporal e, portanto, as condições de enunciabilidade são variáveis).

Na base de uma concepção bastante arraigada, a teoria da verdade como correspondência vem ao encontro de um realismo que afirma a autonomia e precedência do mundo objetivo frente aos nossos meios cognitivos. *Grosso modo*, a cada afirmação verdadeira corresponderia um estado de coisas real. Até mesmo o Wittgenstein da primeira fase concebe a existência de uma relação “estrutural” entre a proposição e o estado de coisas a que se refere (*cf. Tractatus*). Até então, proposições verdadeiras ainda contariam com esse privilégio de estar em contato ou manter um *link* direto com uma realidade ontologicamente enraizada (talvez a despeito das melhores intenções do próprio filósofo). No ambiente de programas de pesquisa científica em geral, a força de persuasão do critério de verdade como correspondência não é pequena. Não é nada surpreendente que cientistas partilhem de “um sentido *robusto* de realidade” (para empregar uma expressão típica de Russell), proporcionado pela convicção de que cada *proposição observacional* se pronuncie acerca de uma dimensão do real que está a salvo, em sua constância, de qualquer embaralhamento. Se há equívocos, estes são produzidos nos meandros de uma linguagem que, transbordando os limites de seus termos, desfaz os fios que associariam biunivocamente, um a um, “nomes logicamente próprios” e regiões ontológicas naturalmente delimitadas. Em certa medida, é defensável e até compreensível que assim seja: a influência e a proeminência do ideal cientificista em nossa sociedade estão diretamente relacionadas com

a eficácia tecnológica e as repercussões práticas de suas descobertas. Essa aspiração de progresso³³ e de domínio sobre a ordem dos fatos não fraqueja nem mesmo diante daqueles impactos indesejáveis, sempre mais visíveis, que acompanham os avanços da técnica.

2.2 Versões de mundo

Imagine-se, agora, que a ideia de um modelo impassível — de uma *versão original* que, mesmo não sendo direta ou declaradamente tributária de uma noção como a de “substância” ou daquela de “essência” platônica persistindo em uma esfera imutável, ainda assim se queira como “o” padrão de aferição de qualquer reconstrução lógica destinada a estabelecer o *real* —, imagine-se, repito, que tal ideia venha a perder seu poder de convicção, para não dizer sua *plausibilidade*. Com efeito, o terreno começa a ceder abruptamente sob nossos pés tão logo prestemos a devida atenção ao seguinte detalhe, ao qual Goodman, a seu modo, não se cansa de aludir: não importa qual seja a “natureza” daquilo que tencionamos descrever — sua silhueta, o contorno preciso da forma que é sua *delimitação* ou *determinação*, se funde e confunde com o molde usado para forjá-la, o que equivale a dizer que o *descrito* é inseparável de nossos *modos de descrição*. Tudo o que possamos citar como constituindo o “estofa material” de que é feito nosso mundo — da matéria à energia; de ondas a partículas — é “feito” (isto é, ganha seu *sentido e perceptibilidade*) conjuntamente com as *versões descritivas* por meio das quais unicamente temos acesso a algo como um “mundo”.

We are confined to ways of describing whatever is described. Our universe, so to speak, consists of these ways rather than of a world or of worlds. (GOODMAN, 1978, p. 3)

Este é um ponto central tanto do *construtivismo* como do *pluralismo* advogados por Goodman. De um lado, um pluralismo que nada tem de

³³ Em seus anseios, o ideal cientificista frequentemente assumiu uma coloração utópica na promessa de igualdade e liberdade dos homens emancipados do jugo do trabalho e da necessidade. Mas também muitas vezes se revelou falsamente utópico, pois em vez de levar à transformação, reforçou o *establishment* e suas “linhagens” legitimadoras, as quais, reproduzindo em outro plano a *verdade* que sempre conserva suas raízes ontológicas nas *coisas* que seriam a “fonte do conhecimento”, se distingue por remontar sem desvio às “origens”.

anticientífico, mas se opõe frontalmente a materialistas e fisicalistas³⁴, na medida em que estes defendem o monopólio de “um sistema, a física, preeminente e que tudo abarca, de modo que qualquer outra *versão* deva ser eventualmente reduzida a ele ou rejeitada como falsa ou carente de sentido” (*op. cit.*, p. 4). De outra parte, um construtivismo rigoroso, analítico e ao mesmo tempo cético, calcado na compreensão lúcida de que “falar” do “puro dado”, de uma percepção sem o mínimo traço de elaboração conceitual ou de um *substrato* depurado de qualquer propriedade é autocontraditório, “pois o discurso impõe estruturas, conceitualiza, atribui propriedades” ou predicados (*idem*, p. 6).

Mas, a que corresponderia exatamente uma “versão de mundo” e em que sentido se pode propor que há, efetivamente, uma *pluralidade* de “mundos reais”?

Um dos exemplos preferidos usados por Goodman em sua exposição compara descrições alternativas referentes ao *movimento* de corpos materiais. Considerem-se as sentenças:

(i) O sol *sempre* se move;

(ii) O sol *nunca* se move.

A despeito de sua incompatibilidade, ambas podem ser aceitas como sendo *verdadeiras*. Em tempo (antes que algum leitor tenha uma síncope): tudo depende, bem entendido, dos *quadros de referência* [*frames of reference*] que se têm em mente ao empregá-las.³⁵ Aqui salta imediatamente à vista o grau de inadequação de uma perspectiva que assume essas duas sequências de caracteres ou palavras (i) e (ii) como proposições completas com valores de verdade que seriam *inerentes* a elas. Seria melhor, diz Goodman, interpretá-las como construções elípticas que carregam uma restrição implícita como “sob o quadro de referência X...” à asserção que explicitamente fazem.

A verdade ou a falsidade de proposições, cabe frisar, depende de (vale dizer, *só têm sentido em*) tais quadros de referência. E quadros de referência,

³⁴ Defensores da teoria segundo a qual todos os saberes (incluindo as ciências humanas) deveriam se pautar pelo paradigma científico da física, uma vez que até mesmo estados mentais e afetivos só encontrariam uma explicação plena e concreta se reduzidos a realidades físicas, tidas como fundamentais.

³⁵ É tendo isso em vista que convém dizer apenas que as duas proposições são *incompatíveis*; dizer que são *contraditórias* (i.e., que não podem ser *nem verdadeiras nem falsas ao mesmo tempo*) só se aplicaria se as referíssemos ambas a um mesmo quadro referencial.

salienta Goodman, dizem respeito a *sistemas de descrição*, mais do que *àquilo que é descrito*. Para falar sobre o mundo, usamos necessariamente um ou mais quadros de referência; se, num acesso de *húbris*, quiséssemos nos desfazer completamente deles, a única alternativa restante seria calar.³⁶

Por representativo ou sugestivo que venha a ser, o exemplo das descrições alternativas de movimento acima citado é apenas uma pequena amostra da variedade e do alcance das manifestações em torno das quais gravita e evolue a proposta goodmaniana das *versões de mundo*. Entre outras coisas, ele faz questão de sublinhar que, em sua formulação, fala “não em termos de *múltiplas alternativas possíveis* para um *único mundo real*, mas de *múltiplos mundos reais*” (GOODMAN, 1978). Uma primeira indicação que este trecho pode nos dar é de caráter terminológico. Traduzir por “múltiplos mundos *reais*” a expressão-chave “multiple *actual* worlds”, que consta no original, não faz jus a ela, na medida em que não restitui um aspecto importante de seu sentido. O uso do termo *actual* em sua acepção de ‘real’, ‘efetivo’ é comum em inglês, o que justificaria até certo ponto a tradução. Mas nesse caso convém levar em conta também seu sentido no vocabulário técnico filosófico, em que o atributo “atual” é usado para se referir àquilo que na ordem das coisas está “em *ato*”, por oposição ao que permanece “em *potência*”, ao que subsiste como *possibilidade*, mas que, por alguma razão, ainda não se manifestou.

Uma vez que se trata, então, de uma pluralidade *atual*, isto é, de múltiplas versões de mundo *manifestas* (cada qual respondendo a exigências específicas), é preciso concebê-las — se não em uma difícil continuidade que nenhum método óbvio parece capaz de estabelecer³⁷ — como “convivendo”, de algum modo, em *complementaridade*.

As versões de mundo dramaticamente contrastantes podem naturalmente ser relativizadas: cada uma é certa sob um dado sistema — para uma dada ciência, um

³⁶ “Frames of reference, though, seem to belong less to what is described than to systems of description: and each of the two statements relates what is described to such a system. If I ask about the world, you can offer to tell me how it is under one or more frames of reference; but if I insist that you tell me how it is apart from all frames, what can you say?” (GOODMAN, 1978)

³⁷ “A reduction from one system to another can make a genuine contribution to understanding the interrelationships among world-versions; but reduction in any reasonably strict sense is rare, almost always partial, and seldom if ever unique” (GOODMAN, 1978, p. 5).

dado artista ou um dado observador e situação. Deixamos novamente aqui de descrever ou representar “o mundo” e passamos a falar de descrições e representações, porém agora sem ter ao menos o consolo de uma tradutibilidade entre tais sistemas ou de um método evidente de organizá-los.³⁸

A reticência (ou rejeição taxativa) com que eventualmente se receberia esta “fragmentação” da realidade encontraria sua motivação em duas objeções básicas, pelo menos. Em primeiro lugar, seguindo uma predisposição natural do pensamento lógico ou racional (a exigência de *unidade e articulação*), a de que todas estas chamadas “versões” não seriam mais do que facetas de um único e mesmo mundo. Mas a essa concepção ainda caberia o ônus de apresentar um método de organização ou de redutibilidade aceitável, que não acarretasse a perda de informação ou de sentido proporcionado por versões distintas, em função da escolha de uma única versão-padrão. Todo partidário ou praticante de certa versão vê as outras como redundantes ou omissas, como muito complicadas e distantes da prática ou cheias de imprecisões, distrações e toda uma série de elementos “supérfluos”.

A incompletude ou a parcialidade das versões de mundo, ressaltada pelo fato de que elas convivem problematicamente — não sendo nem a redução nem a tradução uma tarefa facilmente exequível —, não anula o fato de serem sistemas igualmente ativos e iluminadores de vários aspectos vitais para nossa compreensão, e dos quais não parece aconselhável, pela sua riqueza e informatividade, abrir mão — isso seria mesmo de uma arbitrariedade extrema.

A segunda objeção — ligada aos sistemas de valores que elegemos e a princípios de legitimação — tem a ver com a questão de que não estimamos ou valoramos equivalentemente as realizações da arte, as descobertas e preceitos cientificamente obtidos e testados ou, numa dimensão mais trivial, as noções derivadas dos fatos aos quais estamos mais corriqueiramente expostos, noções depuradas pelas gerações e entesouradas naquilo que se conhece como *senso comum*.

³⁸ “The dramatically contrasting versions of the world can of course be relativized: each is right under a given system—for a given science, a given artist, or a given perceiver and situation. Here again we turn from describing or depicting ‘the world’ to talking of descriptions and depictions, but now without even the consolation of intertranslatability among or any evident organization of the several systems in question” (GOODMAN, 1978, p. 3).

Ao tentar garantir, quando menos, uma espécie de “convivência” (de preferência a uma “coexistência”) para a multiplicidade de visões interpretativas de que tratamos — todas altamente significativas, não obstante sua disparidade —, sugeri acima que elas poderiam encontrar participação em uma relação de *complementaridade*. Com isso, pretendeu-se salientar tanto o valor de *oposição* ou *polaridade* entre elementos que são qualificados como “complementares”, mas também o sentido de uma *complementação* associando contrapartes que, não se regendo umas sem as outras, devem completar-se mutuamente. A ideia de “convivência” nos acorre mais rápida do que a de “coexistência” quando ponderamos que a medida dessa *convivência* é dada pelo *agente* em proveito do qual (ou *em função do qual*) estes sistemas ou “versões de mundo” retalhadas e justapostas (mas com um “denominador comum” dado, por exemplo, pela noção de “cognitividade”, tal como Goodman a entende) se manifestam em sua consistência e motilidade, cada qual com o “elã” que lhe é peculiar.

Quando menciona, a propósito das *versões* que “fazem mundo”, as contribuições de pintores como Van Gogh e Rembrandt, as invenções de escritores, dramaturgos, coreógrafos e músicos, todas imediatamente assimiladas a teorias com surpreendente grau de precisão experimental — como a teoria newtoniana da gravidade ou, mais modernamente, as teorias da relatividade einsteinianas e a mecânica quântica —, Goodman vai recolher seus exemplos em uma esfera muito vasta, mas da qual, não obstante, todos nós temos uma *percepção*, um contato que, mesmo diluído, é muito próximo, na medida em que representa o espaço de nossa história como participantes e agentes sociais. Todos estes domínios parciais — que, efetivamente, não julgamos com o mesmo metro, que recebem graus diversos de apreciação quanto à sua confiabilidade e autoridade, que são distinguidos desigualmente no que toca ao peso e à concretude de suas produções e descobertas ³⁹ — se juntam em um quebra-cabeça ainda incompleto ou, se nos sentimos otimistas, mais ou menos bem resolvido (dir-se-ia que estão mais próximos em sua composição a uma verdadeira “colcha de retalhos”).

Isso tudo não impede que Goodman, ao redimensionar o âmbito epistemológico, coloque lado a lado (e em *pé de igualdade*, digamos) ciência, arte e, num gesto inclusivo decidido, a experiência mais cotidiana. No início

³⁹ A ponto de alguns desses campos lidarem, supostamente, com “leis”, enquanto outros se distrairiam misturando cores e sons para o deleite de espectadores e fruidores que buscam refúgio da “árdua realidade”, mais do que *insights* elucidativos sobre o real experienciado e sobre si mesmos como participantes ativos nesse real.

desta seção, ao procurarmos um *denominador comum* que justificasse a aproximação entre epistemologia e estética, vimos que tudo girava em torno de uma nova concepção de “cognitividade” e que, sob essa reformulação, a “verdade” associada ao conhecimento digno do vetusto nome de *episteme* vinha a perder sua posição anterior privilegiada.

Nothing is sacred. Even truth and literal denotation can be sacrificed to achieve a suitable balance of cognitive goals. So there is in principle no objection to integrating into our systems statements and other symbols that are not literally true. (...) The epistemic tenability of such symbols turns on their contribution. (ELGIN, 1996, p. 170)

Em nossa construção de sistemas dedicados a explicar a multiplicidade dos fenômenos e a lançar luzes sobre nossa experiência, um dos principais objetivos seria atingir, portanto, nas palavras de Catherine Elgin, “um equilíbrio adequado de nossas metas cognitivas”. Este objetivo suplantaria inclusive aquele outro, encarado na visão cientificista como o suprasumo e verdadeira meta da ciência, de “ampliar nosso estoque de *crenças verdadeiras justificadas*”.

If our goal is simply to augment our stock of justified true beliefs, we should stick to the more pedestrian claims of common sense. That there have been black dogs, though hardly illuminating, readily admits of confirmation. If, however, it is understanding we seek, such a strategy loses its appeal. For in shifting its focus from knowledge to understanding, epistemology devalues truth. No longer our paramount cognitive objective, truth is but one of a number of desiderata and may lose out to the rest. (...) There is, in principle, no reason why a maximally tenable system couldn't trade off truth entirely, compensating for its loss by other cognitive gains. So disciplines indifferent to truth—for example, those whose deliverances are nonpropositional—may yet be repositories of understanding. If they are, their study falls within the scope of epistemology. (ELGIN, 1996, p. 170)

O mero “conhecimento” não está à altura dessa relação plástica⁴⁰ em que, no mesmo lance, versões se revelam e algo como uma consciência de si se reconhece em seu exercício (em uma práxis). A função “criativa” (em todos os sentidos) deste agente, como o foco ou vértice para o qual converge “uma multiplicidade de aspectos contrastantes” — versões “de importância e interesse independentes, sem qualquer exigência ou presunção de redutibilidade a uma base única” — está mais bem servida com o que nos acena a partir do termo “compreensão”.

The arts function cognitively, Goodman insists. The job of aesthetics is to explain how. Such a contention would be capricious if epistemology were construed as the theory of knowledge. Rarely are the arts repositories of justified true beliefs. But knowledge, Goodman and I contend, is unworthy to be our ultimate cognitive objective. Far better to set our sights on understanding. And far better for epistemology to treat understanding as the focus of its concern. (ELGIN, 1997)

Na rotação (ou revolução) do olhar que se efetuou em virtude dessa “virada epistemológica”⁴¹, a atenção se deslocou do “real” subjacente e independente de nossas construções teóricas ou explicativas para a própria interioridade dos sistemas descritivos, dos aparatos de reconstrução analítica ou compositiva da “realidade” (seja esta qual for, em sua solitária e muda deriva fora do tempo e do espaço).

Se Goodman se dispõe a trocar o “conhecimento” pela “compreensão”, é porque esta aponta para a experiência humana na mais rica de suas expressões. Mais “rica”, bem entendido, em significado, a mais profunda e significativa (o que muitas vezes pode ser proporcionado pela economia de meios que distinguem tanto as teorias científicas mais felizes quanto as obras de arte bem formuladas; o que realmente conta nesses casos é, em vez da opulência, a sutileza ou a delicadeza do que vibra em um equilíbrio dinâmico, expondo o vazio circundante tanto quanto as linhas de força traçadas). Atribuir

⁴⁰ O sentido desta “plasticidade” repousa tanto em um *fazer* como no *fazer-se*. Visa-se aqui tanto a *poiesis* quanto a *autopoiesis*, reforçando a íntima relação que as une — o jarro é testemunha tanto dos dedos quanto da argila.

⁴¹ Esta é a expressão que Elgin usa para dar ideia do alcance da contribuição de Goodman (*cf.*, por exemplo, ELGIN, 1997, p. 63).

um papel cognitivo à atividade artística em geral é sua maneira peculiar de reconhecer amplamente obras de arte como formas de “dar sentido” à experiência humana. É nesse sentido que passa a ser de sumo interesse para a sua “epistemologia” — agora ampliada a um ponto que a aproxima não apenas da arte ou de qualquer outra atividade específica do agir humano, mas também (e esta é uma conexão que desejo explicitar) de uma *hermenêutica* (entendida como *teoria geral da interpretação*) — investigar as modalidades do sentido em geral, isto é, toda atividade “doadora de sentido” (a um mundo, isto é, a uma experiência complexa que possamos nomear como “existência”).

Tudo isso foi preparado e operado por uma mudança de enfoque, que se transferiu das descobertas da verdade sobre uma realidade subsistente (que estaria simultaneamente livre das inflexões da dinâmica simbólica e, a despeito disso, disponível para uma apreensão pelo intelecto humano⁴²) para as estratégias de doação ou instauração de sentido a uma experiência sempre parcial. Experiência esta que, por conseguinte, deve ser complementada com projeções que extrapolam o *atual* (aquilo que, a cada momento, cai sob os sentidos ou é visado na consciência) e constituem uma rede sistemática cuja coesão ou integridade deve ser buscada (sendo, ao mesmo tempo, critério ou pressuposto e meta ou objetivo final).

Se quisermos pôr em perspectiva a impressionante variedade de interpretações que se superpõem e se alternam — “de versões e visões nas diversas ciências, nos trabalhos de pintores e escritores, assim como em nossas percepções informadas pelas teorias científicas e pelas artes, pelos nossos próprios *insights*, interesses e experiências passadas” (GOODMAN, 1978) —, devemos direcionar nossas linhas de fuga para aquela esfera em que se exerce, e, neste exercício, se reconhece, o “espírito humano”. Esta última expressão tem sua história e, portanto, seu mérito e ressonância. Nesse sentido (não obstante o “ressaibo” que a acompanha, hoje em dia), seria tão boa como qualquer outra do gênero, se apenas soubéssemos como tomá-la no que tem de agudo, deixando de lado o excesso de peso. Na perspectiva que nos deve orientar, no entanto, creio que seja mais adequado redimensionar o que se quis reunir sob aquele título, de maneira conceitualmente mais ampla (alguns diriam “vaga”, no que concordo, se isso implicar, naturalmente, que também seja “pródiga”), como o que é próprio da *experiência*.

⁴² O que pressuporia (de forma bastante acrítica) um nível de apreensão direta que ainda não tivesse sido absorvido na cadeia dos pensamentos, não se perdendo então no processo inferencial que afastaria cada vez mais do “dado”, em uma teorização discursiva mais e mais desligada das fontes sensoriais que fundamentariam empiricamente o conhecimento.

Esta “experiência” de que falo é bastante elástica para incluir não apenas a atividade humana (não me vejo autorizado a negar uma experiência ao animal, pelo menos tão pouco como me sinto apto a dizer o que seja). Porém, na medida em que falamos de epistemologia ou, mais extensamente, da *compreensão* associada a sistemas simbólicos, é suficiente que o termo abarque — como requer a abordagem de Goodman — as diferentes áreas da pesquisa científica, assim como as obras de pintores, músicos, escritores e, não menos importantes ou vitais, nossas percepções diárias no contato com o mundo, no embate em que tentamos responder às circunstâncias que se apresentam, munidos de uma bagagem vivencial e de uma tradição que leva, mesclados em si, os ecos amortecidos ou “laicizados” (“mundanizados”) das realizações da arte e da ciência.⁴³ E o principal sobre essa *compreensão* é que ela deve incluir a *percepção* que temos dos sistemas construtivos que, por assim dizer, “consustancializam” o real de que unicamente podemos dispor. Essa *percepção*, a incidência dessa *intuição* não pode ser subestimada; diria mais: ela dificilmente pode ser apreciada o bastante. Veremos logo a seguir por quê.

2.3 Buscando o “equilíbrio”

A aceitação da proposta das versões de mundo deixa em aberto a questão do *critério de seleção* entre versões admissíveis e aquelas que não o seriam. Goodman não tem a menor intenção de abrigar versões aleatórias, tanto quanto um realista o tem de admitir versões falsas. Embora reconheça que sua posição abre espaço a um relativismo radical, este relativismo é

⁴³ Evidentemente, esses domínios não esgotam todo o espectro das vivências humanas. A religião, a ética, a técnica, os jogos, etc. só são omitidos para não diluir o foco de interesse, em se tratando de um estudo dos sistemas ditos simbólicos. Mas, excetuando-se uma aspiração da experiência propriamente *mística* (subjacente a qualquer forma de religião, ligada essencialmente a uma espécie de “sentimento oceânico”), podemos visualizar nosso campo como um gradiente em que se matizam e diluem ciência–técnica–cotidianidade, onde a filosofia confina seja com a religião seja com a arte, a religião com a ética e a metafísica, a política com as medidas sanitárias e higiênicas, ou seja, com a profilaxia em geral, e assim por diante. A exclusão da *mística* se justifica na medida em que, no anseio por uma comunhão perfeita com o sagrado, supõe a supressão de toda *mediação* – e, logo, por definição, do símbolo. O que não impede que seja novamente tematizada na iconografia (arte) ou nos mitos, alegorias, ritos e mistérios (religião). Na mesma linha, podem-se considerar as atividades lúdicas como transversais à técnica (no aprendizado, no artesanato), à dimensão social (tanto nos jogos, no entretenimento, no espetáculo como na política) e à experimentação estética em geral.

muito rigoroso e sujeito a firmes restrições.⁴⁴ Porém, uma vez que nos é vetado qualquer recurso a um ponto de apoio, a uma “fundação” externa como critério de “correção” [*correctness*] de versões de mundo, que estratégia nos resta adotar?

Antes de tentar delinear uma resposta a essa questão, consideremos por um momento os fatores que entram em jogo na elaboração seja de teorias específicas, seja de sistemas epistemológicos (ou de *compreensão*) mais difusos. Note-se que falamos sempre de sistemas simbólicos, pois é desejável que tais elaborações tenham uma codificação objetiva para que sejam avaliadas e eventualmente aceitas, sendo que seu respaldo é também uma medida de sua credibilidade. Dizendo *objetividade*, portanto, dizemos ao mesmo tempo *intersubjetividade*.

Certamente, não se inicia a tarefa do zero. Como diz Goodman, fazer-mundo é sempre um *re-fazer* a partir de mundos já à mão.⁴⁵ O conjunto de crenças que herdamos da tradição constituiria assim uma espécie de plataforma para novas construções. Porém, além disso, temos uma série de valores associados a essas crenças. Tais valores, por sua vez, têm seu peso na definição dos objetivos e antecipações que motivam a construção de novos sistemas. Muitas vezes, detectamos incompatibilidades entre antigos valores e crenças e os novos objetivos que vislumbramos como algo a ser buscado, inclusive como um aperfeiçoamento de tabelas de valores que mostram suas deficiências e inconsistências internas, deixando a descoberto toda uma esfera que sentimos ser de nosso interesse ou que a certa altura não podemos mais ignorar. Isso sem mencionar as especificidades dos meios expressivos que empregamos para codificar e objetivar nossas teorias ou sistemas, as “liberdades ou restrições” (*cf.* ELGIN, 1996, p. 106 *et seq.*) a que linguagens de todo tipo, com diversos graus de formalização, estão naturalmente sujeitas.

⁴⁴ “A disposição para aceitar incontáveis versões de mundo alternativas verdadeiras ou corretas não quer dizer que tudo está valendo, que todo discurso não passa de conversa, que não se pode mais distinguir verdades de falsidades, mas apenas que a verdade não deve mais ser concebida como correspondência com um mundo já pronto. Apesar de fazermos mundos construindo versões, não fazemos um mundo juntando aleatoriamente símbolos, assim como um marceneiro não faz uma cadeira pregando peças de madeira ao acaso. Os múltiplos mundos que defendo são apenas os mundos atuais feitos por e em resposta a versões verdadeiras ou corretas. Mundos possíveis ou impossíveis que supostamente dizem respeito a versões falsas não têm lugar em minha filosofia” (GOODMAN, 1978, p. 94).

⁴⁵ “Worldmaking as we know it always starts from worlds already on hand; the making is a remaking” (GOODMAN, 1978, p. 6)

Vemos, então, que o que parecia uma plataforma constitui na verdade um arcabouço incipiente que deve ser submetido a reformulações e aprimoramentos, para que adquira uma estabilidade que não se pode exigir de saída, ao sabor das circunstâncias. Trata-se de um processo de ajustes delicados, cujo objetivo é um sistema, não apenas coerente, mas que responda ao que pretendíamos com sua construção ou reformulação, que seja razoável à luz de nossas admissões e propostas iniciais. Como nesse processo “nada é sagrado”, isto é, não há nenhum aspecto ou fator que não admita discussão ou revisão, até mesmo crenças que julgávamos estáveis podem ser alteradas e até substituídas por outras, sempre em função do equilíbrio do sistema como um todo. É este *equilíbrio reflexivo* que Goodman e Elgin consideram como um padrão de aceitabilidade racional, compatível com o que poderíamos chamar de uma “epistemologia construtiva” em constante andamento.⁴⁶

Tendo em vista estas considerações, podemos propor uma resposta à questão sobre o critério de apreciação das versões de mundo, de uma forma que julgo coerente com a intenção de Goodman:

A pertinência de uma versão de mundo, de um sistema epistemológico articulado capaz de enriquecer nossa compreensão, é aferida por um equilíbrio reflexivo de todos os elementos ou instâncias que concorrem para os resultados e efeitos a que tal sistema dá lugar (ao abrir um campo de manifestação) ou aos quais responde (segundo diretrizes claramente pragmáticas).

Tal pragmatismo pode parecer intolerável a quem enaltece linguagens lógicas (e matemáticas), não apenas por seu rigor, mas principalmente por seu esteio em operações que estariam longe das contingências em que se debatem os interesses e pretensões humanas (dado que se trataria de leis do pensamento absolutamente necessárias), assim como em regras de inferência puramente dedutivas, isto é, plenamente capazes de conservar a verdade contida nas premissas e de transmiti-la às conclusões que se derivam. Mas Goodman, em *Fact, fiction and forecast*, um de seus textos

⁴⁶ Ou, mais precisamente, uma *imperfect procedural epistemology* (cf. ELGIN, 1996, capítulo 1, especialmente p. 10 *et seq.*). O método de equilíbrio reflexivo não é exclusivo da epistemologia ou da justificação de sistemas formais (a própria expressão deve-se a Rawls, no contexto de uma teoria da justiça e da justificação de atos morais; cf. RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999 [1ª ed. 1971]. p. 18). O livro de Elgin citado apresenta uma ampla reflexão sobre este processo de ajuste mútuo de princípios e julgamentos ponderados.

seminais⁴⁷, enfrenta a questão da justificação ou da fundamentação a partir de um ângulo bem distinto. Segundo ele, inferências em geral (sejam elas indutivas ou dedutivas, não importa), assim como os sistemas de regras que as estabelecem, ganham sua autoridade normativa, não pela necessidade *a priori* e absoluta de suas “leis”, mas pelo arraigamento de um hábito [*entrenchment*], cuja estabilidade é laboriosamente conquistada por uma “negociação” entre os resultados inferenciais (avaliados à luz da intuição ou percepção que guia a arregimentação em linguagens lógicas) e os axiomas e regras de que não estamos inclinados a abrir mão.

This looks flagrantly circular. I have said that deductive inferences are justified by their conformity to valid general rules, and that general rules are justified by their conformity to valid inferences. But this circle is a virtuous one. The point is that rules and particular inferences alike are justified by being brought into agreement with each other. *A rule is amended if it yields an inference we are unwilling to accept; an inference is rejected if it violates a rule we are unwilling to amend.* The process of justification is the delicate one of making mutual adjustments between rules and accepted inferences, and in the agreement achieved lies the only justification needed for either. (GOODMAN, 1983, p. 64)

E isso valeria *a fortiori*, a meu ver, para versões de mundos como sistemas, não só de organização e categorização das coisas, mas de *doação ou infusão de sentido à experiência* em geral.

Pode-se resumir o que está em jogo tanto no aprimoramento ou “balanceamento” de uma *versão de mundo* quanto na construção de sistemas formais tendo-se em mente as acepções do termo “constituição”. Com este vocábulo nos referimos ao *ato* ou *processo* que *constitui*; mas com ele também se denota o *efeito* de um *constituir*. Tal efeito se apresenta como

⁴⁷ “*Fact, Fiction, and Forecast* has achieved the paradoxical status of a contemporary classic. It is a classic by virtue of being one of the few books that every serious student of philosophy in our time has to have read; it is contemporary not just because it is by a contemporary philosopher but because it speaks to what are still among the most widely discussed issues in philosophy” (Hilary Putnam, no *Prefácio* à 4ª edição, de 1983, de *Fact, Fiction and Forecast*).

uma “compleição”, uma “composição” ou ainda uma “configuração”. Apontei anteriormente que o ponto de partida para a tarefa de construção ou reelaboração de sistemas depende de uma percepção prévia que, mesmo incipiente, é condição para todo o empreendimento. Portanto, é preciso uma apreensão da “constituição” inicial do sistema e de seu funcionamento. Dos objetos que se revelam e das relações em que se engajam, de modo que podemos, até certo ponto, prever o desdobramento dessas relações no tempo e as transformações nos objetos por elas vinculados. Porém, tendo em vista, sejam objetivos práticos, seja a solução de impasses gerados no próprio sistema (fenômenos que não conseguimos explicar ou inserir na *rede de relações* que associamos ao sistema, ou melhor, que *é* ou *constitui* o nosso sistema, até onde sabemos), nos propomos a “aperfeiçoar” o sistema, adaptando-o ou reformulando-o. Assim fazendo, avaliamos as respostas a nossas adaptações ou intervenções em um ou vários pontos de nossa estrutura ou modelo.

Observemos que um modelo é tanto aquilo que nos permite apreender, em primeiro lugar, um campo de manifestações, quanto o instrumento que usamos para antecipar futuros desdobramentos ou manifestações que a rede de relações de certo modo permite “prever”. O sistema, portanto, é o que “vemos” (a apreensão inicial que dele temos) e aquilo com o qual interagimos, vislumbrando novas perspectivas, as quais, em dado momento futuro, poderemos avaliar em seus efeitos resultantes, quando as “virmos”.

Resumindo e discernindo os momentos da operação:

- (i) Temos uma percepção do sistema em sua distribuição e em seus efeitos;
- (ii) Percebemos as limitações do sistema diante de imprevistos (fenômenos que o sistema não explica ou não incorpora em sua “rede causal”, digamos);
- (iii) Tentamos adaptar o sistema para incorporar as anomalias ou para torná-lo mais explicativo. Nessa tentativa, nenhum aspecto é imutável ou está ao abrigo da revisão: nem axiomas, nem conceitos tidos como primitivos, nem regras, nem a formalização a que submetemos nossos argumentos informais, e assim por diante;
- (iv) Aferimos os resultados de nossas intervenções no sistema pelos efeitos perceptíveis — e, novamente, a *percepção* intuitiva que temos das resultantes sistemáticas é vital.

Notemos que o processo de aperfeiçoamento de modelos, sistemas explicativos ou de compreensão — ou, mais globalmente, de reformulação de versões de mundo — envolve um movimento circular que vai da percepção do “todo” (resultantes sistemáticas) às “partes” (elementos que constituem o arcabouço sistemático, sua estrutura). Esta observação e a referência de Goodman ao “círculo virtuoso” das operações de ajuste mútuo com as quais se busca um *equilíbrio reflexivo* em um sistema — oferecendo um critério viável de sua “saúde/solidez” [*soundness*] ou *correção* — permitem que agora se esclareça a menção à hermenêutica feita um pouco acima.⁴⁸

2.4 Circularidades virtuosas

Assim como Goodman acentua que, na construção e reelaboração de versões de mundo, partimos sempre de uma versão conhecida, de um horizonte do qual temos uma percepção inicial — uma “geografia” ou “topologia” distribuída que já nos encontramos percorrendo e que tentamos mapear —, a tradição hermenêutica estabeleceu como fato interpretativo básico que qualquer aproximação a um *texto* (no sentido geral de algo a ser “lido”) depende de uma *compreensão prévia* que sustenta toda a operação de decifração de “sentidos”.

Como Schleiermacher e Dilthey constataram, a operação interpretativa envolve certa *circularidade*: não podemos apreender uma “parte” sem alguma compreensão do “todo”; por outro lado, também não parece possível compreender o “todo” sem uma compreensão de suas partes (cf. INWOOD, 1999, p. 88-9).

Estabelece-se, então, um movimento oscilante, que pressupõe uma compreensão prévia e uma apreciação das partes constitutivas. Este é o chamado *círculo hermenêutico*, que envolve um movimento que vai do todo para as partes e vice-versa, em uma progressiva reformulação da perspectiva mais ampla da compreensão.

⁴⁸ De resto, essa afinidade é estabelecida pelo próprio Goodman ao reconhecer o trabalho de Cassirer, orientado, como o seu, para um estudo do símbolo e de seu papel central na constituição de sistemas de compreensão do mundo. Ele nota, porém, que, enquanto Cassirer se dedica a um estudo intercultural do símbolo, de sua função nos relatos míticos, etc., a abordagem goodmaniana se desenvolve como um estudo ou um tratamento *tipológico* dos símbolos e sistemas simbólicos (cf. GOODMAN, 1978).

Na experiência da arte também há circularidades, como Heidegger não deixa de observar:

How can I learn what art is except by studying works of art? How can I recognize a work of art unless I know what art is? My implicit prior knowledge of art enables me to recognize clear cases of works of art. (*The Origin of the work of Art*, 8/144 – citado em INWOOD, p. 89)

A noção de um condicionamento mútuo entre “partes” integrantes e o “todo” que integram é de grande importância e se faz sentir em cada formulação elaborada pelo pensamento hermenêutico (PACKER, 2011). Na exegese de um texto, de uma mensagem confiada a um sistema de codificação, seja em um trecho bíblico ou em fragmentos de uma carta anônima, não podemos nos apropriar de uma ideia sequer sem ter algum entendimento, não apenas do idioma e das regras de sua utilização, mas de toda uma esfera que engloba a tradição histórica e cultural em que o texto foi forjado.

Há várias concepções de círculo hermenêutico, dependendo das instâncias que envergam seu perímetro. O círculo hermenêutico se desdobra, na verdade, em várias circularidades que, de algum modo, se interpenetram ou se superpõem. Considerado como um todo em si, o texto não se revela completamente enquanto cada uma de suas linhas não tiver contribuído com sua parcela de sentido. Mas, como notamos acima, uma relação de circularidade envolve o próprio texto e seu contexto mais imediato, digamos, o ambiente de troca de informações entre interlocutores que se conhecem ou estão de algum modo em contato próximo. Porém, mais além ainda, um texto e cada parte sua refletem a complexidade de um momento histórico que engloba, no limite, tudo aquilo que podemos qualificar como um “mundo”. Por fim, “a relação entre o leitor e o texto também constitui um círculo hermenêutico, um diálogo entre presente e passado que jamais chega a uma conclusão final” (*idem*, p. 87).

Para que algo seja mesmo “legível”, isto é, para que seja visto como um “algo *significante*”, toda uma esfera de relações e nexos deve estar *aberta*, não só *diante de* quem interpreta, mas *incluindo* o interpretante como aquele que, no esforço para compreender, redistribui e orienta os envios entre as diversas *instâncias*, os “objetos” ou fenômenos que o “solicitam” e que sucessivamente *se apresentam*. Sem que se preencham certas condições mínimas — digamos, a própria percepção de ter diante de si uma *codificação*

expansível em significados que podem ser, de algum modo, incorporados em uma experiência assimilável —, o ato interpretativo não pode nem iniciar.

As pré-condições para uma leitura são inumeráveis; e uma lista de tais condições deve incluir os itens mais triviais. Por exemplo, devemos saber que as sequências de caracteres devem ser percorridas ou encadeadas em determinada direção (da esquerda para a direita, de cima para baixo, etc.). Que o objeto que temos em mãos é um “livro”, que deve ser aberto e empunhado de modo a não cansar os dedos, pois a tarefa exige certo tempo, que devemos dispor de iluminação suficiente, e assim vai. O mero ato de “encontrar” algo *legível* depende de uma distribuição prévia em um mundo de coisas que *se diferenciam*.

Mas a operação interpretativa não se limita a um reconhecimento. Devemos seguir adiante: *compreender* um objeto é ser capaz de projetá-lo em uma rede de possíveis.⁴⁹

Em Heidegger, a hermenêutica revela sua dimensão ontológica: o modo de ser do homem só existe pela compreensão. O homem é ciente de sua existência e, ao questionar seu ser, já possui uma pré-compreensão do *Ser* em geral. Tal compreensão “não começa por ser um fato da linguagem, da escrita ou de um texto. É, acima de tudo, um poder do ser e a sua função é orientar-nos numa situação, apreender uma possibilidade nossa. Daí, ela é essencialmente um «projeto»” (Logos, 1989, p. 1106). Ao trazer a interpretação hermenêutica para uma esfera ontológica, Heidegger acentuou a imersão daquele que compreende o ser em um horizonte de sentidos.⁵⁰ Ao mesmo tempo reconheceu o papel da historicidade em que nos vemos atuantes

⁴⁹ “A compreensão no seu sentido primordial envolve a situação do *Dasein* [do *ser-aí*] (entendido como estrutura de um ser e a sua maneira de compreender o ser) enquanto ser-no-mundo. Antes de ser captação intelectual de um fato, é projeto que percebe as suas possibilidades, que engloba a “pré-ocupação” que o *Dasein* tem com o mundo: compreender é, antes de mais, um modo de ser, uma condição ontológica do «ser-aí»” (Logos, 1989, p. 1062).

⁵⁰ “In Heidegger’s case the circle becomes a structural element of each human act of understanding as such. The hermeneutic circle is an inherent element of any attempt to interpretatively understand human phenomena. For the interpretative explanation of such phenomena is possible only insofar as the one who understands brings with him from his own point of view a certain preunderstanding of this phenomenon and of the context in which it manifests itself. By interpreting the new phenomenon from this perspective an understanding of this phenomenon can be achieved which in turn will change and deepen the original perspective from which the interpretation was made. Here Heidegger applies insights which Schleiermacher had suggested in connection with the question concerning the conditions of text interpretation, to the act of human understanding as such and to our philosophic understanding in particular” (KOCKELMANS, 1986, p. 105).

desde o início (determinados pela visão de mundo legada pela tradição) e nossa constituição temporal, pois devemos dar sentido novamente a um mundo pela projeção de nossas possibilidades. A temporalidade, tal como Heidegger a revela a partir de seu método fenomenológico, a saber, como estrutura ontológica do *ser-aí*, é um movimento em que presente, passado e futuro se constituem mutuamente, indissociáveis entre si.

“Mundo” não é um cenário neutro em que “coisas” estão dispostas e distribuídas, como objetos sobre uma mesa. A impressão resistente (própria a um senso comum que não cede facilmente) de que os objetos da experiência se encontram desligados, tanto uns dos outros como do observador, não se sustenta sob o escrutínio de uma crítica de caráter propriamente hermenêutico-filosófico: sua posição, seu movimento, suas “propriedades” em geral são relacionais, isto é, eles se definem uns em relação aos outros. O próprio reconhecimento de algo como “coisa” pressupõe uma possibilidade de interação com o agente cognitivo, com o “observador” — ou, numa perspectiva mais radical ainda, como se pode ver no caso da “manualidade” em Heidegger, na “abertura” em que se move “o ente que, sendo, põe em jogo seu próprio ser”.

Pode-se dizer que objetos vêm ao nosso encontro na medida em que se apresentam “em função de”. Isso coloca o intérprete no centro das relações. É em função de suas ocupações, de sua práxis (de sua relação com πράγματα⁵¹), ditada por uma multiplicidade de fatores, que objetos podem se dar para uma *utilização* — e não só: a própria “aparicação” (sua “presença” ou manifestação) de um “objeto” supõe um vínculo com as coisas que o circundam e, no limite, com a totalidade do mundo.

⁵¹ “The Greeks had an appropriate term for “things”: *pragmata*, that is, that with which one has to do in taking care of things in association (*praxis*). But the specifically “pragmatic” character of the *pragmata* is just what was left in obscurity and “initially” determined as “mere things.” We shall call the beings encountered in taking care *useful things*. In association we find things for writing, things for sewing, things for working, driving, measuring. We must elucidate the kind of being of useful things. This can be done following the guideline of the previous definition of what makes a useful thing a useful thing: usable material.

Strictly speaking, there “is” no such thing as *a* useful thing. There always belongs to the being of a useful thing a totality of useful things in which this useful thing can be what it is. A useful thing is essentially “something in order to...”. The different kinds of “in order to” such as serviceability, helpfulness, usability, handiness, constitute a totality of useful things. The structure of “in order to” contains a *reference* of something to something. Only in the following analyses can the phenomenon indicated by this word be made visible in its ontological genesis. At this time, our task is to bring a multiplicity of references phenomenally into view. In accordance with their character of being usable material, useful things always are *in terms of* their belonging to other

Certamente uma análise aprofundada do pensamento heideggeriano sobre a estrutura ontológica e temporal do homem como *ser-aí* [*Dasein*] se coloca como uma exigência para uma investigação que, apenas esboçada aqui, se pretendesse exaustiva. No âmbito desse trabalho, porém, é suficiente que retenhamos os seguintes pontos:

- (i) Uma vez que “mundo” — em sua prioridade ontológica ligada à projeção do *ser-aí* — não é um receptáculo vazio de coisas isoláveis em sua “positividade” pura, ele exige ser pensado como campo de relações mútuas, cada “objeto” ou “região da experiência” se delineando sucessivamente em função das relações que entretém com as outras, à medida que nos “ocupamos” delas, em um percurso existencial;
- (ii) Isso significa que, se nos concentramos, a cada vez, em um determinado objeto (como uma região experiencial definida por sua “forma”, configuração, limites, a ponto de crermos estar diante de um algo “substancial”), colocamo-nos, como *observadores* e *intérpretes* (sendo que as classes associadas a estes substantivos realmente se superpõem), em uma encruzilhada, no ponto de confluência e irradiação de um feixe de envios que extrapolam a figura “manifesta” que temos “diante de” nós;
- (iii) Reconhecemos “algo”; interpretamos “algo”: como seus desdobramentos possíveis.

Tomamos o “objeto” como “apresentação” ou manifestação. Opomos o objeto ao que nele “não está” ou “não se encontra”, dizendo: “esta” manifestação não se sustenta por si, mas *em função de* algo que “não é manifesto” no objeto. Chegamos assim a uma dicotomia entre o *manifesto* e o *não-manifesto*; trata-se, no entanto, de uma dicotomia complementar, cujos polos não se mantêm independentemente. Se um objeto aparece, se algo se manifesta, é em função de uma distribuição prévia: vale dizer, o mundo tal como nos aparece — ou, lembraria Goodman, uma *versão de mundo* plenamente atual.

useful things: writing materials, pen, ink, paper, desk blotter, table, lamp, furniture, windows, doors, room. These “things” never show themselves initially by themselves, in order then to fill out a room as a sum of real things. What we encounter as nearest to us, although we do not grasp it thematically, is the room, not as what is “between the four walls” in a geometrical, spatial sense, but rather as material for living. On the basis of the latter we find “accommodations,” and in accommodations the actual “individual” useful thing. A totality of useful things is always already discovered *before* the individual useful thing.” (HEIDEGGER, 1996, p. 64)

Por outro lado, se objetos “fazem sentido”, é porque intuímos seu jogo relacional dentro de uma rede de possíveis desdobramentos em que assumem a posição de *termos* relacionais. Isso equivale a projetar um objeto ou região experiencial novamente em um mundo. Para capacitarmo-nos da “virtude” de tal *circularidade*, porém, cabe notar que, do *mundo*₁ como abertura de um campo apreensível por uma compreensão prévia (ainda inicial e por ser “trabalhada”) ao *mundo*₂ como projeção de uma rede de possíveis que é o desdobramento conjunto de cada *apresentação fenomenal* — ou, nos termos que tento definir aqui, de cada *objeto* em sua distinção *gestáltica* ou configuracional — muita coisa acontece. Tal é a dinâmica de um *horizonte de sentidos*.

Toda *interpretação* implica, portanto, uma remissão a *totalidades (projetivas)*.

2.5 Projetos

A questão da *projeção* de uma *totalidade* no horizonte mais global de sentido ⁵², motivada por um núcleo de inquietação propriamente filosófica, tem seu avatar peculiar na investigação goodmaniana. Em uma vertente analítica da filosofia — e que normalmente se considera como antitética à vertente continental à qual Heidegger pertence —, Goodman também problematiza, a seu modo, a questão das projeções de sentido.

Besides the observable properties it exhibits and the actual processes it undergoes, a thing is full of threats and promises. The dispositions or capacities of a thing — its flexibility, its inflammability, its solubility — are no less important to us than its overt behavior, but they strike us by comparison as rather ethereal. (GOODMAN, 1983, p. 40)

“À parte as propriedades observáveis que exhibe e os processos reais por que passa, *uma coisa é plena de ameaças e promessas*”. Esta frase de Goodman também carrega seu quinhão de promessas. Tanto para começar,

⁵² Globalidade não apreensível como tal e que se enriquece, a partir de uma compreensão prévia, em um círculo hermenêutico interpretativo que vai das apresentações (parciais) à rede de desdobramentos que recebe o título de “mundo”.

podemos sugerir que, nela, o lugar da “coisa” se situa em uma confluência, sua face emite, por assim dizer, um duplo reflexo. Por um lado, o objeto é aquilo que “aparece”, segundo as condições de sua visibilidade. Por outro lado, um objeto é tudo aquilo que ele *pode*.

Entender o conceito de potência associado a um objeto requer que nos sejam claras as condições de sua projeção em desdobramentos ditos “possíveis”. E tais desdobramentos significam as transformações de um objeto (inclusive, eventualmente, a sua extinção) frente aos objetos com os quais interage em um mundo. Desdobrar uma região localizável, portanto, requer a teorização de uma *estrutura* de nexos (um fisicalista diria “uma cadeia causal”) que extrapola o domínio das “apresentações”. Neste contexto se esclarece o interesse de Goodman em uma análise atual dos chamados predicados disposicionais. Ele aponta a dependência íntima do conceito de potência que adjetivos como “solúvel” ou “flexível” implicam. Aponta também o fato de que tais predicados disposicionais são muito mais numerosos do que usualmente se supõe. Define, por exemplo, “solúvel” como algo que, “se” colocado na água, “então” se dissolve; mas também “duro” como predicado adequado a um material capaz de (que tem a *potência* de) resistir à abrasão por uma quantidade apreciável de outros materiais diferentes.

Ou seja, falar do que “pode” um objeto, um conceito, uma “coisa” envolve uma projeção para além das manifestações e processos atuais em que ele é apreendido.⁵³ Falar de uma coisa — usar predicados para classificá-la, não apenas como presença empírica —, é remetê-la, portanto, à versão de mundo em que ela “aparece” (emergindo como o efeito de uma distribuição de objetos entrecruzados por relações) e na qual ela eventualmente encontra suas circunstâncias de transformação (seu *devoir*). Isso torna problemático, de certa forma, o discurso sobre objetos materiais dotados de “propriedades” essenciais ao abrigo de todo “acidente”, isto é, de toda interação como o que tal objeto restritamente delimitado “não é”.

Once in a while, someone asks me rather petulantly
 “Can’t you see what’s before you?” Well, yes and no.
 I see people, chairs, papers, and books that are before
 me, and also colors, shapes, and patterns that are before
 me. But do I see the molecules, electrons, and infrared

⁵³ *Fact, fiction and forecast*, que é a obra que serve de referência para essa parte da discussão e na qual se desenvolvem estudos sobre contrafactuais, disposições e o uso de predicados de uma língua, conclui justamente com um esboço de uma *teoria das projeções* em geral.

light that are also before me? And do I see this state, or the United States, or the universe? I see only parts of the latter comprehensive entities, indeed, but then I also see only parts of the people, chairs, etc. And if I see a book, and it is a mess of molecules, then do I not see a mess of molecules? But, on the other hand, can I see a mess of molecules without seeing any of them? If I cannot be said to see a mess of molecules because “mess of molecules” is a sophisticated way of describing what I see, not arrived at by any simple look, then how could I be said to see a magnet or a poisonous mushroom? (GOODMAN, 1978, p. 71).

Que “venenoso” é um predicado disposicional⁵⁴ fica claro se definimos um cogumelo *x* como *capaz* de tal e tal efeito, *se* consumido, etc. Ou seja, trata-se sempre de uma projeção, a partir de manifestações atuais, que, no limite, envolve toda uma rede de relações projetivas e que perfaz um mundo.

O que tento indicar aqui é uma orientação do trabalho de Goodman (que não se restringe a *Languages of art*, desdobrando-se nas outras obras como uma série de *Leitmotiven* relacionados) e que repercute na modalidade tipológica que assume sua abordagem. Consciente do papel das apresentações e da inevitável extrapolação teórica de tais apresentações em versões de mundo, e evitando, fiel à sua índole analítica, menções a um domínio *intensional* nas suas explicações e em seu modelo das operações de sentido, ele se concentrará em uma relação dual que, em seu dizer, se reduz aos vínculos variados que se estabelecem entre *etiquetas* [*labels*] e os objetos a que elas se aplicam.

2.6 Uma crítica do *objeto*

Se Goodman se afirma como uma etapa na corrente da filosofia crítica⁵⁵, penso que é porque sua crítica se desenvolve, não apenas como crítica do *fazer-mundo*, mas como crítica da objetividade e, principalmente,

⁵⁴ “Um predicado disposicional atribui uma tendência ou ‘hábito’; em português muitos desses predicados terminam em ‘-vel’ (tais como: ‘irritável’, ‘solúvel’). Enunciados disposicionais (‘este torrão de açúcar é solúvel’) são equivalentes a condicionais subjuntivos (‘se este torrão de açúcar fosse colocado em água, ele se dissolveria’)” (HAACK, 1998, *Glossário*).

⁵⁵ “I think of this book [*Ways of worldmaking*] as belonging in that mainstream of modern philosophy that began when Kant exchanged the structure of the world for the structure of the mind, continued

uma *crítica do objeto*. Tal crítica não deve ser entendida como uma depreciação ou desvalorização do objeto. Uma depreciação tal veria o objeto como uma projeção artificial de um sujeito tão artificial quanto os objetos em que se reconhece. Daí a busca por um fundamento em um dos polos dessa projeção ilegítima. Ou então, em certa reflexão sobre a práxis, diluir seja sujeito como objeto em uma ação em que um não é senão a face reversa do outro — na película sem espessura de um real que só se dá no encontro de forças que dão a medida umas das outras. (A chave aqui é de que não há polos incontrastados, assim como não há força que, brotando de si mesma, se afirme *sem* contraste ou oposição.)

A crítica do objeto, na forma em que a proponho ou destaco, associando-a à *crítica do fazer-mundo* goodmaniana, vê o objeto como apresentação a ser reintegrada em um sistema (ou uma série de contextos encaixados). E quem detém a chave desse fluxo de conexões é o “sujeito”, agora inserido como um ponto perspectivo capaz de avaliar as projeções objetais em sua relação com o que, na manifestação, *não* se manifesta.

O objeto é precário, mas ele é a face significante, não de um sentido univocamente associado a ele, apenas, mas do sistema em sua eficácia. Ele é uma das resultantes parciais de uma estrutura de nexos interligados, sendo que tais nexos não são apenas mecânicos, “de contato”, como em um sistema físico determinista. A abstração nos movimentos sígnicos leva as influências mútuas estruturais a outro patamar.

Esta visão determina o modo de abordagem de Goodman aos sistemas de símbolo, assim como a aposta que faz na sua pertinência e alcance, no âmbito de uma *crítica do fazer-mundo*. Vimos que a correção de uma versão de mundo deve ser aferida segundo critérios *internos* — da mesma maneira que a autonomia do sistema e sua estrutura dispensa qualquer ponto de comparação externo ao próprio sistema.⁵⁶ Além disso, uma vez que o efeito

when C. I. Lewis exchanged the structure of the mind for the structure of concepts, and that now proceeds to exchange the structure of concepts for the structure of the several symbol systems of the sciences, philosophy, the arts, perception, and everyday discourse. The movement is from unique truth and a world fixed and found to a diversity of right and even conflicting versions or worlds in the making” (GOODMAN, 1978, *Prefácio*).

⁵⁶ “A Linguística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*. Estas considerações fazem compreender melhor o que foi dito (...) sobre o arbitrário do signo. Não só os dois domínios ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal ideia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora” (SAUSSURE, 2002, p. 131-2).

de uma versão é apreensível apenas na medida em que se é capaz de situar os jogos ou operações simbólicas através dos quais ela toma forma e impõe suas determinações (o *interplay* relacional de tudo que assume a consistência de “objeto” ou “termo” de uma relação), a decisão sobre a pertinência (e a coesão interna) de uma dada versão pertence àquele que a *experiencia*.

Por outro lado, “experienciar” também é um jogo carente de um solo imutável. Como insiste Goodman, não há dado empírico que já não esteja entremeado em uma cadeia hipotética (como projeção de tudo o que não pode ser aferrado como “atual”); em outras palavras, não há o “dado” livre de construção.⁵⁷ Encontramo-nos, assim, novamente a um passo da abordagem *hermenêutica* propriamente dita, na qual os sentidos brotam de um horizonte prévio que, se não é imutável (na verdade, ele é *dinâmico*), é condição de qualquer dotação de sentido a qualquer coisa que seja. Toda “região”⁵⁸ discernida na abertura de mundo (como distribuição prévia de elementos distintos e condição de reconhecimento de “individualidades”) — seja ela denominada “objeto”, “estado de coisas”, “cadeia de eventos”, “soma mereológica”, “associação híbrida de fenômenos que não pertencem a uma mesma esfera” (um *som* e uma *cor*, p. ex., tomados como elemento composto), etc. — constitui um “aparecimento”. Como tal, responde ao jogo do que se *manifesta* e, no mesmo gesto, remete a outras instâncias — instâncias estas que, (i) tomadas “individualmente” (i.e., como outras tantas “regiões experienciais”), podem constituir seu “sentido”, ou que, (ii) como totalidade integrada (mesmo que esta integração não seja cabal ou plenamente determinada, mas apenas “projetiva”, na medida em que lacunas são preenchidas hipoteticamente), constitui uma rede de remissões cuja coesão é a resultante de um *sistema* (que, no limite, “coincide” como o *mundo* como horizonte percorrível na continuidade de seus nexos).

Peirce dizia que cada pensamento, remetendo ao pensamento anterior em uma cadeia de reflexões, é “símbolo” daquele que o precedeu:

⁵⁷ “The overwhelming case against perception without conception, the pure given, absolute immediacy, the innocent eye, substance as substratum, has been so fully and frequently set forth — by Berkeley, Kant, Cassirer, Gombrich, Bruner, and many others — as to need no restatement here” (GOODMAN, 1978, p. 6).

⁵⁸ No sentido de “recorte”: a noção de “região” experiencial pressuposta neste trecho pede por um desenvolvimento mais detalhado e que, por sua vez, exigiria uma investigação de maior fôlego; para o momento, podem-se indicar os seguintes possíveis pontos de inserção da noção de “recorte”: a) como “manifestação” ou “aparecimento”; b) como “resultante” perceptível; c) como significante. Em todos estes casos, está associada a “distribuição”, “compreensão prévia”, etc.

“Symbols grow. They come into being by development out of other signs, particularly from likenesses or from mixed signs partaking of the nature of likenesses and symbols. We think only in signs. These mental signs are of mixed nature; the symbol-parts of them are called concepts. If a man makes a new symbol, it is by thoughts involving concepts. So it is only out of symbols that a new symbol can grow. *Omne symbolum de symbolo*” (C. S. Peirce, “What Is a Sign?”, 1894).

A propósito, é curioso notar que, geralmente, supomos o *significado* do símbolo (ou melhor, do *significante* no signo) como algo “posterior” a este. E, de certa forma, assim é: mesmo que consideremos o significado *anterior* de um pensamento presente que é seu significante, isso é feito *a posteriori*, refazendo às arrecuas nossa linha de reflexão, recolhendo o fio dos pensamentos à medida que retrocedemos. Seja como for, por complexa que seja a ordem de nossas representações, nada impede que generalizemos os “significados” de cada apresentação (“este” pensamento remetendo ao anterior na cadeia associativa), isto é, de cada *significante* — enquanto é, por definição, a parcela “apresentada” do signo — como *defasagem*.

Cada região experiencial, ou seja, cada “objeto” remete às suas condições de aparecimento, assim como às condições de sua interpretação (reintegração em um horizonte de sentido). Uma vez que se generalizem “significados” como as projeções defasadas (anteriores, posteriores, nos diversos sentidos em que estes termos podem ser aplicados ⁵⁹), pode-se obter um diagrama em que o “eu” é assinalado como um ponto que organiza o fluxo da objetivação e da reintegração interpretativa de objetos (ver *figura 4*, na próxima página).

⁵⁹ Tenha-se em mente complexidades como o *Futuro Anterior* em italiano (traduzido pela nosso *Futuro do Subjuntivo*): “antes” de um acontecimento posterior, mas, “ao mesmo tempo”(!), “posterior” ao momento da enunciação.

Exemplos:

(i) Appena sarai arrivato a casa, andrai a letto. [Logo que chegares em casa, irás para cama.]

————— (enunciação) ————— (chegar em casa) ————— (ir para cama) —————→

Ou então, de outro modo (no *Futuro Composto*):

(ii) Quando eu tiver partido, eles já terão retornado a casa.

————— (enunciação) ————— (retornar a casa) ————— (partir) —————→

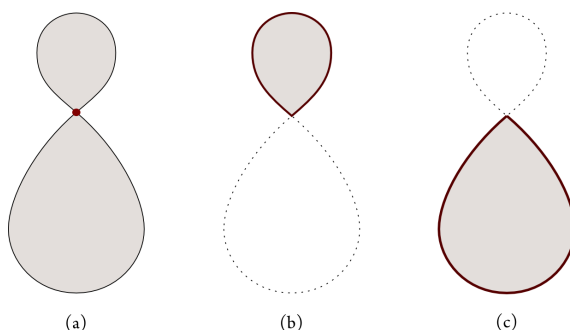


Figura 4 – *Objetivação e interpretação*. Em (a) temos um esquema em que o “eu” é assinalado como um ponto que organiza o fluxo da objetivação e da reintegração interpretativa de objetos. Os limites extremos do jogo simbólico (e que assinalam o limiar de colapso deste jogo) seriam: (b) O “solo de sentido”, o “nível zero” da significação, em que a remissão simbólica se anularia, deixaria de existir; assim, teríamos uma manifestação imediata, que não remeteria a mais nada. Seria como que uma pura objetivação, o “objeto” totalmente desligado de qualquer relação. Nesse sentido, é uma quimera; (c) A “totalidade” que se apresentaria a uma mente onisciente, a qual teria, “em presença”, todas as perspectivas, veria todas as relações. Uma vez que objetos são recortes de relações, e que encontram um limite na consistência (ou opacidade) ou discrição dos termos entre os quais certas relações ganham relevo e sentido (mas não todas), é difícil ver como, para essa visão “totalitária” (no sentido de “que não admite divisão”), algum ponto de referência seja possível. Resumindo: *Onisciência não tem nada a ver com ciência*.

Consideremos que as “apresentações”, manifestações ou fenômenos, diferem dos estados internos subjetivos por sua “objetividade” (de fato, o empirismo aposta suas fichas na experiência pura, que é *pura apresentação* e, conseqüentemente, “livre de erro”). De modo que a área destinada no esquema às “apresentações” corresponde à região do objeto, isto é, da *objetividade* (como também da *intersubjetividade*).

Fórmulas matemáticas, teorias, objetos coloridos sob a luz do sol do meio-dia: todos estes fenômenos, ocupando um espaço objetivo, são lugares de *objetividade*. Mas fica claro, tendo em vista o esquema proposto, que a história toda não se resume ao *objeto*: devemos situá-lo (para que “apareça”) em uma “compreensão prévia”; devemos interpretá-lo (para que “faça sentido”). Há sempre uma estrutura mais abrangente à qual o objeto deve ser restituído ou (re)integrado.

Pode-se entender o *conhecimento* predominantemente ou quase que exclusivamente como *codificação*: a sentença ou o enunciado (que pode receber um *valor de verdade*) que não são afetados por *processos*. Mas *compreender* pressupõe sempre um processo dinâmico. Quando mais não seja, de adaptação ou de balanceamento entre a visão do *todo* e a tematização das *partes*, entre a apreensão gestáltica das configurações complexas e sua análise em elementos de “outra ordem”, que “não valem por si mesmos”, enquanto se subordinam à apreensão de uma totalidade que lhes ultrapassa — uma totalidade, como diria Saussure, “sistemática”.

2.7 Crítica da *objetividade*

A questão que motiva uma “crítica do objeto” é: como reintegrar uma “aparição”, um “fenômeno”, uma “apresentação” em estruturas mais e mais inclusivas? Esta questão não está desligada do problema da *objetividade*, que qualifica, sob uma determinada ótica, todas as produções que respondem a um ideal científico. Então, com um leve deslizamento, problematizamos, além do objeto, a própria objetividade, a partir da seguinte constatação:

Toda codificação, embora proporcione uma instância objetiva (teoria, objeto, cifra), guarda sempre um resíduo não-objetivável que é condição para sua interpretação — uma rede inferencial que projeta a cifra, o objeto e até mesmo o fato na estrutura que os manifesta e acolhe e, no limite, em um mundo como totalidade das relações composíveis.

3 EXPERIMENTOS NA ARTE

3.1 Vestígios e projetos

Sugeri anteriormente, na seção “Por que uma Estética?”, que uma reformulação do conceito de “cognição” tornava permeáveis as fronteiras que separam a *Estética* e a *Epistemologia*. E a aproximação desses dois campos operava uma revitalização mútua. No âmbito epistemológico, isso significava uma ampliação de seus interesses. As páginas que se seguiram foram dedicadas a assinalar uma transição do “conhecimento”, como meta cognitiva em certa medida limitada, a uma “compreensão” que, deixando o espaço mais restrito das apresentações imediatas e isoladas, das proposições descontextualizadas, dos objetos inexpugnáveis e inexplicáveis em seu isolamento, se volta para horizontes de sentido mais e mais inclusivos.

Temos agora uma oportunidade de avaliar o outro sentido desse “giro epistemológico”, que vai em direção ao reconhecimento de uma *cognitividade* própria às experimentações da arte. Para isso, relativizou-se a importância, ou melhor, a *preponderância* (visto que seu papel permanece inegável, no raio de alcance que lhe é peculiar) do conceito de “verdade” na eficácia das estruturas simbólicas que dão consistência às várias versões de mundo. O delicado e sutil reposicionamento que desvela este novo panorama não escapa aos realizadores que dedicam o melhor de seus esforços e reflexões a este campo da experiência. Picasso, entre eles, sabia do que estava falando quando dizia:

Todos nós sabemos que a Arte não é verdadeira. A Arte é uma mentira que nos faz perceber a verdade, pelo menos a verdade que nos é dado compreender. O artista deve saber como convencer os outros da veracidade de suas mentiras.⁶⁰

Contudo, do ponto de vista de uma crítica do objeto tal como a esboçada em uma derivação válida e consequente da crítica goodmaniana do

⁶⁰ “We all know that Art is not truth. Art is a lie that makes us realize truth, at least the truth that is given us to understand. The artist must know how to convince others of the truthfulness of his lies” — entrevista a Marius de Zayas, publicada em “Picasso Speaks”. *The Arts*. New York, May 1923. p. 315-26.

fazer-mundo [worldmaking], o quê, com efeito, o objeto estético se encarregaria de nos mostrar?

Heidegger, cujas indagações fenomenológicas nos permitiram restituir cada “aparição” de “objetos”, ou, ainda melhor, cada *região manifesta* aos horizontes mais amplos de uma compreensão sempre “por trabalhar”⁶¹, sempre “a caminho” de si mesma, não deixa esquecida a obra de arte.

Being and Time might lead us to expect Heidegger to consider art in terms of the artist’s *choices*, a choice of this theme rather than that, of this material, of his pigment, etc. But he does not. The work of art is more like a *project*, which sets up a world in which choices can be made. (...) As *Dasein* is thrown in its own project and understands itself in terms of it, so the artist is originated by the work of art. The point is not simply that no one is an artist until he creates a work, but that the artist is not in control of his own creativity, art is a sort of impersonal force that uses the artist for its own purposes. A work is to be understood in terms of being and the world, not of its author. (INWOOD, 1999, p. 18)

Portanto, mostra-se mais do que plausível, na perspectiva aqui adotada, situar a obra — o objeto *plástico* que se doa em uma experiência genuinamente *estética* — em um “entre” cuja situação só pode se abrir e desdobrar de maneira apropriada em uma prática hermenêutica que é “relação dinâmica entre indivíduo e mundo” (PACKER, 2011).

De fato, como lugar de manifestação, como núcleo objetivo de uma realização, como produto dado *intersubjetivamente* para tudo o que dele puder ser retirado em *fruições* diversas, o objeto estético é o ponto de chegada de um laborioso processo. Ou ainda, assim como estalactites ou seixos rolados, calcados pela ação lenta e incessante dos elementos, a obra se apresenta como “vestígio”.

⁶¹ “Heidegger proposed that a hermeneutic circle operates between understanding and interpretation. Understanding is the tacit, prereflective comprehension one has of a text or a situation. *Interpretation is the “working out,” that is to say, the articulation, of this understanding.* In the process of articulating understanding, inconsistencies and confusion become evident, so interpretation can lead to a modified understanding. This hermeneutic circle is a dynamic relationship between the person and the world; humans are fundamentally embedded in the world and we can only understand ourselves in terms of our surroundings. But equally, the world only has sense in terms of our human concerns and cares” (PACKER, 2011. p. 87 — destaques acrescentados).

Todas as vertentes de seu fazer, de sua *poiesis*, se encontram como que acumuladas em um produto artístico. Ele se mostra, então, como *ponto de convergência* de uma operação complexa — e também variamente *condicionada* —, o termo ou a foz de um “antes” que se oferece maduro ao olhar de um eventual contemplador. Assim como qualquer objeto emerge em um espaço aberto que é condição prévia de sua manifestação, da sensibilidade que proporciona e que lhe é peculiar, a obra de arte testemunha as condições de seu aparecer. É o “presente” de um *passado* que ela custodia e ao qual dá acesso.

Porém, colhida na passagem entre mundos, na circularidade imóvel em que o mundo se refaz continuamente em suas “versões”, a obra de arte também pode ser vista como um *ponto de irradiação*, como a semente de um “depois”. Ela, *objeto* (estético) *entre objetos*, remete, pela interpretação que a desfolha, a um horizonte de possíveis que se projeta “em totalidade”. A obra de arte é, ao mesmo tempo, vestígio e tudo o que ela “pode”, isto é, *projeto*.

Sendo este cruzamento de um feixe de remissões — isto é, sendo verdadeiramente *símbolo*, que só adquire sua visibilidade em virtude de um sistema que é condição para que funcione efetivamente como “face” de um envio simbólico —, o objeto estético oferece uma superfície de “pegada” (de *apreensão* nas variadas acepções do termo) que justifica uma afirmação já feita em um momento anterior: a de que o empreendimento da arte em geral se oferece como um campo de *manipulações*. E, além disso, que a arte e suas manipulações plásticas, *estéticas* no mais alto grau de liberdade — no limite em que a liberdade de fato confina com a arbitrariedade —, são o lugar privilegiado de uma reflexão radical sobre o símbolo.

3.2 A *historicidade* do objeto estético

Vimos que o método do *equilíbrio reflexivo* que Goodman propunha como critério *estético* — isto é, cuja efetividade dependia de uma intuição dos ajustes e intervenções daquele que compreende o sistema (do observador-construtor capaz de manusear as chaves interpretativas pertinentes em cada caso) — admitia e proporcionava uma visão dinâmica do sistema, plenamente apta a incorporar suas transformações. (Lembrando que *transformações* valem aqui como *incursões em uma rede de possíveis*). Agora nos cabe perguntar: ocorre algo de análogo nos sistemas simbólicos da arte? Qual o alcance de suas *transformações*?

Ponderando a obra de arte do ponto de vista da “cognitividade” que lhe é própria e que a aproxima de outras experiências ditas *cognitivas*, observamos que:

(i) A *projeção de um objeto* coloca o problema da sua *interpretação*. Assim, além daquilo que, nele, é explicitado, devemos levar também em consideração o que *permanece implícito*, como aquilo que a atividade de interpretação deve *restituir ao objeto*;

(ii) O objeto de arte pode ser visto como o *ponto de convergência* de um processo cujas *fases* ou *etapas* são informativas para sua interpretação. A *manipulação* que caracteriza a atividade artística se estende inclusive à combinação, anulamento ou colapso de tais etapas. Conforme o artista oculta ou tematiza as fases do processo, a apreensão da obra estética ganha novas modalidades (ganha nova *expressão*) — e os critérios de sua avaliação se modificam;

(iii) O objeto de arte, como todo *objeto*, constitui uma *apresentação* e, nessa medida, funciona como “*face significante*” que remete tanto ao seu *fazer* (ou ao seu *ter sido feito*) e às condições determinantes para sua construção, por um lado, quanto aos seus *desdobramentos* (suas interpretações possíveis, seus “referentes”, etc.), por outro. Nesse sentido, a obra de arte é um *vestígio* ou o *nó* de uma “história”;

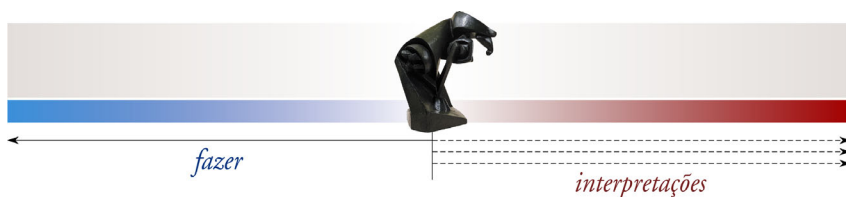


Figura 5 – Historicidade da obra

(iv) Como fruto dessa abordagem, começam a ganhar relevo os elementos e as relações que permitem um paralelo entre (a) a “história” de obras de arte e (b) o *processo* do conhecimento relativo aos objetos de uma ciência (ou que corresponde às formas que toma um objeto de um conhecimento dito *científico*).

O objeto estético é o *ponto de condensação* de uma *historicidade complexa*. O que nos interessa mais diretamente, nessa historicidade, é o

que aproxima tais *objetos poéticos* ⁶² dos objetos da experiência, por um lado, e dos objetos ou esquemas (sistemas) que traduzem conhecimento científico, por outro. Há um paralelo produtivo entre a historicidade própria a cada um desses objetos?

Na experiência comum, aprendemos a ver o mundo e a tomar decisões baseadas nessa visão. O empreendimento científico, por sua vez, busca as condições adequadas para obtenção de um corpo de conhecimentos e seu aprimoramento, resultando em previsões mais e mais acertadas. E o que acontece na arte? A abertura para uma *manipulação* (livre) de sistemas simbólicos: o escultor não modela apenas um bloco de mármore, uma determinada quantidade de bronze, uma porção de *matéria*: ele se envolve em (e tenta configurar) um processo cujas fases não estão todas na mesma medida sob seu controle ou inspeção. Ele deve, assim, “projetar”.

A obra de arte ou o objeto estético são informativos *de várias maneiras*. Um artista pode apresentar uma nova forma de dar corpo à cultura em que vive, ou, por outra, pode mostrar algo que excede os moldes, as relações incluídas em sua cultura e provocar uma transformação. Como vemos, ouvimos, tocamos, etc. sempre em uma versão de mundo, cada vez que as peças do sistema mudam de lugar, intensidade, função, configuração, entramos em uma nova versão do mundo e vemos, ouvimos, etc. de modo diferente.

Se, como diz Goodman, “a construção de mundo tal como a conhecemos começa ou parte sempre de mundos já à mão”, encontramos-nos de saída em um sistema simbólico já funcionante: as peças do jogo já estão distribuídas, e determinam umas às outras de acordo com certas relações. Nessa configuração, certos “objetos” *aparecem*, e estão organizados (estão relacionados, isto é, entretêm *relações*) de certo modo.

O *erro* mostra que esta configuração não é cabal. A previsão frustrada mostra que uma configuração depurada e controlada não é cabal. O artista, por sua vez, mostra que:

- (i) Nossos modos de organizar a percepção não são cabais;
- (ii) Nossa imaginação é produtiva além da mera figuração — com ela podemos moldar processos, antecipar, jogar também no *tempo*;
- (iii) Que aquilo que se apresenta diante de nós (o “objeto” estético) tem

⁶² *Poético* como aquilo ‘que tem a virtude de fazer, de criar, de produzir, próprio para fabricar, inventivo, engenhoso, esp. próprio da poesia, poético’, pelo lat. *poeticus*, a, um ‘poético’ (HOUAISS).

uma *história*. “História”, aqui, quer dizer: um desdobramento *imaginário* (ou “projetivo”). E, no limite, o desdobramento imaginário que aqui chamamos de *história* pode ser proposto de tal maneira que o objeto é apresentável quase como *não tendo história* (ou melhor, como obra flutuando sem um “antes”, ele se mostra “sem passado” ou “sem tradição”): tenha-se em mente o exemplo de Duchamp, que faz colapsar a fase de concepção e produção do objeto de arte no objeto encontrado “já pronto”;

(iv) Modos novos de propor a organização de nosso ver produzem *novos elementos construtivos*: se não obedecemos à continuidade espacial da observação de objetos, fragmento o ver em quantos pontos de vista forem imagináveis ou possíveis, e estes podem ser selecionados e apresentados simultaneamente. No cubismo analítico, a velocidade infinita se traduz em “estaticidade” simultânea (ou quase, pois percorro com o olhar a tela e reconstruo mil percursos em torno de um objeto que revela mais do que nunca a natureza temporal do espaço). Além disso, embora o *esquema sintático*, o repertório de caracteres composicionais de um sistema como o *cubista* — recortes de cor, linhas, vãos — seja *denso* (no sentido técnico que este predicado tem na teoria de Goodman), algo nesse movimento, um dos caminhos que ele abre, vai acabar levando a uma estética, a uma pintura, enfim, a um jogo simbólico cujos elementos construtivos se tornarão (se não totalmente) cada vez mais articulados, como nas composições de Mondrian.

Já no cubismo sintético, fica mais evidente aquilo que Goodman observa em relação à “face” simbólica — “nada internamente ao símbolo diz que tipo de símbolo ele é” —, pois nele objetos cotidianos perdem ou ganham “materialidade”; aspectos ou qualidades inicialmente não relevantes se tornam intensidades atuantes no jogo construtivo. O leve tom acinzentado da folha de jornal, “invisível” (na medida em que é “irrelevante”) para a leitura cotidiana que ziguezagueia entre as letras “absolutamente negras”, agora dialoga com a pincelada de cor mais viva. A própria letra deixa de pertencer a um caractere, e volta a ser por um instante a *marca* disponível (já que aspectos “esquecidos” podem novamente ser mobilizados).

Observando as tendências desconstrutivas e até iconoclásticas de certos artistas como Duchamp, por exemplo, constata-se que a compreensão de suas peças e *performances* exige que se leve em conta não apenas a coerência ou o domínio artesanal (num sentido amplo dos meios de que se

vale o artista para construir ou criar efetivamente) no processo que tem como resultado o objeto estético (processo este considerado tacitamente como bem encadeado e composto de certas séries de ações conscientemente tomadas e controladas pelo artista). De fato, o que os *ready-made* de Duchamp mostram é a elisão de todo o processo de execução altamente valorizado até então como condição necessária e distintiva de tudo o que mereceria o título de “artístico”. Uma vez que todo um aspecto da apreciação da obra está ausente, tem-se, por um lado, um efeito de *estranheza* e, por outro, o isolamento da função interpretativa e projetiva (tanto a cargo do “autor” como do apreciador).

Além disso, a atitude altamente “irresponsável” de Duchamp não apenas incide sobre o objeto estético (como resultante de um processo privilegiado), mas recorta (ou seja, submete a um rearranjo ou deslocamento de ênfases) o próprio processo, instituindo um novo afastamento e uma operação em outro nível — e que não deixa de ser uma “operação sobre operações”. E este é um dos sentidos de uma arte “conceitual”.

3.3 Arte (da *antiarte*)

O século XX ainda não “passou”. A radicalidade e fecundidade das realizações da arte que os espectadores atônitos presenciaram ao longo deste período efervescente e iconoclasta ainda estão por digerir, suas implicações por ser sondadas a fundo. Pode-se dizer que, nunca como antes, o reconhecimento da arte como reveladora de realidades foi tão lúcido e, por conseguinte, tão tematizado.

Um exemplo disso é a “espessura” que a obra de arte e sua execução adquiriram. As pinceladas exímias e pacientes que se destinavam a ocultar o fazer do artista, em *chiaroscuro* de uma sutileza ciumentada da luz, deram lugar aos poucos a traços vigorosos que não podiam deixar de trair ou anunciar a mão do artista. No ciclo de uma obra inteira, como a de Van Gogh, por exemplo, é visível a progressiva “intrusão” do processo no produto estético. Para constatá-lo, basta perfilar seus autorretratos em ordem cronológica.

Com estas observações desejo ressaltar a circunstância de que o espaço ilusionístico do quadro passou a ser desmantelado, deixando cada vez mais à vista o travejamento que sustentava a frágil representação. A despeito disso, o que se seguiu não foi, como se poderia imaginar, uma desvalorização desta ilusão como o falso, o artificial, a simulação. O que a prática da arte moderna

e contemporânea revela, entre outras coisas, é que, a exemplo do que Goodman tão diligentemente apontou na esfera das versões de mundo, a simulação mostrou-se cada vez mais como “verdade”. Se a uma determinada estética e seus valores acontece de ser considerada como “realista” ou “*a mais correta*”, esta impressão no fundo é derivada de um hábito que apaga tanto a densidade da pincelada como a interferência de cada apresentação do símbolo em sua singularidade.⁶³

Nas produções da arte, a tônica se deslocou de certas regras, certas convenções arraigadas na tradição, inaugurando uma nova tematização (*a*) dos *meios construtivos*, (*b*) dos *pressupostos ocultos* que sustentavam tais convenções, (*c*) das *condições* de apreensão, fruição e interpretação, etc. Em outras palavras, temos a constatação, cada vez mais clara, da *historicidade* do objeto de arte. Esse deslocamento de foco na arte requer uma projeção de todos os aspectos da produção artística, da *poíesis*. Além disso, como tal projeção predis põe para a manipulação as próprias fases da produção, com um efeito resultante concentrado no objeto estético, este se apresenta assim como um *ponto de irradiação* (ou como uma verdadeira *interface*).

A partir daí, intervenções mais amplas, de maior alcance e repercussão nos sistemas simbólicos, foram ensaiadas e levadas a cabo:

(i) O rearranjo das virtualidades expressivas pode atingir vários níveis de um sistema como um todo. Por exemplo, o *sistema tonal* na música — cuja distribuição dos tons escalares refletia ou resultava em uma determinada lógica de encadeamento harmônico e, antes ainda, de formação de acordes (grupos de notas apresentadas simultaneamente), com os respectivos investimentos emotivos e efeitos expressivos — deixa de valer com a adoção do sistema dodecafônico, que sistematicamente esvazia os *clusters* de notas de seus valores prévios e rege uma nova gama de encadeamentos harmônicos⁶⁴;

⁶³ A constatação da historicidade do objeto estético, embora caracterize a atividade artística moderna, não é propriamente inédita. A ilusão que o artista engendra visando à representação realística requer um estudo exaustivo seja das condições perceptivas, seja das convenções pictóricas vigentes em sua época e que determinam a apreensão de sua obra. Ser um ilusionista é ser, não apenas um construtor, mas um intérprete crítico do que se *vê*. Não apenas subjetivamente, partindo de um ponto de vista próprio, mas antecipando uma percepção ou interpretação que não é a dele, mas de *outros* (cujo alcance hermenêutico ele deve, de algum modo, avaliar, conjecturar, pressagiar; em uma palavra: *projetar*).

⁶⁴ “Vivemos em um mundo de símbolos que tomamos como óbvios. Não sabemos se um símbolo tem qualquer mérito intrínseco no que diz respeito ao seu significado como tal. (...) Sabemos, contudo, que há certas coisas que são quentes e outras que são frias, e algumas que são

(ii) Ainda no campo da música, a incorporação progressiva de *dissonâncias* e de material sonoro anteriormente não aceito como elemento construtivo, vale dizer, todo tipo de “ruído”.

(iii) A tematização do *suporte*:

(a) No Cubismo Analítico, pois a desintegração do *espaço ideal* da tela (do espaço cuja continuidade as técnicas de construção perspectiva ajudava a manter⁶⁵) e o jogo compositivo de fragmentos espaço-temporais dos objetos tematizados proporciona uma nova consciência dos limites da tela: o quadrado da tela ganha uma visibilidade que se tratava de esquecer. Também no Cubismo Sintético o uso de objetos e texturas leva a um meio termo entre pintura e escultura (certamente problemático);

(b) Em Fontana também vemos isso: nos cortes que realiza em suas telas, fendas que incluem o que há “além” do suporte como novo *elemento expressivo* (rompendo assim com a *neutralidade do fundo*).

(iv) Em Duchamp, como já mencionado, a eliminação de toda uma fase do processo artístico que culminava na obra de arte, uma vez que seus *ready-made* são, como o próprio nome indica, “já-prontos”. E não só: cindidos os laços com o contexto original, interrompidas as conexões usuais que entretinha, o objeto pede por novas reinserções — e isso revela uma reserva de sentido virtual que pode ser despertada. Isto aponta ainda para uma participação ativa, ainda mais determinante, por parte do *intérprete* (e geralmente não se ressalta o suficiente o que parece ser uma superposição radical e original de *criador* e *fruidor*).

A repercussão da apresentação, do símbolo como manifestação, envolve o sistema em sua totalidade: isto é, nas totalidades resultantes que

cortantes, enquanto outras são brandas. Sabemos que o acorde maior é geralmente “alegre” e que o acorde menor é... [“triste”?], mas não nessa obra [*Fantasia op. 47 de Schönberg*]; e por isso, evidentemente, ela desarranja todo o simbolismo que tomamos como óbvio. E, em função disso, talvez seja algo saudável, rompendo com todas nossas noções preconcebidas, livrando-nos de nossas *muletas*” (depoimento do célebre violinista Yehudi Menuhin, em conversa com o pianista Glenn Gould, no documentário televisivo *The Music of Man*, 1987*).

* Vídeo disponível online em <<http://www.youtube.com/watch?v=av2XTNgA72w>> — consulta em março de 2014.

⁶⁵ Certamente, para o observador educado nessa técnica e partilhando as convenções de uma tradição que se estabeleceu a partir de uma determinada fase da história da arte ocidental, para não dizer da história ocidental das ideias, incluindo as pesquisas epistemológicas e a linha evolutiva das teorias científicas (tenha-se em mente, a propósito, a figura do *artista-cientista* na Renascença).

cada instância sua colabora para produzir. A densidade do objeto estético também *fala* do sistema. Manipulemos o objeto, o símbolo, e as resultantes se transformarão, como no giro de um caleidoscópio.

3.4 A ativação de *traços virtuais*

A arte abraça em seu escopo — como um momento em sua práxis, antecipando suas manobras — a reflexão sobre as condições de isolamento de objetos (e as totalidades sistemáticas que eles projetam ou permitem projetar, ao liberar certas apresentações, na exemplificação de traços até então “irrelevantes”).

Uma das maneiras de forçar a manifestação de traços virtuais (extrassistemáticos) é retirar o objeto de seu contexto habitual e transferi-lo a outro contexto: assim, empenhemo-nos em “máquinas de costura e guarda-chuvas sobre mesas de dissecação”. Ou apreciemos a textura (despida de suas qualidades funcionais) de um mictório-fonte.

Há vários modos de liberar as potencialidades ou virtualidades expressivas de signos: o que servia em dado momento como *caractere* do sistema da língua (como elemento do *alfabeto*, que compõe o *esquema sintático articulado* de um *sistema simbólico* como o idioma *português*, por exemplo) passa a valer como *unidade pictórica*.



Figura 6 – Uma interpretação “bárbara”

3.5 A exemplificação como lugar oscilante

Jackson Pollock's *Number One* highlights the viscosity of paint. (...) [It] supplies instances of paint's viscosity. So does every other painting. But through its clots and streaks, dribbles and spatters, *Number One* makes a point of viscosity. Most paintings do not. They use or tolerate viscosity but make no comment on it. To highlight, underscore, display, or convey involves reference as well as instantiation. An item that at once refers to and instantiates a feature may be said to *exemplify* that feature. (ELGIN, 1996, p. 171)

A *exemplificação* — que Goodman expõe como legítima *relação referencial* — pode ser vista como uma “denotação às avessas”, na qual se inverte a rota referencial, partindo agora do *objeto* (que se quer usualmente como “significado” ou *referente*) em suas características percebidas e chegando ao *termo* ou palavra que o nomeia ou que a ele se aplica (como *predicado*, digamos).

Em um dos casos referenciais, iríamos do *significante* — uma unidade linguística — à “coisa”, ao passo que, na *exemplificação*, partiríamos da “coisa” em direção ao *significante* linguístico. Mas isso não é tudo. Ao ocupar a posição de 1ª instância no envio simbólico, a “coisa” — ou melhor, um ou mais aspectos, um ou mais traços ou “notas” relativas a um *objeto* (como “região espaço-temporal” ou, ainda mais amplamente, como “recorte experiencial”) — toma o lugar de *significante*, cujo “significado” (como sua contraparte ou reverso constituindo a dupla face do *signo*) — realinhados os envios, realocados os níveis — agora é o “significante” por excelência, a *unidade linguística*.

Isso tudo é mais do que curioso; expõe algo muito óbvio, mas, ao fazê-lo, ilumina uma circunstância interessante: a de que, afinal, *palavras são coisas entre coisas*.

Não é nenhuma novidade que palavras possam ser significadas por outras palavras — *vermelho* é instanciamento ou referente de “palavra”. Sabemos muito bem que a preeminência da língua ⁶⁶ (e algumas de suas

⁶⁶ No campo mais geral de uma *semiologia*, como a propunha Saussure (ou mesmo de uma *semiótica*, tal como a entendia Peirce, como uma *teoria geral das representações*).

misérias, segundo certos positivistas lógicos) se deve em grande parte à sua natureza *autorreferencial*. Mas, à parte isso, ao tornar-se, por assim dizer, “referente” de objeto, de uma “coisa”, a “palavra-significado” revela que o *nível dos significados* (o *nível-significado* de um *nível-significante*) também obedece a uma distribuição que é a da esfera dos fenômenos. A rigor, nessa linha de reflexão, uma imagem acústica, uma inscrição visível no mármore, como fenômenos, não se distinguem da cor da pedra, da sombra que tinge o mármore, do timbre sonoro, ou mesmo da nuance diferencial que impede que a matéria sutil de nossas reflexões seja uma massa indiferenciada ou, em certo sentido, “caótica”.⁶⁷

O plano da distribuição, a topologia diferencial em que “objetos”, “coisas”, “unidades”, em suma, “recortes experienciais” se manifestam em sua “identidade”, engloba tanto o *nível dos significantes* (ou o *nível-significante*, em cada ocasião) quanto o de *significados*⁶⁸ articulados pela língua, ou melhor, pelo *movimento sígnico* em geral.

Em que “diferem”, então? Justamente em seu “diferir”, isto é, no “diferimento” de duas instâncias que não se dão *simultaneamente*. Pois ainda que vejamos “ao mesmo tempo” a palavra “gato” riscada em um muro e um animal *gato* deitado um pouco acima sobre o mesmo muro, a operação simbólica já defasou as instâncias possíveis, “ordenando-as” em uma apresentação que “está para” [*stands for*] outra apresentação.

O que conta, então, não é a especificidade das unidades diferenciadas (reconhecíveis em sua identidade consigo mesmas no tempo) — se as *vemos*, elas emergem de um sistema —, mas a temporalidade que *defasa* (segundo uma rede de remissões e sentidos *sempre transferível*, dado que não é aderente aos “corpos” ou às “coisas”, embora as *dê a ver*).

É nesse sentido que Saussure se esforçava para ressaltar o papel “ordenador” da língua (a ponto de fornecer ao linguista um “princípio de classificação”), sua incidência “formal”.⁶⁹

⁶⁷ Não se trata apenas da confusão (no atropelo de uma “rapsódia de sensações”), mas da impossibilidade do discernimento: o *caos* como *indiferença*.

⁶⁸ Ou, mais precisamente, o *nível-significado* associado, a cada vez e segundo a envergadura do gesto sígnico, ao respectivo *nível-significante*.

⁶⁹ “[É] impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte” (SAUSSURE, 2002, p. 137); “a língua é uma forma e não uma substância” (*idem*, p. 141).

Muitas vezes se disse: o que “existe” são coisas, a língua apenas as distribui. Agora, sob a influência de Goodman, entre outros expoentes da sua linhagem filosófica, percebemos que seria melhor dizer: temos a ver, estamos lidando com “apresentações”, e tais “objetos” dependem de uma distribuição, espacial, é certo, mas, principalmente, temporal, o que quer dizer: finita, parcial, construída, projetiva — enfim, que a mesma abertura que desdobra o mundo é a condição para que recortemos percursos simbólicos e os complexifiquemos com o jogo da linguagem.

Nesse sentido, a linguagem (como existência simbólica) não é “posterior” a uma experiência sensório-motora “pré-linguística”. Vista como distribuição, a defasagem de apresentações que se escandem no tempo já traz a essência daquilo que porventura chamaremos de *movimento simbólico* ou *sígnico*.

Dizer que “*algo se apresenta* ou *se manifesta*” significa dizer que remete sempre, nesse “apresentar-se”, ao *não-manifesto* do qual emerge ou em que potencialmente se insere, isto é: (i) às condições de seu aparecer; mas também (ii) às infinitas possibilidades interpretativas que tal apresentação proporciona, tão logo a desdobremos, operando a expansão do “significante” (sua decifração) em uma multiplicidade de “significados”. Uma coisa qualquer é sempre “plena de ameaças e de promessas”.

4 TEORIA DOS SÍMBOLOS

4.1 Uma abordagem tipológica

Modos de fazer-mundo [*Ways of worldmaking*] é obra posterior a *Linguagens da arte*, cuja primeira edição a antecede de pelo menos uma década.⁷⁰ Diante desse dado cronológico, talvez surja a suspeita de que se inverta forçadamente a ordem das coisas, de que aqui se esteja atrelando o carro na frente dos bois, como se costuma dizer. Refiro-me ao enfoque dado às *versões de mundo* em sua abrangência — que pertenceriam a um estágio mais desenvolvido da reflexão goodmaniana — *em preparação* à implementação teórica delineada em *Linguagens da arte*.

É verdade que, ao considerar a produção de um escritor, a crítica literária orientada por uma *abordagem extrínseca* busca um fio condutor segundo o qual se possa discernir a evolução do autor: a variação ou persistência de temas, a variedade dos recursos estilísticos empregados, mudanças na estrutura narrativa, e assim por diante. Por um cotejo minucioso de obras ensaiadas em fases diversas, procura-se saber, por exemplo, de que modo experiências não perfeitamente sucedidas, tentativas embrionárias que requerem um processo de maturação e longa prática, acabam eventualmente atingindo a manifestação plena em obras-primas.

Isso seria ainda mais pertinente em uma produção filosófica, se levarmos em conta a exigência inerente de coerência sistemática cada vez maior e mais inclusiva; ou, ainda, a transformação progressiva de uma paleta de conceitos que se influenciam mutuamente à medida que, mais depurados ou crescendo em complexidade, adquirem novas feições. Contudo, a observação de uma sequência temporal estrita se mostra menos determinante se considerarmos que cada texto filosófico — por vezes até mesmo em contradição com outros textos do mesmo autor — destina-se a refinar uma concepção de fundo da qual o filósofo tem uma intuição muito vívida, ainda que uma vida inteira talvez não lhe baste para que dela se apodere completamente. Como afirmava Bergson, com pleno conhecimento de causa, “tudo se contrai num único ponto, do qual

⁷⁰ Referências para as primeiras edições: *Languages of Art: An Approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1968; *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett, 1978.

sentimos que nos poderíamos aproximar cada vez mais, ainda que devamos perder as esperanças de atingi-lo”.⁷¹

Nessa linha de reflexão, a justificativa metodológica para uma exposição de temas intimamente relacionados apoiou-se na ideia de que a discussão de *Modos de fazer-mundo* permitiria lançar luzes retrospectivas sobre certas noções fundamentais por trás da abordagem tipológica com a qual, mais cedo, procurava exprimir-se a compreensão ou intuição goodmaniana. A passagem de uma ambiciosa *crítica do fazer-mundo* a um determinado tratamento tipológico dos sistemas simbólicos pede, no entanto, maior esclarecimento. A questão é que os meios utilizados em *Linguagens da arte* são, por assim dizer, bastante *pontuais*. Se, deixando um pouco de lado a soma de assuntos finamente tratados no livro, nos resumirmos aos aspectos essenciais de seu aparato conceitual, é possível obter um esqueleto que preserve os elementos básicos sobre os quais repousa boa parte do método crítico que intenciona abraçar, em larga escala, as versões de mundo mais cabais.

4.2 O símbolo *no* sistema

Como Goodman chega à necessidade de um estudo dos *tipos* de signos e de sistemas simbólicos (ou se concentra nisso como um passo indispensável em direção daquilo que se afirmará como uma *crítica do fazer-mundo*)? E, mais importante ainda, o que oferece o método tipológico para seu empreendimento filosófico?

Um método tipológico caracteriza-se pela *generalidade de esquemas usados como ferramentas tipológicas*. É conveniente,

⁷¹ “[À] medida que procuramos nos instalar no pensamento do filósofo ao invés de dar-lhe a volta, vemos sua doutrina transfigurar-se. Primeiro, a complicação diminui. Depois, as partes entram umas nas outras. Por fim, tudo se contrai num único ponto, do qual sentimos que nos poderíamos aproximar cada vez mais, ainda que devamos perder as esperanças de atingi-lo. Nesse ponto, encontra-se algo simples, infinitamente simples, tão extraordinariamente simples que o filósofo nunca conseguiu dizê-lo. E é por isso que falou por toda a sua vida. Não podia formular o que tinha no espírito sem se sentir obrigado a corrigir sua formulação e, depois, a corrigir sua correção: assim, de teoria em teoria, retificando-se quando acreditava completar-se, o que ele fez, por meio de uma complicação que convocava a complicação e por meio de desenvolvimentos justapostos a desenvolvimentos, foi apenas restituir com uma aproximação crescente a simplicidade de sua intuição original. Toda a complexidade de sua doutrina, que pode ir ao infinito, não é, portanto, mais que a incomensurabilidade entre sua intuição simples e os meios de que dispunha para exprimi-la” (BERGSON, 2006. p. 125).

portanto, obter uma *grade* ou *matriz* cuja genericidade permita acolher uma variedade de manifestações que entendemos estar ligadas por alguma semelhança e que, em função disso, podemos agrupar em “famílias”. Ao escolher esta estratégia, eu diria que Goodman faz a seguinte aposta: a de que tal esquema classificatório permitiria expor a máxima *integração estrutural* de sistemas simbólicos.

Para a perspectiva adotada nesta pesquisa — vale repetir, a da possibilidade de transformação de sistemas globais pela manipulação de elementos expressivos ⁷² —, a teoria dos símbolos delineada em *Languages of art* é plena de informações e reflexões fecundas. Contudo, no âmbito presente de uma introdução ou abertura de um novo campo de problemas a ser explorado, é suficiente que nos concentremos sobre os principais conceitos e definições que fazem parte dessa abordagem tipológica, na medida em que estão correlacionados ao aspecto da integração nas relações estruturais, aspecto este que considero importante salientar.

Se, assim como condicionamos o *objeto* ao *mundo*, condicionamos o *significante* ao sistema, encontramos-nos na seguinte situação teórica:

- (i) Primeiramente, somos instados a explicar como reconhecemos *significantes* a partir de toda espécie de *marcas* disponíveis e potencialmente reuníveis, como *inscrições* (ou *tokens*) sob um *tipo* ou *caractere*;
- (ii) Além disso, podemos nos considerar, de certo modo, autorizados a lidar diretamente com “aparecimentos” ou “objetos” (“notáveis” por obra de um *sistema*), apostando na sua pertinência e na sua interação sistemática, uma vez que, por definição, participam em graus variados dos desdobramentos de uma estrutura em sua necessária coesão, em sua “lógica”. ⁷³

Isso justifica, em certa medida, a redução a duas instâncias ligadas por uma relação considerada como intuitivamente apreensível, e aceita como “primitiva”. A relação em questão é a de *referência*, na qual “algo *está para* [*stands for*] outro algo” — *aliquid pro aliquo*.

⁷² Na arte, como se argumentou anteriormente, tais transformações (que fazem emergir o “novo”) implicariam, em grande parte, a ativação de traços virtuais não incorporados previamente ao sistema. Refiro-me à atualização de potencialidades do “objeto” que, eventualmente, acaba por exigir uma reformulação bastante abrangente dos nexos estruturais, incorporando novos elementos construtivos a repertórios já tradicionais, alterando a carga expressiva de tais elementos combinados, e assim por diante.

⁷³ Este último ponto fica mais claro se repassarmos os principais movimentos das *resultantes* próprias aos sistemas “cognitivos” em atividade na *ciência*, na *arte* e na *experiência cotidiana*,

“Reference” as I use it is a very general and primitive term, covering all sorts of symbolization, all cases of *standing for*. As a primitive relation, reference will not be defined but rather explicated by distinguishing and comparing its several forms. I use the term “denotation”, somewhat more broadly than is usual, for the application of a word or picture or other label to one or many things (GOODMAN, 1981, p. 121).

Talk of schemata, categories, and systems of concepts comes down in the end, I think, to talk of such sets of labels (GOODMAN, 1976, p. 72).

Uma concepção do signo como “*aliquid pro aliquo*” ressalta:

- (i) o caráter *manifesto* da 1ª instância (o “*aliquid*”);
- (ii) a *diferença* ou *diferimento* na apresentação das duas instâncias, o que implica uma direção no fluxo que corresponde a um *envio referencial*.

tal como esboçados na análise comparativa feita em seções anteriores desta investigação:

(i) Na ciência: das *proposições* aos *contextos*, *frames of reference*, *sistemas descritivos*, implicando tanto a compreensão do usuário da linguagem — sua *intuição* ou *apreensão* como meio de avaliação da adequabilidade ou aceitabilidade do sistema e seus elementos discernidos (axiomas, regras de transformação, inferências, resultados de decisões e juízos morais, etc.) — quanto a estrutura lógico-linguística (sintática e expressiva) do sistema formal que é usado e, neste uso, constantemente submetido a ajustes. Além disso, passa-se aqui também dos “objetos” que uma teoria admite às *relações* que ela assume e deriva como sendo as que subsistem entre aqueles objetos (que constituem os “termos” de tais relações). E ainda: das *proposições de observação* à teoria em que elas são forjadas — tendo em conta que são teoricamente impregnadas (cf. CHALMERS, 1993, p. 46 *et seq.*) —, por um lado; e às projeções teoricamente orientadas — previsões ou derivações explicativas da totalidade das relações e hierarquia do sistema em planos (ontológicos, lógicos, metalinguísticos, etc.) —, por outro;

(ii) Na arte: a “obra” como *ponto de convergência* de “tudo o que a precede” — seu *fazer* (ou *ter sido feito*), com a projeção de interlocutores (seus *potenciais intérpretes*) ensaiada pelo artista que pondera a tradição, meios técnicos, as determinações materiais (do mármore, do óleo), modalidades da *representação*, normas do “gosto”, cânones do “belo”, etc. —, mas também de “tudo o que dela irradia”, na fruição que a atualiza, nas inúmeras interpretações que recebe e inaugura, nos caminhos e descaminhos que a obra, fazendo-se ao largo, singra;

(iii) Na experiência comum: do *objeto ao mundo*; da *percepção ao objeto*.

Todos estes “movimentos”, é bom frisar, são variantes da reintegração do objeto nos horizontes (cada vez mais *inclusivos*) de seus “sentidos”. Lembro ainda que o termo “sentido” exprime, aqui: (a) as condições de uma *manifestação* (*distribuição prévia*); (b) as condições de uma *interpretação* — sendo que *interpretação* é movimento duplo (ou múltiplo?) que *reconhece* e *projeta* o objeto “re-conhecido” na rede de seus “possíveis” (isto é, tudo o que ele *pode* no horizonte global de sentido que recebe o nome de “mundo”).

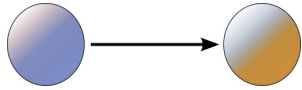


Figura 7 – *Aliquid pro aliquo*, isto é, *algo* que *está para* outro *algo*, estabelecendo uma relação referencial — como no caso, por exemplo, da relação de *expressão* (definida por Goodman como “exemplificação metafórica”), em que “a picture must *stand for*, symbolize, refer to, what it expresses” (GOODMAN, 1976, p. 52). A expressão *aliquid pro aliquo* pode ser interpretada, em outros termos, como: *algo*₁, que, ao “apresentar-se” (em sua “opacidade” e visibilidade), serve como “marcador” de outro *algo*₂, e, tornando-se, por assim dizer, “transparente”, dá a ver este *algo*₂ como “significado”. Note-se que, tanto uma instância como outra, em seu “apresentar-se”, depende de uma *distribuição* que a colhe em uma rede *estruturada* de relações.⁷⁴

4.3 Formas da referência

Uma vez estabelecida esta estrutura mínima, este esquema tipológico, podemos usá-lo para analisar as operações que reconhecemos ou estamos dispostos a incluir entre as relações ditas *referenciais*.



Tabela 1 – Tipos da relação primitiva de *referência* (cf. GOODMAN, 1976, capítulo II)

⁷⁴ Emprego a famosa fórmula *aliquid [stat] pro aliquo* de maneira um tanto livre, considerando-se que não atribuo a ela um caráter especificamente “substitucional” (caráter aparentemente óbvio para quem lê a preposição latina *pro* como significando ‘em lugar de’). Conservo, sim, a ideia de fluxo (e direção) referencial entre duas instâncias associadas, como propõe Goodman, pela relação primitiva de “*stand for*” (expressão esta que traduzo simplesmente por “estar para”).

4.4 Fluxo da relação referencial

Isso nos leva a adicionar um elemento ao esquema inicial, que é o “sentido” (a “orientação”) do envio referencial — pois, como vimos, Goodman define a *exemplificação* como correndo na “direção inversa” à da *denotação*.⁷⁵

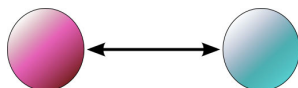


Figura 8 – Duas instâncias ligadas por uma relação cujo fluxo se dá nas duas direções.

4.5 Rotas da referência

Agora, devemos explicitar a passagem desse esquema a uma estrutura mais completa, da qual, na verdade, ela havia sido *abstraída*. Trata-se de um desdobramento da relação binária inicial — que une dois termos segundo os “sentidos” diversos do envio referencial — na articulação de dois níveis integrados. A integração mencionada é de tal envergadura que inclui as articulações: (i) dos elementos de cada nível entre si; (ii) dos elementos pertencentes a níveis diversos.⁷⁶

⁷⁵ Se considerarmos que o envio referencial estabelece um vínculo entre uma primeira instância “significante” e uma segunda instância “significada”, vale dizer, instâncias que não pertencem a um mesmo nível, podemos salientar a “verticalidade” da relação que articula o *nível dos significantes* e o *nível dos significados* (ou, abreviando, um “nível-significante” a um “nível-significado”). Por outro lado, as relações que vinculam ou solidarizam os elementos *de um mesmo nível* (por exemplo, as unidades que compõem o repertório de *caracteres* em um *esquema simbólico*, na terminologia de Goodman) podem ser ditas “horizontais”.

⁷⁶ É importante notar que os envios referenciais não se restringem a apenas dois níveis; de fato, envolvem frequentemente uma *multiplicidade de níveis*. *Operações de sentido* são caracterizadas por suas *rotas* (percurso dos envios) e *cadeias* (recortes selecionando elementos relacionados) referenciais. (Cf. o exemplo do uso metafórico de “água” como símbolo de um país, em GOODMAN, 1981).

A exposição de cadeias referenciais no uso metafórico (ou envolvendo outros tipos de relações referenciais complexas) demonstra a disposição escalar de uma série de níveis que o sistema agencia. Refletindo bem, cadeias e rotas referenciais oferecem uma formulação sistemática, estrutural, de algo que se pode visualizar como sendo próprio à esfera *intensional*.

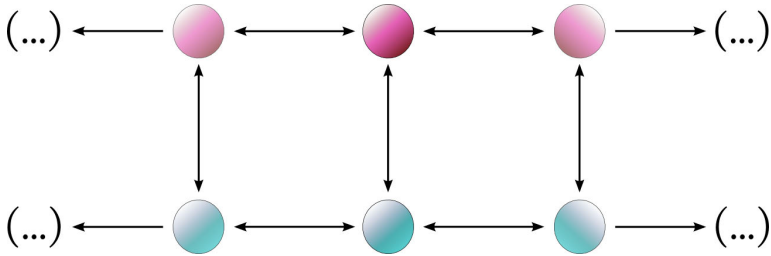


Figura 9 – Este esquema e seus fluxos correspondem à estruturação de *schemata*, nos quais se distribuem *labels* e domínios de objetos associados pelas diversas relações referenciais, de acordo com a formulação feita por Goodman em *Languages of art*.

Dispomos, a esta altura, de uma grade mínima (indispensável para classificações) que permite vislumbrar, por exemplo, o que ocorre nos usos metafóricos da língua, os quais são interpretados por Goodman como *transferências de “schemata”* — e que podemos definir, mais precisamente, como *mapeamentos de estruturas de sentido*.

Além disso, essa grade mínima proporciona um “esquema-tipo” que podemos empregar para classificar, finalmente, *sistemas simbólicos* em geral.

Tendo em vista algumas considerações como “restrição”, “clareza”, “economia”, “simplicidade”, “concisão formal”, como também a suposição de uma simplicidade paradigmática da *denotação* (relação que vige entre um *termo* ou “etiqueta” e sua *extensão*), Goodman elige, como o que podemos chamar de “esquema-tipo” de sua taxonomia de sistemas de símbolos, as *notações* (das quais são exemplos familiares as *partituras* usadas para compor, transpor e executar peças musicais).

A score, whether or not ever used as a guide for a performance, has as a primary function the authoritative identification of a work from performance to performance. Often scores and notations—and pseudo-scores and pseudo-notations—have such other more exciting functions as facilitating transposition, comprehension, or even composition; but every score, as a score, has the logically prior office of identifying a work. From this derive all the requisite theoretic

properties of scores and of the notational systems in which they are written. (GOODMAN, 1976, p. 128) ⁷⁷

Passa-se então a considerar as condições de funcionamento de *notações* e que permitem que estes sistemas (mais restritos ou rigorosos, em certo sentido) realizem a “função primária” para a qual são talhados: o reconhecimento inequívoco de elementos-significados a partir de elementos-significantes, possibilitando, como nota Goodman no caso da notação musical, “a identificação judiciosa de uma obra musical diante de *performances* diversas”. Para isso, um sistema deve ser completamente *articulado* (isto é, tanto *sintática* como *semanticamente*).

Observe-se que “articulação”, neste contexto, corresponde a um termo técnico, na análise de Goodman — a saber, uma propriedade atribuível tanto a níveis sintáticos como a níveis semânticos que integram um sistema de símbolos. “Articulação” pressupõe ou exige: (a) *disjunção*; (b) *diferenciação finita*.

No total, são cinco os requisitos que, como “sistema-tipo”, a *notação* automaticamente satisfaz, e tais requisitos dizem respeito a aspectos *sintáticos* e *semânticos*: (i) *caractere-indiferença*; (ii) *diferenciação finita sintática* (ou *articulação*); (iii) *não ambiguidade*; (iv) *disjunção semântica*; (v) *diferenciação finita semântica*.⁷⁸

Goodman develops the framework for his taxonomy of symbolic systems by defining syntactic and semantic conditions – five in total – that a symbolic system has to satisfy in order to be a notation. The reason for this is not that notations are the most important symbol systems. It is rather that the requirements on a notation, namely, the fulfilment of all five conditions, are the strictest ones. Once we are clear on these, we shall see how other common kinds of symbol systems (such as language or depiction)

⁷⁷ Goodman observa ainda que: “the essential feature of a character in a notation is that its members may be freely exchanged for one another without any syntactical effect; or more literally, since actual marks are seldom moved about and exchanged, that all inscriptions of a given character be syntactically equivalent. In other words, being instances of one character in a notation must constitute a sufficient condition for marks being ‘true copies’ or replicas of each other, or being spelled the same way” (GOODMAN, 1976, p. 131).

⁷⁸ No *Apêndice* à página 125 o leitor encontrará um resumo das principais definições e noções da abordagem tipológica aos sistemas de símbolos proposta por Goodman.

can be characterized by “failing” to satisfy certain conditions. These “failures”, of course, are not necessarily a bad thing, but rather characteristics of the respective kind of system. Many of the systems that are important for art, for example, “fail” in this sense, and they have to do so in order to fulfil their purpose. We shall also see how important such non-notational systems can be for science. (COHNITZ & ROSSBERG, 2006, p. 150)

Note-se aqui a pertinência das *grades* que fornecem uma estrutura genérica, gerando uma variedade de modelos tipológicos: tais modelos correspondem a variantes que diferem segundo a natureza e o comportamento dos *termos* e das *relações* que idealmente fazem parte da matriz a partir da qual os diversos tipos são “vazados”.

SISTEMAS SIMBÓLICOS	<i>Sintaticamente</i>	<i>Semanticamente</i>
Notações	<i>articulado</i>	<i>articulado</i>
Língua	<i>articulado</i>	<i>denso</i>
Representação gráfica de pontos matemáticos <i>inextensos</i>	<i>denso</i>	<i>articulado</i>
Sistema pictórico	<i>denso</i>	<i>denso</i>

Tabela 2 – Exemplos de sistemas simbólicos, segundo a *densidade* ou *articulação* de seus níveis.

4.6 Uma ferramenta classificatória ou tipológica

Além dos traços que permitem definir e classificar os envios simbólicos, precisamos de um esquema mais abrangente, se quisermos lidar com *sistemas de símbolos* em sua totalidade.

Ao afirmar que cada símbolo é o que é graças ao sistema, Goodman dá uma indicação na direção de um modelo capaz de integrar as instâncias simbólicas em estruturas mais globais, cujo funcionamento depende de uma

rede complexa de relações, produzindo efeitos resultantes em uma multiplicidade de níveis (é através da percepção de tais resultantes, de fato, que podemos avaliar o jogo de símbolos dos quais o sistema é a projeção máxima ou “todo-inclusiva”).

Ao considerar uma matriz tipológica como as *notações* (ou ainda, ao propor a *notação* como “esquema-tipo”), Goodman já ultrapassa a relação inicial *significante–significado*, pois agora temos, em vez de instâncias singulares, níveis vinculados pelos envios referenciais. Além disso, cada nível tem sua própria estrutura, derivada das relações entre os elementos que partilham um mesmo nível.

O nível-significante compõe o que Goodman chama de *esquema simbólico* [*symbol scheme*]. Um *esquema simbólico* “consiste de caracteres, usualmente incluindo modos de combiná-los a fim de formar outros caracteres” (GOODMAN, 1976, p. 131). Evidentemente, os caracteres aceitos no ou agenciados pelo sistema não se resumem a letras ou cifras. *Caractere* teria o sentido mais geral de “fórmulas bem formadas” do sistema. Têm-se, portanto, neste nível, as unidades mínimas que compõe toda expressão sintática (“caracteres” em geral), assim como as regras de formação de tais caracteres. Goodman define *caracteres* como “certas classes de elocuições [*utterances*], inscrições ou marcas”. Uma *inscrição*, por sua vez, é qualquer *marca* — visual, auditiva, etc. — que pertence a um *caractere*.

4.7 O reconhecimento de *caracteres* de um sistema

Tenhamos em conta a distinção entre: *traços* ou *riscos* (*marks*) — *inscrições* — *caracteres*. Tal distinção permite que consideremos as condições de *visibilidade* de “significantes”. A formação de um *caractere* depende de que traços ou marcas diferenciais sejam reconhecíveis segundo uma configuração (abstrata) que corresponde à *invariância* de um *tipo*. *Regiões diferenciais* que partilham certa configuração — de maneira que nelas um observador (seja ele o usuário de um código, um agente cognitivo ou indivíduo percipiente em uma apreensão empírica) percebe ou capta uma *invariância* — estão aptas a servir como *inscrições* subsumíveis em um *caractere* ou, usando outra terminologia, como *tokens* pertencentes a um mesmo *type*.

É importante notar que, entre aquilo que podemos imaginar como sendo mero *traço* — isto é, uma “apresentação” localizável em um campo de diferenças ou, como foi definido anteriormente, em uma “distribuição” — e o que é reconhecido efetivamente como *inscrição* estende-se uma *zona de indistinção*.

Exemplos: 1. *inscrições* na pedra desgastadas pela ação do tempo retornam ao estado de *traços*; 2. palavras gregas ilegíveis em pergaminhos deteriorados (dando lugar a restaurações diversas de textos antigos).

Para compreender um pouco melhor o que se quer dizer com “zona de indistinção” aqui, podemos considerar duas circunstâncias nas quais um *traço* não pode ser vinculado a um *caractere* (isto é, não pode ser uma *inscrição* como *ocorrência* de tal *caractere*):

- (a) Se ele não se *revela* (exemplo dos desgastes de inscrições em pedra);
- (b) Se ele se situa na *zona de transição* entre duas *formas invariantes*, “notáveis” por sua configuração gestáltica ou formal, por sua diferenciação nítida: linhas verticais, horizontais, cruzadas, em ângulos situáveis dadas as condições de apreensão, modo de sua emergência como figura que se destaca de um fundo (letras amarelas sobre um fundo branco, por exemplo, oferecem más condições de leitura), etc.

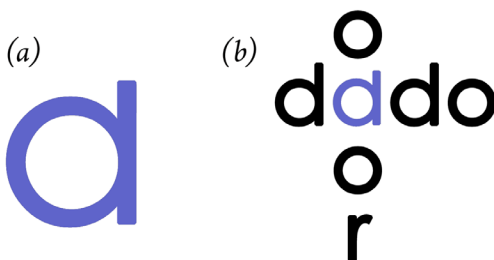


Figura 10 – *Inscrições e caracteres*. Em (a) tem-se uma *marca* cujo reconhecimento como *inscrição* é problemático (“a” ou “d”?). Em (b), a decisão é possível graças ao contexto.

4.8 Densidade *versus* articulação

Definir níveis de unidades simbólicas como “densos” ou “articulados” significa apontar a forma da *distribuição* de unidades em cada nível (envolvendo o que se definiu aqui como relações *horizontais*). Contudo, o

fato de um esquema ou nível simbólico ser *denso* ou *articulado* não é final. As fronteiras entre “denso” e “articulado” são permeáveis, e a passagem de um “estado” a outro pode se dar:

(i) pelo “transbordamento” de elementos articulados em *densidade distribucional*;

(ii) pelo processo inverso de articulação por eliminação de *traços* não atribuíveis a um único *caractere* (e, portanto, traços que não chegam a adquirir o *status* de *inscrições* do sistema considerado em cada caso).



Tabela 3 – Fronteira *densidade–articulação*. (* Obs.: O *nível de definição* está associado a uma acuidade ou acurácia, i.e., dimensionado segundo determinado grau de percepção, certo índice de precisão, de definição, que corresponde ao que é apreensível ou captável em uma determinada “escala”).

Que *densidade* e *articulação* sejam de certo modo “relativas”, é algo que se pode perceber considerando a possibilidade de “imposição” de *diferenciação finita* em um sistema alfabético:

That we have no explicit procedure for determining whether a given mark does or does not belong to any given letter hardly means that finite differentiation is lacking. Rather, we adopt a policy of admitting no mark as an inscription of a letter unless or until we can decide that the mark belongs to no other letter. In effect, we impose finite differentiation by excluding the undecidable cases; and the policy must be incorporated in any appropriate specification of the scheme. This does not hold for all schemes; with a dense scheme, the result would be to eliminate all inscriptions. But where membership of only some rather than all marks in each character is undecidable, the policy is normal and is to be assumed for all schemes not given by or plainly calling for a specification that precludes it” (GOODMAN, 1976, p. 140).

A percepção do alcance da *integração sistemática* — não apenas de uma unidade sintática ligada às outras unidades com as quais forma um *repertório*, mas também de níveis (com sua distribuição peculiar) articulados pela relação referencial (e, mais extensamente, pela operação sígnica em toda sua amplitude) — proporcionada pela abordagem tipológica goodmaniana repousa, por sua vez, no seguinte *insight*: não apenas do *significante* ao *significado*, mas do *significado* ao *sistema*.

Não basta — como é o caso nas concepções usuais sobre o *signo* — perceber e apontar o vínculo que leva do *significante* ao *significado*. Devemos principalmente tentar conceber os vínculos que ligam o *significante* ao *sistema* em que ele funciona como tal.

A articulação nos *schemata* opera tanto no plano (i) dos *esquemas simbólicos* quanto no plano global (ii) dos *sistemas simbólicos* (= *esquemas simbólicos* + *domínios* a eles associados).

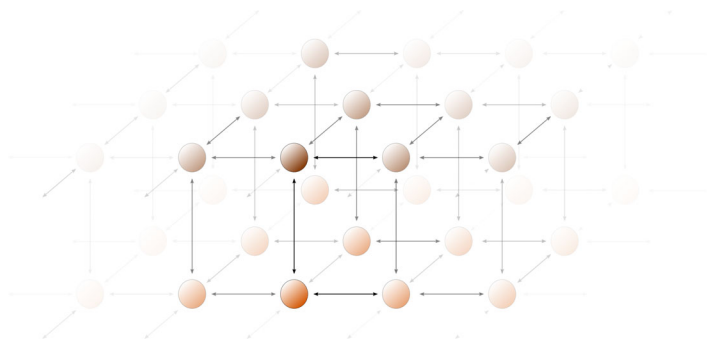


Figura 11 – Integração de níveis.

4.9 Exemplo de uso metafórico

O reconhecimento de *schemata*, tais como são definidos e utilizados na teoria das transferências metafóricas apresentada em *Linguagens da arte* (cf. GOODMAN, 1976, p. 71 a 74), tematiza os recortes estruturais a partir de estruturas mais amplas de sentido.

An understanding of metaphor further requires the recognition that *a label functions not in isolation but as belonging to a family*. We categorize by

sets of alternatives. (...) Talk of schemata, categories, and systems of concepts comes down in the end, I think, to talk of such sets of labels. (GOODMAN, 1976, p. 72; grifado aqui).

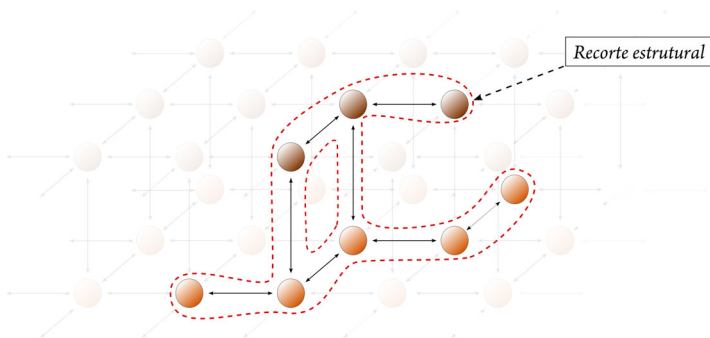


Figura 12 – Recortes estruturais que podem ser *mapeados* (por exemplo, em *metáforas*).

No capítulo dedicado às figuras de linguagem, Goodman põe em prática o modelo explanatório baseado em transferências de esquema:

Consider, for example, the metaphorical application of “blue” to pictures. Since “blue” also has a literal application to pictures, the metaphorical and literal applications are to the same territory. What has happened here is transfer from realm to realm and back again. A schema of color-predicates is carried first over to feelings and then back to colored objects. Its travels result in some displacement on its return (otherwise we shouldn’t even know it had been away); but the displacement is far from total: a metaphorically blue picture is more likely to be literally blue than literally red. (GOODMAN, 1976, p. 83)

Considerando a análise que a teoria dos *schemata* oferece do uso metafórico da etiqueta “blue” em inglês, constata-se que o que realmente ocorre é um *mapeamento parcial* — isto é, que não aproveita a totalidade

das relações de um *repertório de etiquetas* (predicados para cores) quando da sua transferência a outro território (no caso, predicados usados para exprimir estados emotivos). Goodman reitera esta peculiaridade de mapeamentos como este ao observar que “o transporte está longe de ser total: é mais provável que uma pintura metaforicamente azul seja literalmente azul do que literalmente vermelha”.

Como podemos conectar a explicação goodmaniana sobre o que ocorre nas transferências metafóricas com uma visão estruturalista que, indo um passo além das interpretações habituais no tocante ao escopo do trabalho teórico de Saussure, incorpore as transformações e mudanças às quais um sistema está sujeito?

Notemos, em primeiro lugar, que a transferência de *schemata* — cujos recortes, como vimos, podem ser feitos ao longo de uma rede bastante complexa de envios e nexos referenciais (e ao longo de uma série de eixos) — depende de uma coesão estrutural, isto é, de uma série de níveis interligados, sendo que cada nível, por sua vez, tem sua distribuição própria (a rede diferencial de seus elementos e as conexões que aí vigem).

Além disso, cumpre observar que, embora tais transferências sejam significativas (i.e., têm *valor cognitivo*) e estabeleçam novas categorizações, salientando aspectos e conexões até então não percebidos, fica ainda por explicar *como elas se mantêm*, uma vez que nem todos os laços que vigoravam no domínio original são aproveitados e reatados no domínio-*target* em que determinado *schema* é enxertado. O próprio efeito de “choque semântico” é indicativo disso — o alvo de uma projeção metafórica, diz Goodman, se rende “sob protesto” (“*a metaphor is an affair between a predicate with a past and an object that yields while protesting*”, GOODMAN, 1976, p. 69).⁷⁹

⁷⁹ “Mere novelty, however, does not quite make the difference. Every application of a predicate to a new event or a new-found object is new; but such routine projection does not constitute metaphor. And even the earliest applications of a coined term need not be in the least metaphorical. Metaphor, it seems, is a matter of teaching an old word new tricks — of applying an old label in a new way. But what is the difference between merely applying a familiar label to new things and applying it in a novel way? Briefly, a metaphor is an affair between a predicate with a past and an object that yields while protesting. In routine projection, habit applies a label to a case not already decided. Arbitrary application of a newly coined term is equally unobstructed by prior decision. But metaphorical application of a label to an object defies an explicit or tacit prior denial of that label to that object. Where there is metaphor, there is conflict: the picture is sad rather than gay even though it is insentient and hence neither sad nor gay. Application of a term is metaphorical only if to some extent contra-indicated.” (GOODMAN, 1976, p. 69)

Isso que dizer que há certa maleabilidade nessas transferências e mapeamentos, proporcionada por uma abstração de alguns traços ou conexões não relevantes ou que podem ser deixados virtualmente de lado: e isso faz parte da interpretação adequada de uma metáfora pelo interlocutor ao qual ela é apresentada pela primeira vez.

Hobbes não diz (literalmente) que homens são lobos, mas *quase* isso. É preciso “pegar” as coisas pelo viés correto ou apropriado em cada caso. Não na contramão, mas respeitando o “sentido” (ao longo do qual o “recorte abstrativo” é feito).

Há um processo de “filtragem” aqui. Este processo é análogo ao que ocorre no isolamento configuracional de objetos, no qual conexões são abstraídas como informação de segundo plano (*não-manifesta*), isto é, *interpretacional* (ou “contextual”, como costumamos dizer, muitas vezes nos contentando em varrer o pó para debaixo do tapete). Como também muito próximo à aventura de um *ready-made* extraído de sua rede usual de sentido (envolvendo aspectos pragmáticos, etc.), des-contextualizado, e colocado à sua sorte (sob nossa tutela como intérpretes⁸⁰ da obra) em uma terra estrangeira (ou “de ninguém”).

⁸⁰ “Intérprete” em um sentido em certa medida análogo ao que se intenciona dizendo, de um pianista, que ele é intérprete de determinada peça musical, por exemplo. Ou mais precisamente, nas palavras de Umberto Eco:

“[E]videntemente, a operação prática do intérprete enquanto “executante” (o instrumentista que executa uma peça musical ou o ator que declama um texto) difere da de um intérprete enquanto fruidor (quem olha para um quadro ou lê em silêncio uma poesia, ou, ainda, ouve uma peça musical executada por outrem). Contudo, para os propósitos da análise estética, cumpre encarar ambos os casos como manifestações diversas de uma mesma atitude interpretativa: cada “leitura”, “contemplação”, “gozo” de uma obra de arte representam uma forma, ainda que calada e particular, de “execução”. A noção de processo interpretativo abrange todas essas atitudes. (...) Naturalmente poderá dar-se o caso de obras que se apresentem “abertas” ao executante (instrumentista, ator) e serão restituídas ao público como resultado já unívoco de uma seleção definitiva; em outros casos, apesar da escolha do executante, pode permanecer a possibilidade de uma escolha subsequente a que o público é convidado” (Eco, 1991, nota à p. 39).

5 AS ESTRUTURAS ABERTAS

Uma carência da análise goodmaniana poderia ser apontada no fato de que sua teoria se concentra nas “etiquetas” como *predicados* ou *nomes*, aos quais se podem associar facilmente *objetos* em domínios de discurso. Mas para fazer jus à complexidade da língua precisamos dar conta de relações sintáticas de todo tipo, incluindo também expressões *sincategoremáticas* (advérbios, preposições, conjunções, quantificadores como “todo”, “algum”, etc.), por exemplo.

Não obstante, parece plausível dizer que a integração estrutural proporcionada pelo instrumental tipológico utilizado em uma crítica de sistemas simbólicos em geral represente uma posição conquistada. Com ela abrimos caminho para uma compreensão dos efeitos gerais de manipulação de elementos sistemáticos, de efeitos “em cascata” que, ao menos em princípio, se traduziriam em transformações em grande escala. Este é um dado importante, se quisermos tentar explicar a variedade das versões de mundo que, embora não se reduzam umas às outras e convivam um tanto às turras, oferecem *insights*, peculiares a cada uma delas, que afinam e sutilizam nossa *compreensão*.

Temos um encontro entre uma perspectiva estruturalista que maximizaria a repercussão de efeitos locais na globalidade de sistemas, por um lado, e o reconhecimento de que *transformações* — que refletem uma característica básica do comportamento de qualquer estrutura⁸¹ — exigem que se pense a estrutura ou o sistema como sendo essencialmente *aberto*: vale dizer, suscetível de receber em seu interior traços virtuais ou potenciais que, atualizando-se, renovam ou reestruturam o sistema em suas *resultantes* (e isso *em várias escalas*).

O que impede uma constatação ou um reconhecimento (se não unânime, pelo menos mais amplo) da abertura do sistema como condição de sua transformação e, em última análise, de sua própria eficácia, de seu

⁸¹ Em seu livro sobre o estruturalismo, Piaget aponta *três características básicas da estrutura*. Segundo ele, uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema, e que se conserva ou se enriquece pelo jogo dessas transformações, sem que tal operação extrapole seus limites, ou lance mão de elementos exteriores ao sistema. Em síntese, uma estrutura compreende as características de: a) totalidade; b) transformação; c) autorregulação. Além disso, qualquer estrutura é passível de formalização, operável no nível teórico da abstração (independente da estrutura em si), formalização essa que pode ser traduzida em equações lógico-matemáticas, ou submeter-se à intermediação de um modelo cibernético (cf. PIAGET, 1979).

funcionamento? Quão importunas são, nesse viés, as perspectivas *sincrônicas* e *estáticas* atribuídas (e censuradas) ao Estruturalismo? ⁸²

5.1 Reinterpretando Saussure

A intuição e as formulações de Saussure nos lançam em cheio no campo de problemas levantados pela noção de limite, pela demarcação de linhas fronteiriças e sua permeabilidade, pelas operações de circunscrição segundo os princípios que as orientam e as flutuações que as ameaçam. São conhecidos os comentários de Benveniste sobre o “homem dos fundamentos” e sua inquietação diante dos pressupostos de uma linha de pesquisa certa da produtividade de seus métodos comparativos e da objetividade de seus dados. Sabe-se como, desgostoso com a “absoluta inépcia da terminologia corrente”, não encontrasse um só termo em linguística ao qual atribuísse um sentido qualquer, o que transformava a redação de “um artigo que não oferecia materialmente nenhuma dificuldade” em uma tarefa hercúlea, na tentativa inútil de “evitar as expressões logicamente odiosas, pois para isso seria necessária uma reforma decididamente radical”. ⁸³

Ao recusar os quadros e noções comumente empregados, Saussure acaba por colocar em cheque não apenas os dados supostamente primários com que se lidava então ou “objetos” cuja existência era pacificamente aceita, mas a própria estabilidade deste solo epistemológico, fazendo a seguinte “profissão de fé”: “em outros domínios, pode falar-se das coisas através deste ou daquele prisma, com a certeza de reencontrar um terreno firme no próprio objeto. Em linguística, negamos em princípio que haja objetos dados, que haja coisas que

⁸² Cf., a propósito, a análise de Piaget no capítulo 5 de seu *Estruturalismo*, onde confronta uma perspectiva sincrônica/estática (insuficiente, em certos aspectos) com a dinâmica das transformações estruturais:

“É de um vivo interesse constatar que, apesar das fortes razões que ligam o estruturalismo linguístico às considerações sincrônicas, sua forma atual toma, após Z. Harris e, sobretudo, com N. Chomsky, uma orientação nitidamente geradora no terreno da estrutura das sintaxes; essa pesquisa da “geração” linguística é acompanhada, como deve ser, de um esforço de formalização estribando-se nas transformações que, note-se, possuem, além disso, um poder regulador de “filtragem” e eliminam certas estruturas enquanto mal formadas. De um tal ponto de vista, a “estrutura” linguística atinge a posição das estruturas mais gerais, com suas leis de totalidade, que são leis de transformações e não leis, descritivas e estáticas, e com sua autorregulação devida aos caracteres dessa composição” (PIAGET, 1979, p. 43).

⁸³ Estas citações podem ser encontradas no ensaio “Saussure após meio século”, in: BENVENISTE, 1991.

continuem a existir quando se passa de uma ordem de ideias a outra e que seja possível, conseqüentemente, permitirmo-nos considerar “coisas” em várias ordens, como se fossem determinadas por elas mesmas”.⁸⁴

Estas preocupações lógico-epistemológicas já forneceriam um ponto de conexão com os desenvolvimentos da filosofia analítica àquela altura. No entanto, o que para os positivistas lógicos se apresentava como uma questão de coerência interna de sistemas formais (com um repertório de signos ou marcas identificáveis já pressupostos e compilados de antemão), para Saussure motivava uma pergunta sobre o aparecimento ou a visibilidade de elementos distintos. Quais as condições de sua distinção, por um lado, mas também de sua comunidade num mesmo repertório? Como “sinais” (letras ou símbolos matemáticos) partilham um mesmo nível, servindo a uma mesma função estrutural? Imersos em um mundo que se oferece como um cenário ou platô pontilhado por objetos com contornos precisos, discretamente separados, a ideia de que algo apareça em sua individualidade não desperta suspeita e é tida como óbvia ou descontada. As coisas têm substância e positividade — têm identidade própria. Tentemos imaginar, porém, o puro “aparecimento” de algo que não remeta a nada a não ser a si mesmo, que não conheça atrasos, algo que poderíamos chamar de um “dado puro”, completamente autofundado. Em seu pleno aparecer, não se recorta sobre nada, não destina ao fundo aquilo que ele não é. A evidência pura é uma experiência totalizante e, como tal, não conhece a temporalidade, é imóvel — em última análise, é imperceptível. Para que algo seja perceptível (para que apareça), deve estar de algum modo “defasado” em relação àquilo que o revela por contraste. É certo que a atividade desta defasagem — ou, mais amplamente, da diferença — se manifesta (indiretamente) na identidade; nela o reconhecimento de uma forma individual já foi garantido, já foi possível isolá-la de tudo o que a cerca, ela já emergiu recortada sobre um fundo esmaecido, um segundo plano que, embora permaneça complementar à figura iluminada, ao objeto tematizado, não está sob o alcance seletivo da atenção. O fundo é não-figura. A partir daí é possível então confrontar elementos unitários, medindo entre eles uma diferença que se poderia chamar “de segunda mão”, pois esta “supõe em geral termos positivos, entre os quais ela se estabelece”⁸⁵, como nota Saussure. Mas a diferença teria outros dinamismos, operando também sem nenhum elemento “dado de antemão”; muito pelo contrário, os elementos é que neste caso

⁸⁴ Ver *op. cit.*, p. 42-3.

⁸⁵ Ver SAUSSURE, 2002, c. IV, § 4, p. 139.

podem “emanar” de um campo entrecruzado por relações diferenciais, sendo “definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente, por suas relações com os outros termos”.⁸⁶

Surpreendentemente, a negatividade que em Parmênides servia para excluir sem apelo tudo o que não manifestasse a positividade do ser, em Saussure é instrumento de inclusão absoluta de uma ordem: negativo sem positividade. Puro jogo interno de diferenças. Mas aqui também se arrisca a imobilidade. Na produção de uma negatividade sem a contrapartida de uma positividade (diversa, portanto, da negatividade implícita na identidade, que isola um indivíduo que permanece independente em relação a um fundo que não coincide com ele), o valor de uma unidade não pode ser estabelecido pelo seu isolamento, ou seja, esta nunca vale pelo que seria “em si”, mas unicamente pela tensão relativa que a prende e envolve em uma trama diferencial. Estamos sob o efeito atordoante de uma circulação sem repouso que não se demora em ponto algum da estrutura, pois remete incessantemente aos elementos que lhe são complementares (com os quais faz sistema). Mas, se a unidade se estabelece apenas no conjunto de relações que mantém com tudo o que não é, em que ocasião ela pode ser isolada em uma “unidade”? Em que momento e condições o fluxo diferencial incessante “pousaria”, revelando um nó da estrutura como o solo deste repouso? Ou então, mais simplesmente, por que escolher este e não aquele elemento? Esta última questão pode ser vista como uma redução ao absurdo, já que as condições exigidas para uma escolha são tomadas como opções desta escolha. *Este e aquele*, embora se apresentem como os objetos isoláveis de uma seleção, não se sustentam, de fato, apenas “em isolamento”: que sentido haveria em dizer “aqui” se não tivéssemos como alternativa um “ali”?

Um sistema em que cada elemento tem seu valor na medida em que remete a todos os outros, se pensado rigorosamente (ao pé da letra), não pode dar nada além de *indiferença*. O que poderia fazer circular os valores? Uma falta, um lugar vazio que, deslocando uma peça mínima, fizesse girar a estrutura, para que ela ganhasse espaço de jogo, para que “jogasse” (como “joga” uma mesa com uma perna mais curta)? Mas esta oscilação, remetendo a uma falta, a algo que não está, não remeteria a um *fora* — arruinando assim a integridade estrutural, a solidariedade perfeita de suas partes? Isso seria triste, se a visão de Saussure se contentasse em construir uma unidade inexpugnável na estrutura do sistema, unicamente.

⁸⁶ *Idem*, p. 136.

Se, como diz Saussure a propósito das imagens acústicas e do conteúdo conceitual ao qual remetem, “o próprio da instituição linguística é justamente manter o paralelismo entre estas duas ordens de diferenças” (SAUSSURE, 2002, p. 140), cabe observar que este “paralelismo” é mantido não só pela impermeabilidade mútua destas ordens — sendo sistemas de diferenças autônomos, eles não têm porque se confundir ou mesclar —, mas pela *associação* entre recortes conceituais e unidades distintivas na “matéria” fônica. Para evitar que os sistemas deslizem um em relação ao outro (o que impediria que qualquer signo se articulasse estavelmente), deve ser estabelecida e mantida alguma forma de ancoragem.

Considerando que “o fato linguístico em seu conjunto” pode ser representado “como uma série de subdivisões contíguas marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido das ideias confusas e sobre o plano não menos indeterminado dos sons” (*idem*, p. 130), convém perguntar, recuando sobre os próprios passos: em que momento essas massas amorfas revelam seu jogo diferencial? Ou ainda: como um sistema diferencial compacto, solidário, sem positividades, pode realmente ser percorrido, pode apresentar um “aqui” e um “ali”, um “este” e um “aquele”, isto é, uma diferença que seja? Como sei que, cada qual a seu modo, estas massas informes são compostas de elementos diferenciais? Onde está o ponto de inércia que efetivamente galvaniza os elementos em sua diferença, em sua diversidade? Sabemos que a aplicação deste ponto é arbitrária. Mas seja onde for que tal aplicação se dê, parece haver um movimento indicial (dêitico), em que algo serve para marcar (e realmente fazer a diferença por um processo de seleção) outro algo. Como é possível selecionar os indiferentes arbitrários? A possibilidade de que um sistema diferencial ganhe “massa” (ou uma “topologia”) reside no fato de que, embora total, ele não seja jamais apreensível como um todo indistinto e completamente solidário.

É por isso que a noção de signo, com a temporalidade (a diferença na apresentação) que lhe é própria, é tão importante e produtiva para um dizer que se quer apreender em seu movimento. No signo, a diferença opera em pelo menos dois “sentidos”, num mesmo gesto desdobrado: (a) no sentido “horizontal” ou “superficial” em que unidades significantes (contíguas, de mesmo nível) se tornam discerníveis e distinguíveis; e (b) no sentido “vertical” ou “em profundidade”, na defasagem temporal do significante em relação ao significado com o qual se articula, seu reverso indispensável e constitutivo no signo.

Reconhecer que o papel da língua é manter o paralelismo entre as duas ordens que se recortam e influenciam mutuamente é decisivo, mas é preciso ir adiante e desenvolver esta intuição: cada sistema, para circular e ser percorrível, deve apontar para fora de si mesmo, deve conhecer uma quebra temporal que remete a outro nível (que não coincide com a totalidade e integridade de suas relações diferenciais, de sua estrutura enclausurada em si mesma). É nesta relativização de suas diferenças (*indiferentemente* apresentadas em conjunto) que uma estrutura encontra um ponto a partir do qual se cristaliza e se move. O sistema deve sempre “sair de si mesmo” para poder circular e fazer emergir suas unidades sempre relativas. A diferença, para que “esta” unidade seja tematizada (colocando-se à frente das outras, agora diferentes na defasagem de uma linha perspectiva), deve operar em “profundidade”: um sistema remetendo ou ancorando sua inércia em outro sistema.

Concebido como *aliquid stat pro aliquo* ‘algo que *está para* (outro algo)’, o signo introduz uma distância, um atraso, que nos tira de nós mesmos, remetendo-nos a um “depois” que dá a pensar. O sistema só pode ser um “jogo de diferenças” se há realmente “diferença” — uma diferença abstrata e arbitrária que desequilibra a solidariedade absoluta. A positividade do signo, como união de duas ordens puramente diferenciais, pode ser pensada como aquilo que permite que se focalize um conteúdo; que algum recorte conceitual se estabeleça; que, de um jogo diferencial puro que só pode ser concebido como *indiferença* (sem positividade alguma ou “sobressaliência” de um elemento remetendo os outros a um fundo ou a uma topologia distribuída de distinções cada vez mais finas), seja derivada a diferença “decaída” que opera na identidade do mesmo.

Seria um elemento dêitico aquilo que permitiria ancorar o pensamento como fluxo indiferenciado? Se nossa tradição identificou este elemento na voz, isto significa que ele deva ser forçosamente fonocêntrico, ou qualquer elemento dêitico poderia desempenhar o mesmo papel? Seja como for, parece que o pensamento só encontra repouso e distinção quando uma marca remete a ele mesmo. A ideia só surge num movimento de significação, como algo a que um sinal remete. É esta a condição para que o sistema fechado sobre si mesmo libere sua tensão imóvel e circule.

A linguagem talvez aflore neste movimento abstrato que ancora a névoa do pensamento em uma “marca” — resta saber se a densidade que distingue algo como uma marca pode ser definida como “percepção”, ou se a relativa

“vivacidade” das impressões sensíveis é condição para um recorte da massa difusa e flutuante que chamamos (*a posteriori*) de pensamento. Talvez reconhecer um som produzido como signo seja opor duas esferas da experiência (que aparentemente não têm a mesma consistência e correm paralelas), para se apoderar então de um pensamento. “Nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta”, diz Saussure. É como se se tratasse, para o pensamento como uma nebulosa, um “reino flutuante”, de sair de si mesmo, sendo contraposto a outra massa indistinta (possibilidades diferenciais da “matéria” fônica), tendo como resultado as delimitações recíprocas que organizam um e outro: “... sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro e preciso...” (*idem*, p. 130).

Por que seria impossível estabelecer distinções claras e precisas na massa amorfa do que Saussure chama (adiantando-se) de “pensamento”? É como se fosse impossível destacar qualquer unidade, cortando (nem que fosse pela fração mínima de tempo) seus laços com o todo com o qual forma uma unidade solidária. A massa indistinta (tanto do pensamento, por um lado, quanto da matéria fônica, por outro) é, por assim dizer, um sistema que ainda não foi posto em movimento, pois não há nenhuma inclinação ou tendência a selecionar uma região mínima, qualquer ponto que seja, em que a remissão diferencial encontre um instante de repouso. A solidariedade do todo impede que qualquer parte possa ser extraída, considerada por si, em sua positividade desembaraçada de tudo aquilo que ela não é, pois justamente, num sistema rigorosamente concebido à maneira saussuriana, cada parte não é senão o que ela não é *junto* ou *conjuntamente* com o todo. Cada parte apenas é *com* o todo. Se ela é apenas pela diferença, sua “identidade” só se estabelece na comunidade. Para a totalidade solidária, não há “motivação” para focalizar qualquer de suas partes. Visto “de dentro”, o sistema é total e uno. Se alguma corrente o percorre (e o faz, se ele é uno e solidário), é uma tensão congelada, como um “átomo” cuja energia não é liberada enquanto não se rompe sua força agregadora e ele se torna instável.

Seria preciso pensar o que seria a língua como mediadora ou mediação, para que o pensamento possa sair de si mesmo e, olhando-se de fora, possa apartar (por “análise”, diria Saussure) elementos distinguíveis. Ademais, dado que ele não poderia manter sua autonomia (como sistema) recorrendo a algo imposto de fora (arruinando a noção de valor), esta movimentação é feita pela contraposição a outro sistema (tão solidário e imanente quanto ele), por um vínculo abstrato de outro nível ou ordem: *domínio das articulações*.

A inquietação de Saussure, mais do que uma base imóvel sustentando um paradigma, nos dá uma plataforma de lançamento. Provisoriamente, nos limites deste trabalho, basta-nos detectar que sua investigação não se limita a pensar a interioridade do sistema, e nem a encerrá-lo em uma circunferência restrita, resultado de um fluxo de remissões negativas que não consegue fixar-se em unidades. (Qualificar assim a sua contribuição é não fazer justiça ao seu gesto, mesmo que este gesto não tenha podido vibrar, então, sem seus entraves ou impedimentos inerentes.) Se há unidades, é porque este fluxo foi rompido por uma diferença perspectiva, em que um foco acentua uma região e se distancia de um fundo (sempre prestes a emergir e restabelecer suas conexões ou fazer as contas com o que é, em cada situação, tematizado), mas também porque, no mesmo golpe, um sistema que se disponibiliza como repertório de “significantes” se projeta também em direção a um sistema “significado”.

Por que é assim? A resposta de Saussure se apoia claramente na noção de *arbitrariedade*, mas é importante que se compreenda esta arbitrariedade como um desligamento que torna possível todo ato de significação, na medida em que permite estipular relações abstratas entre “significante” e “significado” com graus variados de liberdade e distanciamento, desfazendo o contato cerrado que caracterizaria o fluxo contínuo das “determinações naturais”.⁸⁷ Por outro lado, se as unidades não valem por si, tampouco um “significado” (concebido como um “aparecer” ou um “dar-se” sem reverberação) pode furtar-se à temporalidade. As “coisas reais” não são “dadas de antemão” — elas só aparecem se emergem em um “sistema significado”. Benveniste sugere que o vínculo entre imagem acústica e conceito não é bem descrito se o dizemos arbitrário. Sendo interdependentes na língua, são imprescindíveis um ao outro como dois lados da mesma moeda. A menção do som evocaria no mesmo lance o conceito a ele associado, segundo a instituição socialmente transmitida e herdada pelo conjunto dos falantes. Deste modo, portanto, permaneceria em aberto ou ficaria excluída dos cálculos qualquer referência às coisas que constituam uma exterioridade em

⁸⁷ Em suma, a *arbitrariedade* é a medida de uma desvinculação dos quadros referenciais — em relação à determinação natural, seria o desligamento do instinto e das pressões do meio, permitindo que um falante projete um tempo que não é imediatamente o da enunciação. Num extremo idealizado, ou seja, que nunca se dá, está a pura apresentação de um dado fenomênico sem retardos e sem perspectiva — isto é, independente de qualquer influência estranha a ele mesmo, irrecusável e necessariamente evidente. Neste sentido, a imobilidade da esfera parmenídica esvazia seu conteúdo indiferente em um face a face sem sombra e sem reverberação.

relação à língua. Mas é justamente esta referência a “coisas” subsistindo por si que Saussure evita em sua reflexão. Mesmo o sentido, este polo ou reverso da moeda, deve recair por força em uma interioridade. (O seu “fazer sistema” é mesmo a condição de sua visibilidade e, por que não dizer, de sua inteligibilidade.) Isto fica claro se dermos a atenção e o crédito devidos à afirmação de que não pode haver um “dado puro” sem uma distribuição prévia, de modo que ele efetivamente “se dê” e adquira alguma visibilidade. Esta é também a razão pela qual Saussure, na sua descrição do signo, se atenha ao conceito (como, de resto, à imagem acústica, igualmente “psíquica”).

Diante disso, propor a dualidade sensível–inteligível como tradução da polaridade significado–significante é uma tentativa que não se sustenta.⁸⁸ O jogo da significação somente exige que a série significante “apareça antes”, que adquira corpo e certa opacidade, para — caso se tenha a “chave” — tornar-se “em seguida” transparente e restituir aquilo que será denominado “seu significado”. Que uma das séries adquira, em determinado instante, mais “densidade”, a ponto de recobrir e remeter a outra instância (a de seu “significado”, que ao mesmo tempo oculta e faz ver) não implica que possamos delimitar, de uma vez por todas, um plano de significantes único. O movimento da significação, liberado em graus variáveis das restrições de um laço “natural” qualquer, ou seja, cuja arbitrariedade podemos sempre estipular, vai se transferindo e cristalizando suas séries e diferenças à medida que passa, que se incide em outros territórios: o que é da “série significado” também pode, por sua vez, virar “etiqueta” e remeter mais além, engendrando novos significados.

⁸⁸ Sob esta ótica, valeria a pena reler o seguinte trecho de Jakobson (citado por Derrida em sua *Gramatologia**, no contexto de uma crítica às motivações metafísicas entremeadas na noção de signo):

“O pensamento estruturalista moderno estabeleceu claramente: a linguagem é um sistema de signos, a linguística é parte integrante da ciência dos signos, a *semiótica* (ou, nos termos de Saussure, a *semiologia*). A definição medieval — *aliquid stat pro aliquo* —, ressuscitada por nossa época, mostrou-se sempre válida e fecunda. Assim é que a marca constitutiva de todo signo em geral, e em particular do signo linguístico, reside no seu caráter duplo: cada unidade linguística é bipartida e comporta dois aspectos; um sensível e outro inteligível — de um lado o *signans* (o significante de Saussure), de outro o *signatum* (o significado). Estes dois elementos constitutivos do signo linguístico (e do signo em geral) supõem-se e chamam-se necessariamente um ao outro.”

* DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 16.

5.2 A invasão da poesia

Devemos reconhecer a inviabilidade de uma estrutura enclausurada, totalmente fechada em si, se quisermos sair da *indiferença* para a *diferença* — a qual é condição para as apresentações e sua defasagem (diferença figura—fundo, diferimento temporal).

Porém, em favor de Saussure, é imperativo considerar:

(i) A *integração* proporcionada ou prevista pela sua teoria do sentido, e apontada na exegese de pesquisadores como Simon Bouquet.⁸⁹

O sistema é caracterizado pela coesão estrutural de sua rede de relações e de determinações mútuas: quanto mais *integrada*, i.e., quanto mais evidentes os diversos tipos de nexos com alguma força de interação, em vários níveis sistemáticos articulados, maior a riqueza de *mapeamentos* e transposições — metafóricas, associativas, “isomórficas” — que podem ser sugeridas (vale dizer, tornar-se *aparentes*, *notáveis*) ao usuário do sistema. Isso significa: um “mundo” de novas conexões, com as relações referenciais e os efeitos de sentido que elas estabelecem;

(ii) A inter-relação de elementos *in praesentia* e *in absentia* pode ser aproximada ao par esquemático *manifestação—não-manifestação*;

(iii) O *potencial* poético das línguas: “Toda língua é capaz de *poesia*”.⁹⁰

Isso implica em:

(a) Forças *apo-linguísticas* repercutindo nas relações estruturais;

(b) *Associatividade* como uma operação capaz de *encontrar ou ativar novos nexos* que a estrutura ainda não incorpora de maneira explícita.

⁸⁹ “[O] sentido toma forma apenas na conjunção do valor *in absentia* (ligado ao sistema) e do valor *in praesentia* (ligado ao sintagma). Essa tese implica que o sentido linguístico (sendo que sentido é aqui sinônimo de valor semântico na acepção “total” dessa expressão), considerado fora da sintagmação, não é fixado e permanece puramente virtual: o fato do sentido só chega à existência atualizado naquilo que Saussure denomina discursivo. Está assim colocado o quadro de uma gramática semântica modular da qual cada módulo só é analisável em relação à sua interdependência com outros módulos; em outras palavras, a própria interdependência dos módulos que formam a gramática do objeto semântico deve ser considerada como constitutiva desse objeto” (BOUQUET, 2004, p. 283).

⁹⁰ “Toda língua é suscetível de deformação — e isso é justificado por um fato mínimo: toda língua é capaz de poesia. Se toda língua é capaz de poesia, a noção de “poético” pode ser entendida como algo que constitui — ou pertence a — uma função específica da linguagem. Podemos definir a função específica que se confunde com — ou engloba — a função “poética” como a da

Tais flutuações se assimilam às (ou são novas manifestações em níveis estruturais distintos das) *ativações* (em que traços “virtuais” adquirem relevância intrassistemática) que têm lugar no plano das *exemplificações*. Isso ocorre por uma mudança de enfoque e uma redistribuição da rede referencial, causada inclusive pela emersão de um traço até então não relevante — como se uma “*telling instance*” (cf. ELGIN, 1996, p. 171-8) forçasse seu caminho e apontasse para as repercussões sistemáticas que a dotam de seu sentido, num lance criativo comparável às projeções hipotéticas que Peirce tem em mente quando se refere ao processo de *abdução*.⁹¹

Finalmente, se tivermos em consideração os novos esforços exegéticos que se debruçam sobre os manuscritos de Saussure (empreendidos por Tullio De Mauro e, mais recentemente, por Simon Bouquet, entre outros), e a integração que o linguista filósofo parecia divisar entre níveis sintáticos e gramaticais da língua, por um lado, e relações semânticas, por outro; se percebermos a malha de relações legitimamente estruturais (e dinâmicas) que vige entre elementos *in praesentia* e *in absentia*, teremos uma ideia da pertinência de uma reflexão de índole estruturalista que incorpore as *transformações* sistemáticas, como a própria historicidade ou a *rede dos possíveis* da língua. Uma historicidade, aliás, agora revigorada por uma ativação, no interior do sistema, de impensáveis virtualidades extrassistemáticas — pelo efeito disruptor de uma esfera extrassistemática *que de fato nos é inacessível* (dado que todo sentido é apreendido e intuído dentro — no “entre” — da rede de relações atuante em sistemas simbólicos), mas que nos restitui uma nova projeção totalizante (um “mundo”) pela rotação constante a que uma estrutura (“aberta”, isto é, cujo movimento depende do que a ela “falta”) está sujeita.

“deformabilidade” do sentido lexical ou proposicional. De maneira mais ampla, qualificaremos uma tal função de *apo-linguística*, sendo que esse neologismo pretende estenografar a seguinte hipótese: *se a língua é, no plano semântico, um sistema formal algébrico, esse sistema é, por natureza, suscetível de deformação; as deformações virtuais desse sistema participam de sua estrutura formal, e o próprio sistema dessas deformações é algébrico.* (Por oposição à desestabilização apo-linguística virtual que o espreita, poderemos qualificar de *endo-linguístico* o sistema estabilizado no tempo da sincronia e no espaço semântico que um dicionário formaliza.) Em outras palavras: às forças “centrípetas” que constituem a língua, resistem forças “centrífugas”; essas forças são mantidas em equilíbrio numa sincronia dada: o equilíbrio dessas forças é a endo-linguística, o sistema de forças centrífugas é a *apo-linguística*” (BOUQUET, 2004, p. 295).

⁹¹ “Peirce described abduction as a creative process, but stressed that the results are subject to rational evaluation”, *The Oxford Dictionary of Philosophy*, p. 8; pode-se definir também abdução como “um processo inferencial para obter teorias empíricas ou hipóteses a serem testadas”, cf. *The Blackwell Dictionary of Western Philosophy*, p. 1.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARISTÓTELES; REALE, Giovanni (trad.); PERINE, M. (trad.). **Metafísica**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Unicamp, 1991.
- BERGSON, Henri. “A intuição filosófica”, *in: idem*. **O pensamento e o movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 123-148.
- BOUISSAC, Paul (ed.). **Encyclopedia of Semiotics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BUNNIN, Nicholas; YU, Jiyuan. **The Blackwell Dictionary of Western Philosophy**. Oxford: Blackwell, 2004.
- CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COHNITZ, Daniel; ROSSBERG, Marcus. **Nelson Goodman** (sér. *Philosophy Now*, editada por John Shand). Chesham: Acumen, 2006.
- DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest; STEUP, Matthias (editors). **A Companion to Epistemology** (2nd edition). Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

DEVITT, Michael (ed.); HANLEY, Richard (ed.). (The Blackwell Guide to the) **Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 2006.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ECO, Umberto. **Obra Aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 1991 (8ª ed.).

ELGIN, Catherine Z. **Considered Judgement**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

_____. **Between the Absolute and the Arbitrary**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

ESPOSITO, Roberto. **Pensamento Vivo**: origem e atualidade da filosofia italiana. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GARDNER, Howard. **Frames of mind**: the theory of multiple intelligences. New York: Basic Books, 1983.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOODMAN, Nelson. **Fact, Fiction and forecast**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983 (1ª ed. 1955). 131p.

_____. **Languages of art**: an approach to a theory of symbols. 2.ed. Indianapolis: Hackett, c1976. 277p.

_____. "Routes of Reference". In: *Critical Inquiry*, Vol. 8, No. 1. (Autumn, 1981), p. 121-132.

_____. **The structure of appearance.** Boston: D. Reidel, 1977.

_____. **Ways of Worldmaking.** Indianapolis: Hackett, 1978.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

HEIDEGGER, Martin. Stambaugh, Joan (trad.). **Being and Time.** Albany: State University of New York Press, 1996.

HOLDCROFT, David. **Saussure: signs, system, and arbitrariness.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

INWOOD, Michael. **A Heidegger Dictionary** (The Blackwell Philosopher Dictionaries). Oxford: Blackwell, 1999.

LOGOS: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. Lisboa: Verbo, 1989-92. 5v.

MULHALL, Stephen. **Heidegger and *Being and Time*.** London: Routledge, 2005 (2^a ed.).

PIAGET, Jean. **O estruturalismo.** São Paulo: Difel, 1979. [Edição original francesa: **Le structuralisme.** Paris: Presses universitaires de France, 1968. (2^{ed.} mise à jour, 1968; 8^e éd. 1983; 9^e éd. 1987; 10^e éd., 1992.)]

POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery** (1935). London: Routledge, 2005.

RICOEUR, Paul. **The Conflict of Interpretations: Essays in Hermeneutics** (Studies in Phenomenology and Existential Philosophy). Evanston: Northwestern University Press, 1974.

SANDERS, Carol (ed.). **The Cambridge Companion to Saussure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SARKAR, Sahotra; PFEIFER, Jessica (editors). **The philosophy of science**: an encyclopedia. New York: Routledge, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de; BALLY, C. (org.); SECHEHAYE, A. (org.). **Curso de linguística geral**. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de (autor); BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf (ed.) **Escritos de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012. [traduzido de: *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.]

STRAWSON, Peter F. “On referring”. *Mind*, New Series, Vol. 59, No. 235. (Jul., 1950). [Em português: STRAWSON, P. F. *Escritos Lógico-Linguísticos: sobre referir*. In SILVA, Osvaldo Porchat Pereira da. (org.) **Os pensadores**. Trad. Balthazar Barbosa Filho. 1 ed. São Paulo: Editora Abril, 1975 – ou: STRAWSON, P. F. **Escritos Lógico-Linguísticos**, Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo, Nova Cultural ed., 1989.]

STURROCK, John. **Structuralism**. Oxford: Blackwell, 2003. 2ª ed.

APÊNDICE A

Principais definições e conceitos

Principais *definições* e *conceitos* da abordagem goodmaniana aos sistemas de símbolos (GOODMAN, 1976, cap. IV, p. 127-157)

1. Esquemas simbólicos/Sistemas simbólicos

(i) *Esquema simbólico*: consiste em *caracteres*, usualmente com modos de combiná-los para formar outros caracteres. (p. 131)

(ii) *Sistema simbólico*: um sistema simbólico consiste em um *esquema simbólico* correlacionado com um *campo de referência*. (p. 143)

2. Definições relativas a esquemas simbólicos:

(i) *Inscrição*: qualquer marca — visual, auditiva, etc. — que pertença a um caractere.

(ii) *Caractere*: certas classes de elocuições [*utterances*] ou inscrições [*inscriptions*] ou marcas [*marks*] (p. 131).

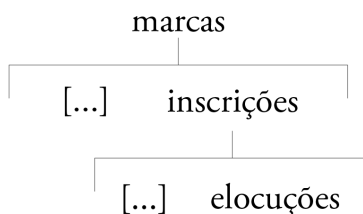


Tabela 4 – *Marcas, inscrições, elocuições*: “I shall use “inscription” to include utterances, and “mark” to include inscriptions; an inscription is any mark — visual, auditory, etc. — that belongs to a character” (p. 131).

“[A] característica essencial de um caractere em uma notação é que seus membros [suas inscrições] podem ser livremente permutados uns pelos outros sem nenhum efeito sintático; ou, mais literalmente, uma vez que marcas reais raramente são deslocadas e trocadas, que todas as inscrições de um dado caractere são sintaticamente equivalentes. Em outras palavras, ser instância de um caractere em uma notação deve

constituir uma condição suficiente para que marcas sejam “cópias verdadeiras” ou réplicas umas das outras, ou para que tenham a mesma grafia” (cf. p. 131).

(iii) “*Indiferença sob caractere*” ou “*caractere-indiferença*” [*character-indifference*] (relação entre as instâncias de um caractere): duas marcas são *caractere-indiferentes* se cada uma delas é *inscrição* (i.e., pertence a algum caractere) e nenhuma pertence a um caractere ao qual a outra não pertença. (...) Em suma: nenhuma marca pode pertencer a mais de um caractere (p. 132-3).

3. *Esquemas notacionais devem satisfazer os seguintes requisitos sintáticos* ⁹²

1. *Disjunção:*

Nenhuma marca pode pertencer a mais de um caractere (o que é garantido pela relação de *caractere-indiferença* entre as inscrições de cada caractere em um esquema). Não há, portanto, superposição entre as classes de inscrições que correspondem a caracteres diversos.

2. *Diferenciação finita:*

“For a notational scheme, not only must sameness of spelling be preserved where error is avoided but error must be at least theoretically avoidable. The second requirement upon a notational scheme, then, is that the characters be finitely differentiated, or *articulate*.”

“*For every two characters K and K' and every mark m that does not actually belong to both, determination either that m does not belong to K or that m does not belong to K' is theoretically possible*” (p. 135-6).

⁹² Note-se que “sintático” diz respeito a *esquemas simbólicos* (repertório de caracteres com suas regras de composição). No que nos concerne, vale lembrar que um *esquema simbólico* corresponderia ao que estipulei denominar *nível-significado*, o nível ocupado por *etiquetas* que eventualmente podem denotar *objetos* em um campo de referência [*field of reference*] associado (i.e., o *nível-significado* em dada ocasião referencial).

A *diferenciação finita* não implica nem é implicada por um número *finito* de caracteres (p. 136). Vejam-se os exemplos:

- (i) Notação árabe das frações: esquema que proporciona um número infinito de caracteres finitamente diferenciados;
- (ii) Um esquema cujas inscrições ou marcas sejam linhas retas, distribuídas do seguinte modo: (a) marcas que não são maiores do que um centímetro pertencem a um caractere e (b) marcas maiores do que um centímetro pertencem a outro caractere; semelhante esquema consistiria de apenas dois caracteres, mas que não são finitamente diferenciados.

Exemplos de esquemas simbólicos que satisfazem os requisitos de *disjunção* e de *diferenciação finita*: notações *alfabéticas*, *numéricas*, *binárias*, *telegráficas* e *musicais*.

Note-se ainda que os requisitos sintáticos de *disjunção* e de *diferenciação finita* são claramente independentes entre si:

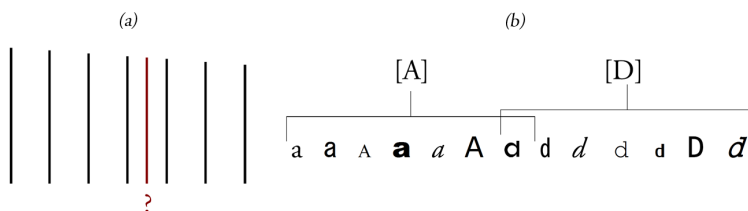


Figura 13 – *Disjunção e Diferenciação finita*: (a) Esquema de classificação de marcas retas que considera toda diferença de comprimento, por menor que seja, como uma diferença de caractere. Satisfaz o requisito sintático de *disjunção*, mas não o de *diferenciação finita*; (b) Esquema de classificação em que todas as inscrições são nitidamente diferentes, mas dois entre seus caracteres têm pelo menos uma inscrição em comum. Satisfaz o requisito de *diferenciação finita*, mas não o de *disjunção*.

4. Esquemas sintaticamente densos

Um esquema é *sintaticamente denso* se fornece um número infinito de caracteres de tal modo ordenados que entre cada dois exista sempre um terceiro. Em tais esquemas, o requisito de *diferenciação finita* é totalmente violado: não se pode determinar se uma dada marca pertence a um ou a muitos outros caracteres (cf. p. 136).

5. Definições relativas a sistemas simbólicos (i.e., esquemas simbólicos associados a campos de referências)

(i) Conformidade [*compliance*]

O conceito de *conformidade* é noção semântica. Concerne à relação entre objetos em domínios de discurso ou campos de referência. Informalmente, Goodman propõe que se use a expressão “estar em conformidade” como correspondendo a “ser denotado por”, o mesmo valendo para “ter como conformante” e “denotar”, “classe de conformidade” e “extensão”. Contudo, recomenda que se entenda “denotação” aqui em uma acepção mais ampla, tal que se aplique a casos como, por exemplo: (a) um sistema em que *partituras* estão correlacionadas a *execuções* que estejam em conformidade com elas ou em que *palavras* estão correlacionadas às respectivas *pronúncias*; (b) um sistema em que *palavras* ou “*etiquetas linguísticas*” estão relacionadas àquilo a que se aplicam ou nomeiam. Note-se que a conformidade não exige nenhuma correspondência especial; qualquer coisa que um símbolo denote está em conformidade com tal símbolo.

Em um sistema dado, muitas coisas podem estar em conformidade com uma única inscrição, e a classe dessas coisas constitui a *classe de conformidade* de tal inscrição naquele sistema. Por fim, um objeto que não está em conformidade com nenhuma inscrição é um objeto não nomeado (ou “não etiquetado”) no sistema.

Do ponto de vista estrutural que nos interessa, é importante ter em mente que “a correlação de um esquema com um campo de referência [perfazendo um *sistema simbólico*] normalmente envolve não apenas uma correlação particular de inscrições com objetos, mas também correlação de modos de combinar inscrições com *relações entre objetos* (por exemplo, a ordem esquerda–direita de inscrições-letras no sistema de sons do idioma inglês está relacionada com a sucessão temporal dos sons na fala — cf. p. 145). Isso é importante quando se constata, na análise de toda sorte de mapeamentos entre níveis estruturais, relações não propriamente “isomórficas”, no sentido de que nem sempre se encontram, a rigor, relações biunívocas entre elementos do nível-significante e do nível-significado. As palavras da língua, por exemplo, em sua “opacidade”, seu caráter discreto de “etiquetas”, podem cobrir qualquer estrutura conceitual (o que implica um esforço interpretativo considerável daquele que deseja decifrar um texto qualquer). Além disso, nas metáforas, às vezes vastas porções da estrutura-

veículo deixam de ser relevantes para o sentido translato (*cf.* observações sobre o uso metafórico de *blue* na seção 4.8).

(ii) *Classe de conformidade* [*compliance-class*]: classe das “coisas” que estão em conformidade com [*comply with*] uma determinada inscrição.

(iii) *disjunção (semântica)*;

(iv) *diferenciação finita (semântica)*:

“For any two characters K and K’ and every element h not referred to by both, determination either that K does not refer to h or that K’ does not refer to h is theoretically possible” (p. 234).

Exemplos ilustrativos de *sistemas simbólicos*:

Sound-English: onde a *notação alfabética* do Inglês está correlacionada com *eventos sonoros*, de acordo com a prática usual de pronúnciação.

Object-English: onde a correlação se estabelece, em vez disso, com *objetos* (incluindo eventos, etc.), de acordo com a prática usual de aplicação.

6. Os cinco requisitos

Resumidamente, um sistema simbólico é uma *notação* — isto é, um “sistema-tipo”, na perspectiva deste trabalho —, se preenche os seguintes requisitos (todos eles mutuamente independentes):

(i) *caractere-indiferença*;

(ii) *diferenciação finita sintática* (ou *articulação*);

(iii) *não ambiguidade*;

(iv) *disjunção semântica*;

(v) *diferenciação finita semântica*.

As noções semânticas de “ambiguidade”, “disjunção”, “diferenciação”, “redundância” e “densidade” são definidas para a denotação apenas e não para a referência em geral.⁹³

⁹³ Além de GOODMAN, 1976, cap. IV, *cf.* também COHNITZ & ROSSBERG, 2006, p. 155-8.

